Diagnóstico Social **Amadora 2024**

AMADORA

REDE SOCIAL
AMADORA | CLAS-Conselho Local de Ação Social

AMADORA

FICHA **TÉCNICA**

Título: Diagnóstico Social 2024
Editor: Câmara Municipal da Amadora
Elaborado por: Núcleo Executivo do CLAS Amadora
Coordenado por: Ana Moreno
Técnicas de apoio: Ana Costa, Rute Gonçalves e Inês Mata

Aprovação em Conselho Local de Ação Social a 13 de dezembro 2024

Versão DS.I

	Versão	Data da versão
Dossier I – Caracterização Sócio Demográfica	I.I	12/2024
Dossier II – Contextualização Económica	II.I	12/2024
Dossier III – Saúde e Bem Estar	III.I	12/2024
Dossier IV – Educação	IV.I	12/2024
Dossier V – Habitação	V.I	12/2024
Dossier VI – Proteção Social	VI.I	12/2024
Dossier VII - Segurança	VII.I	12/2024
Dossier VIII – Pobreza Infantil	VIII.I	12/2024
Dossier IX – Diagnóstico Social da área das Migrações	IX.I	12/2024
Dossier X – Diagnóstico Social da área da Deficiência	X.I	12/2024
Dossier XI – Diagnóstico Social da área do Envelhecimento	XI.I	12/2024

ÍNDICE

NOTA METODOLÓGICA	4
MEDIDA DE POLÍTICA REDE SOCIAL NA AMADORA	6
AMADORA: ENQUADRAMENTO DO TERRITÓRIO	8
DOSSIER I – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO DEMOGRÁFICA	10
DOSSIER II – CONTEXTUALIZAÇÃO ECOANÓMICA	19
DOSSIER III – SAÚDE E BEM-ESTAR	28
DOSSIER IV – EDUCAÇÃO	37
DOSSIER V – HABITAÇÃO	43
DOSSIER VI – PROTEÇÃO SOCIAL	52
DOSSIER VII – SEGURANÇA	62
DOSSIER VIII – POBREZA INFANTIL	67
DOSSIER IX – MIGRAÇÕES	70
DOSSIER X – DEFICIÊNCIA	72
DOSSIER XI – ENVELHECIMENTO	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76

ÍNDICE **DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Evolução da estrutura demográfica do Concelho da Amadora, por ciclo de vida (2011-2021)	11
Gráfico 2 - Pirâmide Etária da Amadora, 2021	11
Gráfico 3 - Estrutura demográfica do Concelho da Amadora e Freguesias, por ciclo de vida (2021)	12
Gráfico 4 - Evolução da população com mais de 65 anos na Amadora (1991-2021)	13
Gráfico 5 - Evolução da população entre os 0 e os 24 anos na Amadora (1991-2021)	14
Gráfico 6 - Estrutura demográfica da população residente por nacionalidade e naturalidade na Amadora (2021)	16
Gráfico 7 - População residente com 5 ou mais anos, por tipo e grau de dificuldade na Amadora (2021)	17
Gráfico 8 - Agregados domésticos por dimensão na Amadora (2021)	17
Gráfico 9 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da população residente na Amadora com 15 anos ou mais (2021)	20
Gráfico 10 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da população residente na Amadora por ciclo de vida (2021)	21
Gráfico 11 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da população residente da Amadora, por sexo (2021)	21
Gráfico 12 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da pop. empregada na Amadora (2021)	22
Gráfico 13 - População ativa em situação de desemprego na Amadora por faixa etária (2021)	24
Gráfico 14 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da população desempregada na Amadora (2021)	25
Gráfico 15 - Taxas quinquenais de Mortalidade Infantil e Neonatal (2017-2021)	29
Gráfico 16 - Proporção de utentes com doença mental em Portugal e na Amadora (2021)	30
Gráfico 17 - Proporção de utentes com comportamentos aditivos em Portugal e na Amadora (2018)	31
Gráfico 18 - Incidência de doenças cardiovasculares no ACES Amadora (2021)	32
Gráfico 19 - Incidência de doenças oncológicas no ACES Amadora (2021)	33
Gráfico 20 - Utentes inscritos nas unidades de saúde da Amadora por grupos etários (12/2023)	34
Gráfico 21 - Taxa de cobertura do Programa Nacional de Saúde Infantil na Amadora (2023)	35
Gráfico 22 - Evolução do número de alunos nos estabelecimentos de ensino na Amadora 2021-2024	38
Gráfico 23 - Distribuição dos/as alunos/as dos estabelecimentos de ensino da Amadora por ciclo de escolaridade 2023/24	38
Gráfico 24 - Taxa de retenção e desistência por ciclo de ensino, em Portugal Continental, na AM Lisboa e na Amadora (2021/22)	41
Gráfico 25 - População residente em alojamentos familiares clássicos por escalão de área útil por ocupante (2021)	44
Gráfico 26 - Distribuição dos Alojamentos familiares por regime de ocupação (2021)	45
Gráfico 27 - População residente na Amadora, com habitação ocupada em regime de aquisição, por escalão do valor mensal da despesa (2021)	46
Gráfico 28 - População residente na Amadora, com habitação ocupada em regime de arrendamento ou subarrendamento, por escalão do valor mensal da renda (2021)	47
Gráfico 29 - Evolução do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (2018-2023)	48
Gráfico 30 - Ano de construção dos edifícios na Amadora (2021)	50

Gráfico 31 - Núcleos Familiares com filhos residentes na Amadora por tipo (2021) 53

Gráfico 32 - Titulares de prestações familiares para crianças e jovens na Amadora (dez/2023) 54

Gráfico 33 - Pensionistas ativos na Amadora, por regime contributivo (dezembro/2022) 54

Gráfico 34 - Beneficiários de prestações de desemprego na Amadora (dezembro/2023) 55

Gráfico 35 - Distribuição dos/as beneficiários/as de prestações de desemprego por escalão etário na Amadora (dezembro/2023) 55

Gráfico 36 - Beneficiários/as de RSI por escalão etário e sexo na Amadora (dezembro/2023) 56

Gráfico 37 - Duração da condição de sem abrigo por tipologia de situação na Amadora (novembro/2023) 58

Gráfico 38 - Caracterização dos consumos de substâncias (2022) 59

Gráfico 39 - Capacidade das respostas sociais da Área da Deficiência na Amadora (2023) 60

Gráfico 40 - Capacidade das Respostas sociais para a população sénior na Amadora (2023) 60

Gráfico 41 - Capacidade das respostas sociais comunitárias na Amadora (2023) 61

Gráfico 42 - Crimes registados na Amadora por tipologia de crime (2022) 64

ÍNDICE **DE TABELAS**

Tabela 1 - Densidade Populacional de Portugal e do território da Amadora (2021) 11

Tabela 2 - Índice de Envelhecimento de Portugal e do território da Amadora (2021) 13

Tabela 3 - % de população estrangeira por nacionalidade na Amadora (2021) 15

Tabela 4 - Religião dos residentes na Amadora (2021) 18

Tabela 5 - Distribuição da população residente na Amadora empregada por sexo, setor de atividade e situação na profissão (2021) 23

Tabela 6 - Estabelecimentos na Amadora por atividade económica (2021) 26

Tabela 7 - Distribuição de alunos/as do 2º e 3º ciclo por medidas ou regimes diferenciados 2023/24 39

Tabela 8 - Distribuição dos/as alunos/as dos estabelecimentos de ensino na Amadora por nacionalidade 2023/24 40

Tabela 9 - Distribuição de alunos/as da Escola Profissional Gustave Eiffel por curso 42

Tabela 10 - Distribuição do Parque Habitacional Municipal por territórios 48

Tabela 11 - Valor médio mensal das pensões processadas na Amadora (2022) 55

Tabela 12 - Crimes registados com pena ou medida aplicada na área penal na Amadora (2023) 65

Tabela 13 - Crimes registados com pena ou medida aplicada na área tutelar educativa na Amadora (2023) 66

ÍNDICE **DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Mapa do Município da Amadora (2024) 8

Figura 2 - Mapa de parques e jardins da Amadora (2024) 9

Figura 3 - Evolução dos tipos de crime entre 2022 e 2023 na Amadora 64

Figura 4 - Sistematização dos problemas identificados no Diagnóstico Social 2024 76

NOTA **METODOLÓGICA**

Apenas o conhecimento da realidade social, poderá definir uma melhor e mais eficaz intervenção social. O Diagnóstico Social foi atualizado em 2024, fornecendo uma visão abrangente e detalhada sobre as várias dimensões que compõem a realidade social do Município da Amadora

O trabalho foi realizado internamente pela equipa da CMA/ Divisão de Intervenção Social e externamente recorrendo à prestação de serviços de empresa especializada em processos de planeamento estratégico. Esta prestação de serviços assegurou a elaboração dos diagnósticos parcelares nas áreas da deficiência, migrações e pobreza infantil; a informação destes diagnósticos foi incorporada nos demais dossiers, estando igualmente resumidos nos capítulos finais do presente documento.

A construção deste documento de planeamento sistematizou a informação em dossiers temáticos, em que cada um aborda uma dimensão específica da realidade social da Amadora, como a caracterização sociodemográfica, economia, saúde e bem-estar, educação, habitação, proteção social, segurança, pobreza infantil, migrações, deficiência, envelhecimento e dependências.

Cada dossier temático foi analisado de forma multidimensional, considerando as inter-relações entre as diferentes áreas temáticas. Esta análise integrada permite identificar tendências, desafios e oportunidades transversais. Os mesmos podem ser atualizados de forma independente e contínua, permitindo a incorporação de novos dados e informações à medida que se tornam disponíveis.

Nesta atualização foram utilizadas diferentes fontes de informação designadamente estatísticas e qualitativas, nomeadamente os censos 2021, inquéritos, estudos locais, e dados administrativos, tendo sido igualmente auscultados os parceiros das seis Comissões Sociais de Freguesia, que pela maior proximidade à realidade social de cada território puderam contribuir qualitativamente para a análise dos dados. A triangulação de fontes permite uma visão mais completa e precisa de cada temática.

Tal como em diagnósticos anteriores foram também ouvidos grupos específicos de população residente com o objetivo de integrar no documento diversas perspetivas de conhecimento da realidade social e promover uma reflexão alargada em torno dos principais problemas e potencialidades do território, tendo sido realizados workshops e *focus group* para recolher as perceções e experiências de grupos específicos da comunidade, garantindo que o diagnóstico reflete as necessidades e prioridades dos mesmos. Foram auscultados grupos de pessoas com deficiência e migrantes.

Esta abordagem metodológica assegura que o diagnóstico social da Amadora é um documento dinâmico capaz de se adaptar às mudanças e de fornecer uma base sólida para a tomada de decisões informadas e eficazes.

A Rede Social da Amadora está comprometida com a Agenda 2030 e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pelas Nações Unidas. Entre os ODS trabalhados, destacam-se:

- **Erradicação da Pobreza (ODS 1): Implementação de programas de apoio social para reduzir a pobreza;**
- **Educação de Qualidade (ODS4): Promoção de iniciativas educacionais e formação contínua;**
- **Igualdade de Género (ODS 5): Ações para promover a igualdade de oportunidades;**
- **Redução das Desigualdades (ODS 10): Ações para diminuir as desigualdades sociais e económicas da população;**
- **Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11): Desenvolvimento de políticas urbanas que promovam a sustentabilidade e a inclusão social.**

A revisão de cada dossier deverá acontecer durante o mês de abril, sendo previsível que neste período se encontrem disponíveis novas atualizações de informação referentes ao ano anterior.

Os processos de revisão de cada dossier terão como ponto de partida do Diagnóstico Social (2024) e a atualização

dos mesmos de acordo com as fontes de informação, explicitando e analisando comparativamente a evolução da temática em causa. Pretende-se que estes processos produzam novos dossiers temáticos, garantindo uma continuidade na análise da informação, que se substituam de forma cumulativa.

A atualização dos dossiers ficará evidenciada na ficha técnica dos mesmos, assim como na ficha técnica do Diagnóstico Social, com indicação de data da revisão e identificação da versão do documento, no cabeçalho do mesmo.

MEDIDA **DE POLÍTICA REDE SOCIAL NA AMADORA**

A medida de política Rede Social foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros de 18 de novembro de 1997 e do decreto-lei n.º 115 de 2006 de 14 de junho, que a regulamenta e define o funcionamento e as competências dos seus órgãos, nomeadamente o Conselho Local de Ação Social e as Comissões Sociais de Freguesia. No mesmo diploma legal são definidos os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados.

A Câmara Municipal da Amadora aderiu ao Programa Rede Social em 2003, tendo por base o reconhecimento da riqueza e da diversidade do trabalho de várias Instituições sedeadas Concelho e a experiência do trabalho em parceria adquirida no desenvolvimento de vários programas e projetos de intervenção.

O Conselho Local de Acção Social da Amadora (CLAS) foi constituído no dia 21 de fevereiro de 2003, com a adesão de 39 parceiros, sendo presidido pela Câmara Municipal da Amadora. Simultaneamente foi formado o seu núcleo executivo e formalizadas as Comissões Sociais de Freguesia (CSF). Atualmente o CLAS é comporto por 72 parceiros das várias entidades em presença na cidade e fazem parte das 6 CSF mais de 100 parceiros com intervenção no território.

Em 2004 foram elaborados os primeiros instrumentos de planeamento da rede social da Amadora: Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social 2005-2007, tendo sido identificados os principais problemas do território e definidas as áreas de intervenção prioritárias, materializadas em três eixos: Parcerias e Desenvolvimento local, Envelhecimento e Grupos Vulneráveis[1]. O PDSS é desdobrado em Planos de Ação, elaborados pelo Núcleo Executivo e apresentados e aprovados em plenário do Conselho Local de Ação Social (CLAS).

O principal objetivo da medida é combater/minimizar situações de pobreza e de exclusão social, através da convergência das intervenções e dos projetos ao nível municipal, identificar soluções para os problemas das famílias e dos indivíduos em situação de exclusão social e promover uma cobertura adequada do Município em Serviços e Equipamentos Sociais.

A Rede Social tem subjacente que as autarquias, entidades públicas e privadas que trabalham na área da ação social, conjuguem os seus esforços para prevenir, atenuar e erradicar situações de pobreza nos seus territórios. Pretende conjugar as políticas de diversos setores: educação, emprego, formação profissional, saúde e habitação, para um planeamento integrado com o objetivo de rentabilizar os vários recursos existentes no território.

O modelo de intervenção da Rede Social da Amadora tem por base uma lógica de intervenção sistémica, baseada em parcerias com as diferentes entidades em presença no território e assenta nos princípios da Igualdade, da Liberdade e da Solidariedade, estando conscientes de que as pessoas têm o direito a ser consideradas iguais não devendo ser objeto de qualquer tipo de discriminação. As estratégias de intervenção social devem, pois, possibilitar o acesso aos recursos para satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos e promover novos meios para dar resposta às mais emergentes, numa perspetiva de liberdade de escolha.

A solidariedade deverá ser o princípio que regula as relações entre as pessoas e as comunidades, no sentido

1 O Diagnóstico Social foi atualizado nos anos de 2008, 2011, 2014 e 2017 e os Planos de Desenvolvimento Social e de Saúde estiveram vigentes nos seguintes períodos: 2008-2011, 2012-2014, 2015-2017 e 2018-2025.

que a intervenção social deve proporcionar e contribuir para o desenvolvimento da consciência social perante as necessidades sociais, por forma a que todos os cidadãos assumam as problemáticas de indivíduos, grupos e comunidades como um contexto sócio político cujas causas são sociais e afetam todos. A intervenção social deve pautar-se pela criação de oportunidades para atenuar as desigualdades existentes nas comunidades.

A atualização permanente dos diagnósticos sociais e a elaboração dos planos de desenvolvimento social e de saúde, são demonstrativos do compromisso desta rede de parceiros com a melhoria sustentável das condições de vida da população, consolidando esta rede como um exemplo de política social estruturada e eficiente.

Os instrumentos de planeamento estratégico são construídos com base numa dinâmica participativa, envolvimento dos parceiros da cidade e auscultação de diferentes grupos da população.

A Rede Social tem sido ao longo dos anos, o motor para a criação de projetos/respostas inovadores que têm vindo a constituir-se como boas práticas a nível local, assim como a nível regional e nacional, dos quais se destacam a iniciativa EQUAL - projeto ADAPT (2005); o PROGRIDE – Medida 1 – Projeto – Sistema de Atendimento e Acompanhamento Integrado (2006); Criação da Rede Integrada de intervenção na Violência Domestica (2008), que deu lugar aos Planos Municipais Contra a Violência; o Projeto de Responsabilidade Organizacional e Social da Amadora(2009), que deu origem à criação da distinção municipal "Amadora Solidária " e ao prémio bianual "Empresa Solidária"; Apoio ao Cuidador Informal(2017); Fórum Municipal Sénior (2017); intervenção na área da deficiência(2023) entre outras. Salienta-se ainda a elaboração dos Planos Municipais para a Integração de Migrantes (o primeiro em 2015) e o Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável (2017 a decorrer a par com a vigência do PDSS 2018-2025).

A Rede Social da Amadora desempenha um papel crucial na construção de uma cidade socialmente coesa, atenta aos desafios crescentes enfrentados pelas áreas metropolitanas atualmente. Este sucesso é fundamentado num compromisso de sustentabilidade, de desenvolvimento social, da qualidade e inovação social. O planeamento, parcerias e a promoção da participação de todos são elementos essenciais deste trabalho.

AMADORA: **ENQUADRAMENTO DO TERRITÓRIO**

Criado no dia 11 de setembro de 1979, o Município da Amadora estende-se por uma área de 23,79Km^2. Foi o primeiro município a ser criado após o 25 de Abril de 1974, deixando de ser nessa data uma freguesia do Concelho de Oeiras, ao qual pertencia desde 1916.

O Município da Amadora inscreve-se na área geográfica da AMLN (Área Metropolitana de Lisboa Norte), fazendo fronteira terrestre com os Municípios de Lisboa, Odivelas, Sintra e Oeiras.

Figura 1 - Mapa do Município da Amadora (2024)

Fonte: Câmara Municipal da Amadora, 2024

Atualmente, o Município é composto por 6 freguesias: Águas Livres, Alfragide, Encosta do Sol, Falagueira-Venda Nova, Mina de Água e Venteira.

O território atualmente ocupado pelo Município da Amadora foi durante séculos alvo de ocupações sucessivas, sendo que os vestígios arqueológicos remontam ao Paleolítico. Na cidade encontram-se igualmente vestígios da ocupação romana, destacando-se o Aqueduto Romano, sendo que nos séculos seguintes o território foi sendo ocupado por povoações que cultivavam a terra em regime de subsistência e de apoio à capital. Entre os séculos XV a XVII registou-se uma colonização lenta do território, com o surgimento de aldeias dispersas, sendo que até ao século XIX foram crescendo os campos de trigo e as casas apalaçadas, tendo-se registado um desenvolvimento industrial que transformou o local numa zona próspera. O crescimento da população foi reforçado com a inauguração da linha de caminho de ferro para Sintra em 1887.

Em 1907, a requerimento da população, um Decreto do Rei D. Carlos determina que os lugares da Porcalhota, Amadora e Venteira passem a ter a denominação comum de Amadora. Com uma crescente importância e desenvolvimento industrial, a Amadora tornou-se Freguesia do Concelho de Oeiras em 1916, assistindo-se ao crescimento da classe social do operariado.

Na década de 30, assistiu-se à primeira fase de crescimento demográfico da Amadora, que se manteve até aos anos 50, mantendo-se o desenvolvimento ao nível industrial, fundamentalmente da indústria metalomecânica, com o consequente desenvolvimento das infraestruturas de transporte da região.

Entre 1950 e 1970, assistiu-se ao crescimento demográfico exponencial na Amadora, na sequência da melhoria das infraestruturas de transporte da região, a eletrificação da linha de caminho de ferro e os largos fluxos migratórios internos, provenientes dos processos de êxodo rural, e externos, oriundos das colónias que chegam à Amadora, atraídos pela criação de novos postos de trabalho nas indústrias e serviços que aí se instalaram. O crescimento urbano acentua-se, assim como o desenvolvimento de bairros clandestinos e de construção ilegal, marcando o território até à atualidade.

Como território adjacente à capital do país, a Amadora conheceu um desenvolvimento acentuado entre os anos 80 e 90, tendo-se constituído à época como um dormitório

da população que trabalhava em Lisboa. Os processos de urbanização e de construção de habitação foram especialmente concentrados nesse período, tendo potenciado o crescimento da cidade em altura e o aumento exponencial da população.

Nos dias de hoje a Amadora afirma-se como uma cidade na Área Metropolitana de Lisboa, com vida social, cultural e económica própria, afastando-se da imagem de cidade-dormitório a que esteve associada no passado.

Servida por uma rede viária com acesso direto à capital e às principais vias nacionais, a rede de transportes públicos apresenta-se igualmente complexa e diversificada. A ferrovia atravessa o território, dividindo-o em Norte e Sul, assegurando o acesso das pessoas através de três estações: Amadora, Reboleira e Damaia. Da mesma maneira, a cidade é atravessada pela linha subterrânea de metropolitano, dispondo de 3 estações de Metro: Alfornelos, Amadora Este e Reboleira. Estas estações de comboio e metro servem igualmente de interface entre si, assim como com as várias linhas de autocarro da Carris Metropolitana.

No território da Amadora encontram-se ainda polos industriais e comerciais de relevância para a cidade e para a população. Nas freguesias de Alfragide e Falagueira–Venda Nova encontram-se diversas indústrias e empresas de prestação de serviços; da mesma maneira, a cidade é servida por zonas comerciais de dimensão considerável, nomeadamente nos territórios de Alfragide, Encosta do Sol e Falagueira-Venda Nova.

Conta ainda com uma rede pública de estabelecimentos escolares, escolas profissionais e um dos maiores centros de formação profissional pública do país.

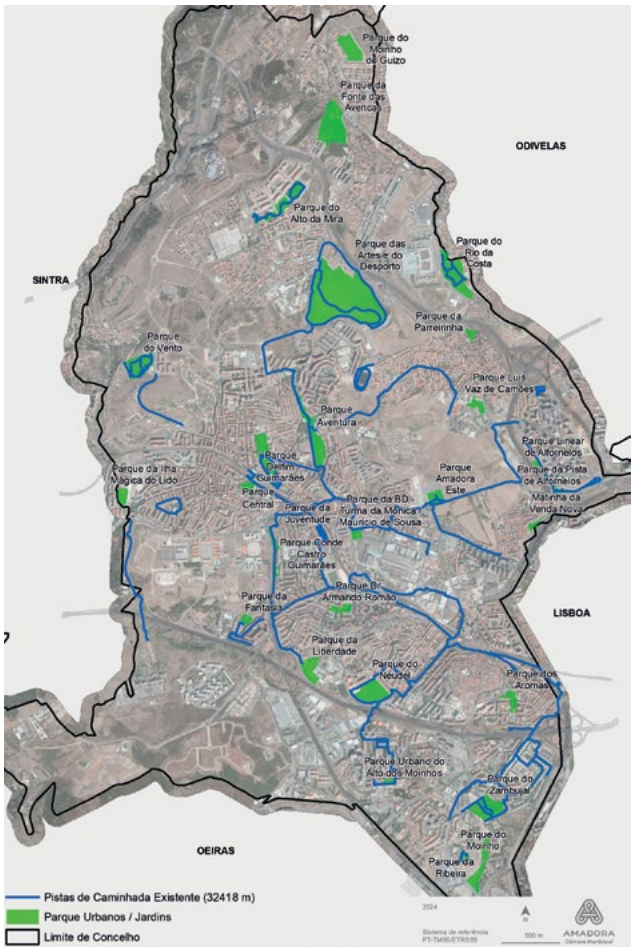
A nível cultural a Amadora dispõe na atualidade de um conjunto de equipamentos municipais que decorrem diretamente do percurso histórico da cidade. Destes, destacam-se os seguintes:

- **Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos;**
- **Casa Aprígio Gomes - Galeria Municipal Artur Bual;**
- **Casa Roque Gameiro;**
- **Recreios da Amadora;**
- **Cineteatro Dom João V;**
- **Núcleo Museológico do Casal da Falagueira;**
- **Necrópole de Carenque;**
- **Vila Romana da Quinta da Bolacha;**
- **Quinta do Assentista;**

Ainda no contexto cultural, a Amadora distingue-se no contexto nacional por ser a cidade da banda desenhada, dinamizando nos último 35 anos o Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora - Amadora BD. Destaque para acolher na cidade companhias profissionais residentes de teatro (Teatro dos Aloés) e dança (Quórum Ballet).

Tendo por principal objetivo a promoção da saúde e bem-estar da população, a Amadora tem registado um crescimento de equipamento para a prática desportiva e de atividade física no território, aliado à criação de espaços verdes urbanos para usufruto dos residentes.

Figura 2 - Mapa de parques e jardins da Amadora (2024)



Fonte: Câmara Municipal da Amadora (2024)

O território dispõe na atualidade de grandes parques urbanos, que se constituem como manchas verdes nas zonas urbanizadas. Estes parques estão providos com equipamento de lazer e promotores de prática de atividade física, nomeadamente de circuitos de fitness ao ar livre, num total de 40 locais e 290 equipamentos, assim como de pistas de caminhada e cicláveis, que totalizam cerca de 40 quilómetros ao longo da cidade.

Existem igualmente na cidade equipamentos municipais para a prática desportiva, dos quais se destacam o Complexo Desportivo Municipal Monte da Galega, as piscinas municipais da Reboleira e Alfornelos, o campo de ténis do Borel, as várias Instalações Desportivas Escolares Municipais e os polidesportivos instalados pelo território promotores de atividade física livre.

DOSSIER I – **CARACTERIZAÇÃO SÓCIO DEMOGRÁFICA**

A cidade da Amadora tinha em 2021 (Inst. Nac. Estatística) uma população residente de 171.454 pessoas, distribuída por 23,79 Km². De acordo com os dados dos processos de Recenseamento da População de anos anteriores, verifica-se um decréscimo populacional de 3.682 pessoas (decréscimo de 2%) face a 2011 e de 10.320 pessoas (decréscimo de 5,7%) face a 1991.

Ao nível da população a Amadora é a quarta maior cidade do país, sendo a densidade populacional do território de 7.210 pessoas/Km²; apresenta-se como sendo 64 vezes maior do que a densidade populacional de Portugal (112 pessoas/Km²), fator que marca a dinâmica dos seus residentes. Este indicador, que assume importância nos processos de planeamento do território, ganha especial relevância quando analisado por freguesias.

Tabela 1 - Densidade Populacional de Portugal e do território da Amadora (2021)

Território	Densidade populacional
Portugal	112 pessoas/Km²
Amadora	7.210 pessoas/Km²
Águas Livres	17.016 pessoas/Km²
Alfragide	6.707 pessoas/Km²
Encosta do Sol	9.676 pessoas/Km²
Falagueira – Venda Nova	7.268 pessoas/Km²
Mina de Água	5.310 pessoas/Km²
Venteira	4.928 pessoas/Km²

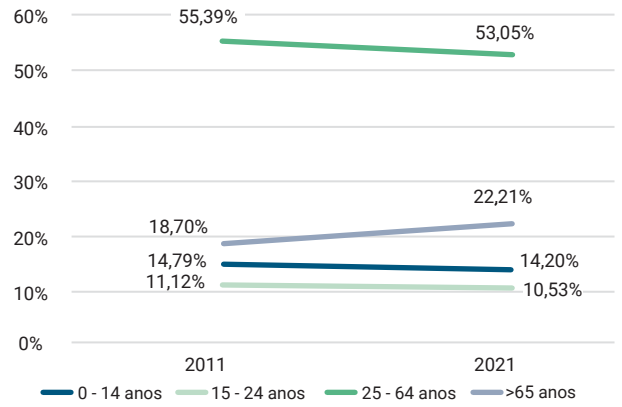
Fonte: INE, 2021

As freguesias de Águas Livres e da Encosta do Sol apresentam uma densidade populacional muito superior à média do Concelho.

A distribuição da população na cidade da Amadora em 2021 (Inst. Nac. Estatística) manteve a tendência registada em processos de recenseamento anteriores, sendo os territórios com maior número de residentes as freguesias de Mina de Água (25,1% da população) e de Águas Livres (21,9% da população); por outro lado, as freguesias com menor quantidade de residentes são a Falagueira – Venda Nova (12,1% da população) e a Venteira (9,8% da população).

À semelhança do território português, e acompanhando a tendência mundial, o Concelho da Amadora tem vindo a envelhecer progressivamente, com um aumento tendencial da população mais velha e uma diminuição da população mais jovem. Pode verificar-se nos dados do Instituto Nacional de Estatística, comparando com o Recenseamento da População de 2011, em 2021 constata-se um decréscimo do número de crianças e jovens (dos 0 aos 24 anos), assim como da população em idade ativa (dos 25 aos 64 anos), com o consequente aumento proporcional da população com mais de 65 anos.

Gráfico 1 - Evolução da estrutura demográfica do Concelho da Amadora, por ciclo de vida (2011-2021)

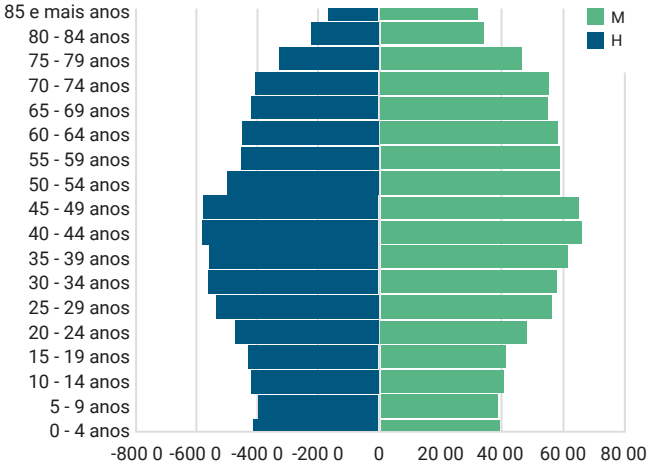


Fonte: INE, 2021

Analisando a estrutura demográfica da população residente da Amadora em 2021 constata-se que cerca de metade das pessoas encontra-se em idade ativa, seguido do grupo de maiores de 65 anos, que representa 22% do total.

Ao nível da distribuição da população em Pirâmide Etária (INE, 2021), verifica-se a tendência de 'emagrecimento' da base da pirâmide, face ao alargamento do topo da mesma, indicando o envelhecimento populacional do território, que poderá contribuir a longo prazo, e excluindo os efeitos dos movimentos migratórios, para o comprometimento efetivo de renovação geracional.

Gráfico 2 - Pirâmide Etária da Amadora, 2021



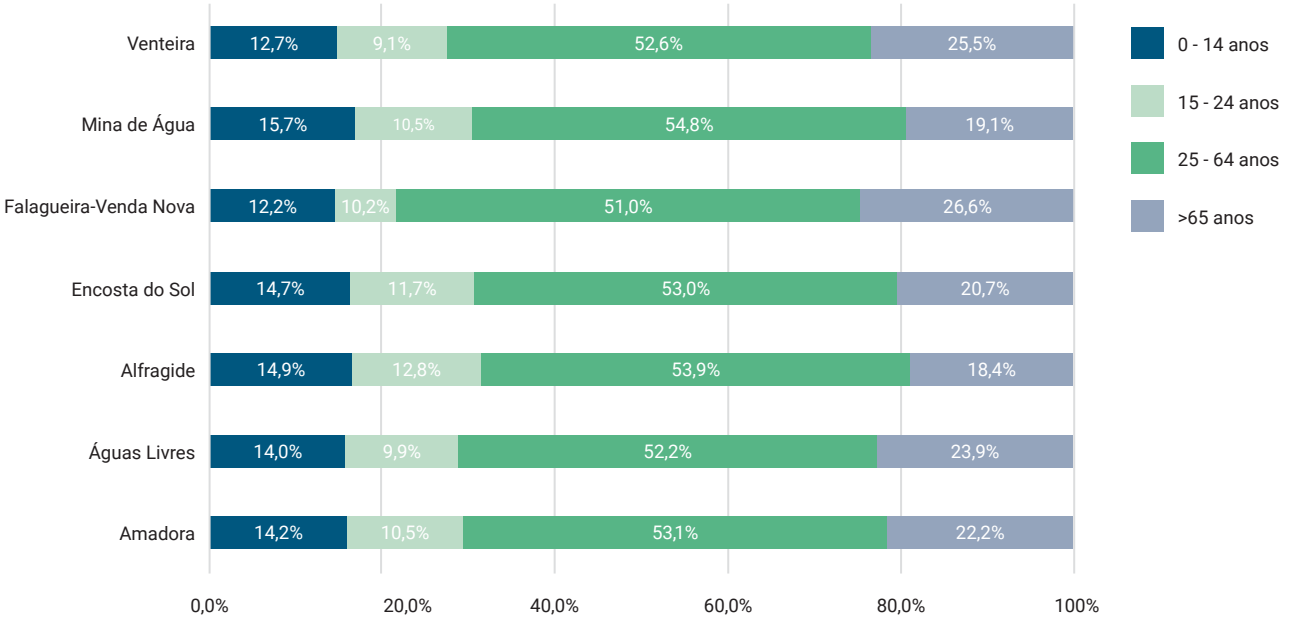
Fonte: INE, 2021

Comparando os dados do território da Amadora com os do território nacional, verifica-se que localmente o grupo das crianças (0-14 anos) tem maior peso no total da população, representando mais 1,3% face à população portuguesa. Por oposição, o grupo de residentes com mais de 65 anos representa menos face ao total na Amadora do que a média do país, apontando este facto para um território local menos envelhecido.

Esta tendência é suportada igualmente pelo Índice de Envelhecimento, que aponta para o número de pessoas com mais de 65 anos para cada 100 crianças entre os 0 e os 14 anos de idade. Em 2021 (INE, 2021), na Amadora, residiam 156 seniores por cada 100 crianças, dado que sofreu um agravamento de 24% face ao recenseamento de 2011. Comparando este indicador na cidade da Amadora com o registado a nível nacional, constata-se que Portugal apresentava em 2021 um Índice de Envelhecimento de 182 seniores por cada 100 crianças dos 0 aos 14 de anos.

Analisando em detalhe as freguesias da Amadora, destaca-se uma maior proporção de pessoas com mais de 65 anos nos territórios da Falagueira – Venda Nova (26,5%) e da Venteira (25,5%) face à média do território, assim como uma menor proporção de crianças dos 0 aos 14 anos, que representam respetivamente 12,4% e 12,7% da população. Paralelamente, a freguesia da Mina de Água apresenta uma maior proporção de crianças até aos 14 anos (15,7%), sendo que os territórios de Alfragide e Encosta do Sol têm uma maior representação de jovens entre os 15 e os 24 anos (12,8% e 11,6% respetivamente), apontando para um menor envelhecimento dos territórios.

Gráfico 3 - Estrutura demográfica do Concelho da Amadora e Freguesias, por ciclo de vida (2021)



Fonte: INE, 2021

Da análise feita ao Gráfico 3, importa destacar o peso relativo da população em idade ativa na freguesia da Venteira; de facto, e ainda que seja uma das freguesias mais envelhecidas do território, a proporção de pessoas entre os 25 e os 64 anos aproxima-se à média da cidade da Amadora. Este aspeto contraria a tendência registada em censos anteriores, que apontavam para um decréscimo deste grupo, podendo ser justificado com os movimentos migratórios com destino à Venteira.

A desagregação dos índices de Envelhecimento das freguesias comprova os dados analisados anteriormente. Por outro lado, comparando este indicador com os dados de 2011, verifica-se um aumento do número de pessoas com mais de 65 anos face ao número de crianças até aos 14 anos em quase todas as freguesias da Amadora[2], tendo duplicado o Índice de Envelhecimento (em 2011 o IE era de 64, em 2021 o IE era de 123,9). Nesta evolução é exceção a freguesia da Venteira, que em 2011 tinha um índice de Envelhecimento de 204 seniores por cada 100 crianças até aos 14 anos, e em 2021 registava um Índice de 200 seniores por cada 100 crianças.

2 Na análise comparativa dos dados das freguesias para os anos 2011 e 2021, importa ter em conta o processo de reorganização administrativa do território, que criou novos territórios. Nesta análise a salvaguarda nas conclusões assumidas é maior nas freguesias de Águas Livres, Alfragide e Venteira, pela agregação de partes de territórios das freguesias anteriormente definidas.

Tabela 2 - Índice de Envelhecimento de Portugal e do território da Amadora (2021)

Território	Índice de Envelhecimento
Portugal	182
Amadora	156
Águas Livres	171
Alfragide	123,9
Encosta do Sol	141
Falagueira – Venda Nova	216
Mina de Água	121
Venteira	200

Fonte: INE, 2021

O aumento progressivo da população com mais de 65 anos, reflexo da melhoria das condições de vida da população e do acesso aos cuidados de saúde, reflete-se nos dados dos censos realizados no território.

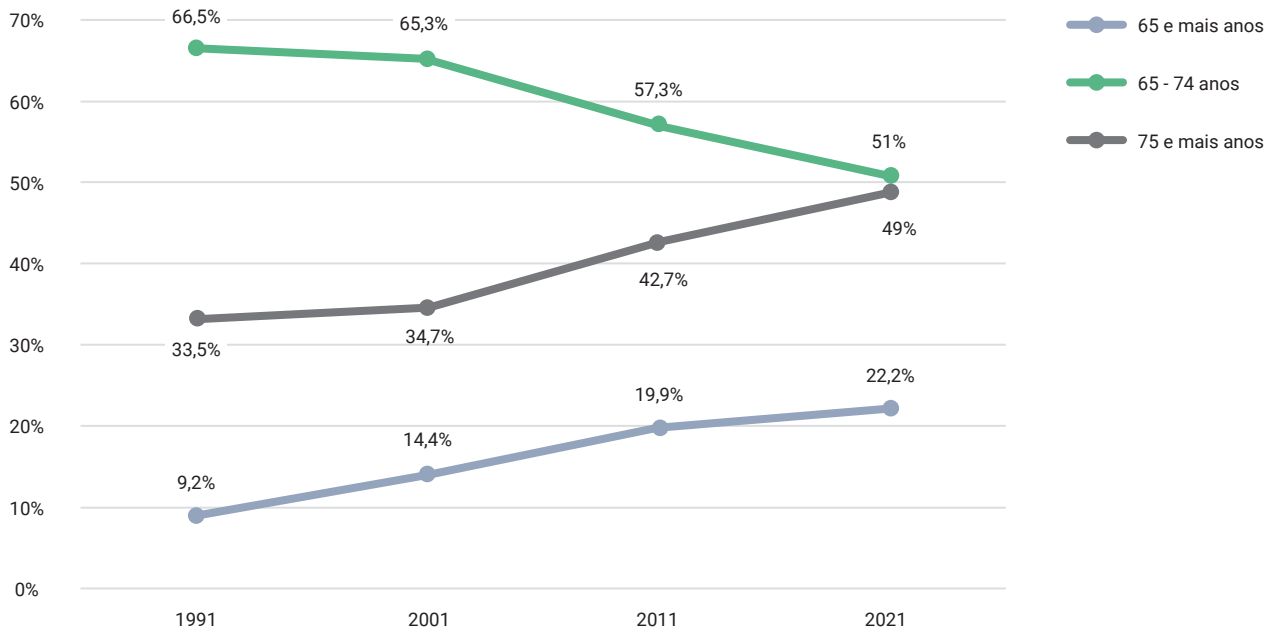
Entre 1991 e 2021 o grupo das pessoas com mais de 65 anos aumentou 240% na Amadora, tendo progressivamente diminuído a proporção de pessoas entre os 65 e 74 anos, com consequente aumento do grupo com mais de 75 anos. De facto, o Índice de Longevidade na Amadora em 2021 situava-se nas 48,97 pessoas com mais de 75 anos por cada 100 pessoas com mais de 65 anos. Este valor corresponde à média nacional, acompanhando o território da cidade a tendência portuguesa.

Importa ainda ter em conta o fenómeno de envelhecimento dos mais velhos, que tem conduzido a um aumento crescente das pessoas com muita idade. Em 2021 residiam na Amadora 6.879 pessoas com mais de 85 anos, das quais 333 tinham mais de 95 anos.

Paralelamente ao envelhecimento da população, o território nacional tem assistido à progressiva redução da natalidade, com consequência na diminuição das camadas mais jovens; como referido anteriormente e sustentado na Pirâmide Etária analisada (Gráfico 2), a Amadora tem acompanhado a tendência portuguesa.

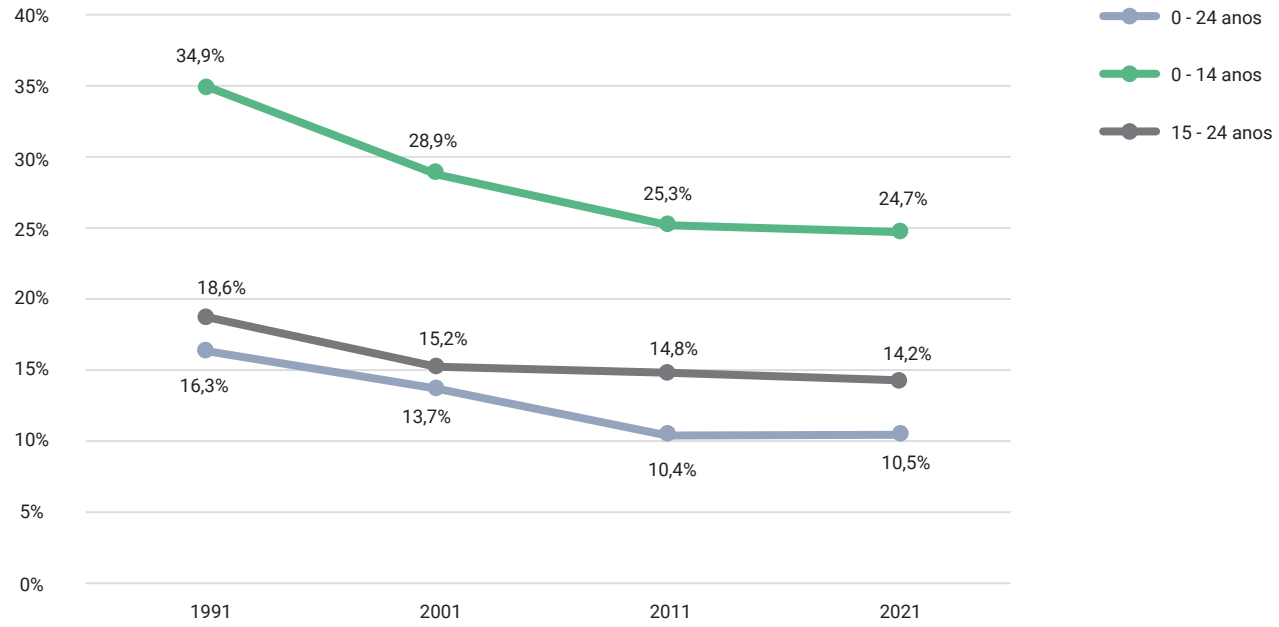
A população com 24 anos ou menos diminui 30% na Amadora entre 1991 e 2021, tendo este decréscimo sido mais acentuado nos jovens entre os 15 e os 24 anos. Entre 2011 e 2021 verifica-se alguma estabilidade na evolução da proporção dos mais jovens na cidade, podendo para este facto terem contribuído os movimentos migratórios.

Gráfico 4 - Evolução da população com mais de 65 anos na Amadora (1991-2021)



Fonte: INE

Gráfico 5 - Evolução da população entre os 0 e os 24 anos na Amadora (1991-2021)



Fonte: INE

Para o efeito de redução das camadas mais jovens da população tem contribuído a redução do número de nascimentos, tendência registada na sequência dos processos de integração da mulher no mercado de trabalho e crescimento dos seus direitos na sociedade. A Taxa Bruta da Natalidade em Portugal era de 22,2‰ em 1967, registando em 2021 o valor de 8‰; o decréscimo de cerca de 280% deste indicador tem tido um impacto no planeamento do território nacional e das políticas públicas implementadas.

O território da Amadora tem acompanhado esta tendência, ainda que com menor impacto daquele registado no território português, podendo este facto relacionar-se com os permanentes movimentos migratórios registados. De facto, em 2021 a taxa bruta de natalidade na Amadora era de 10,6 nados vivos por cada 1000 habitantes, sendo que em 1991 este indicador registava o valor de 12,5‰.

Por outro lado, a Taxa de Fecundidade na Amadora, que mede o número de nados vivos face ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (15 e 49 anos), era em 2021 de 43,3‰; em Portugal este indicador registava um valor menor, na ordem dos 35,8‰.

O envelhecimento da população e a redução da natalidade coloca aos territórios desafios na gestão das políticas públicas ao nível social e económico; de facto, a sustentabilidade geracional assenta num pressuposto de renovação dos grupos etários e de saldos naturais tendencialmente positivos.

Ao longo do período temporal analisado anteriormente (1991-2021), a população em idade ativa (25 - 64 anos) na Amadora decresceu ligeiramente, tendo a variação sido substancialmente menor do que nos grupos dos mais jovens ou dos mais velhos. Este facto poderá ser explicado com os movimentos migratórios permanentemente registados no território.

Apresentando em 2021 uma proporção de 53,1% face ao total da população, as pessoas em idade ativa representam na Amadora o maior grupo, tendência que vai de encontro à média nacional. Não obstante, os Índices de Dependência dos jovens e dos idosos face à população ativa eram menores na cidade do que no resto do país; em 2021, para cada 100 residentes na Amadora entre os 25 e os 64 anos, existiam 23 crianças (0-14 anos), e 35 seniores (>65 anos). Estes indicadores apontam para a dependência dos grupos de população que não desempenham atividade profissional para o grupo das pessoas em idade ativa, constituindo um elemento importante na análise da sustentabilidade económica das comunidades.

Na análise da estrutura populacional na Amadora, bem como da sua evolução ao longo do tempo, assumem grande importância os movimentos migratórios. Sendo a Amadora uma cidade de destino de migrantes desde os anos 60 do século passado, o território tem sido marcado pela presença e participação de grupos de muitas origens. Em termos de caracterização demográfica, também estes fluxos migratórios contribuíram para o desenvolvimento do território.

De acordo com o recenseamento da população, em 2021 residiam na Amadora 19.198 pessoas com nacionalidade estrangeira, representando 11,2% do total de residentes. Este valor representa um aumento de 10% face a 2011. Comparando com o território nacional, em que a população de nacionalidade estrangeira representava 5,2%, percebe-se que na Amadora os nacionais de outros países assumem uma dimensão de maior relevância.

Nesta análise importa considerar igualmente os dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras[3] de 2021, que aponta para a permanência no território da Amadora de 23.838 pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência. De acordo com esta informação, que exclui os residentes em situação irregular, os estrangeiros representariam cerca de 14% do total da população da cidade, sendo bastante díspar dos dados do processo de Recenseamento da População do mesmo ano.

Esta disparidade poderá explicar-se com a saída do Concelho de pessoas a quem foi atribuída a residência, em movimentos migratórios internos ou externos, podendo os serviços competentes não ter conhecimento desta mudança. Por outro lado, a maior proporção de residentes de algumas das nacionalidades mais presentes na Amadora (Brasil e Angola) nos Censos face aos dados do SEF, poderão apontar para grupos de pessoas que se encontravam em situação irregular ou com processos de regularização em curso.

Desagregando os países de origem destes residentes de nacionalidade estrangeira, constata-se a predominância de pessoas do Brasil, Cabo Verde e Angola; estes três grupos com maior expressão, representam 7% do total da população da cidade.

Tabela 3 - % de população estrangeira por nacionalidade na Amadora (2021)

Nacionalidade	% no total pop. Estrangeira
Brasil	32,5%
Cabo Verde	20,9%
Angola	8,8%
Guiné-Bissau	8,5%
São Tomé e Príncipe	4,2%
Ucrânia	2,6%
Índia	2,5%
China	2,2%
Paquistão	2%
Bangladeche	1,9%

Fonte: INE, 2021

Comparando as nacionalidades com maior presença no território da Amadora com o Recenseamento de 2011, constata-se que houve uma diminuição da representação de nacionais de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Roménia e Guiné; paralelamente, os nacionais do Brasil e Angola encontravam-se em 2021 com maior número de residentes no território.

Importa ainda referir o crescimento que os nacionais do Paquistão e Bangladeche assumiu na cidade em 2021, passando a constituir grupos importantes a residir na Amadora.

Analisando a distribuição dos residentes com nacionalidade estrangeira pela cidade, verifica-se uma concentração acima da média municipal nas freguesias das Águas Livres e da Venteira, tendo este último território conhecido um aumento substancial de imigrantes entre 2011 e 2021.

O aumento da população migrante, nomeadamente da população proveniente de países sem tradição de imigração para Portugal, foi igualmente sentida pelos vários parceiros da Rede Social da Amadora. Nos diversos momentos de auscultação realizados, foi reforçada a vulnerabilidade social em que estes cidadãos ficam ao chegar à Amadora, enfrentando problemas no acesso a habitação condigna e sentindo dificuldades nos processos de integração social, desde logo pela falta de domínio da língua portuguesa, pelas diferenças culturais e religiosas e pelo desconhecimento dos serviços e procedimentos dos mesmos.

De acordo com os vários agentes da cidade, esta vulnerabilidade acentua-se nas situações de permanência irregular no território, que limitam o acesso a apoios e serviços sociais; por outro lado, as situações de migrantes que se encontram em Portugal ao abrigo de protocolos de saúde são sentidas como sendo as mais frágeis, uma vez que à dificuldade no acesso à proteção social acrescem situações de doença.

Numa cidade como a Amadora, destino de migrantes desde os anos 60 do século XX, importa analisar a naturalidade da população como elemento caracterizador das origens culturais das comunidades. De facto, na sequência de processos de naturalização dos migrantes, parte dos residentes nascidos em países estrangeiros apresentavam em 2021 a nacionalidade portuguesa, ficando excluídos da análise anterior.

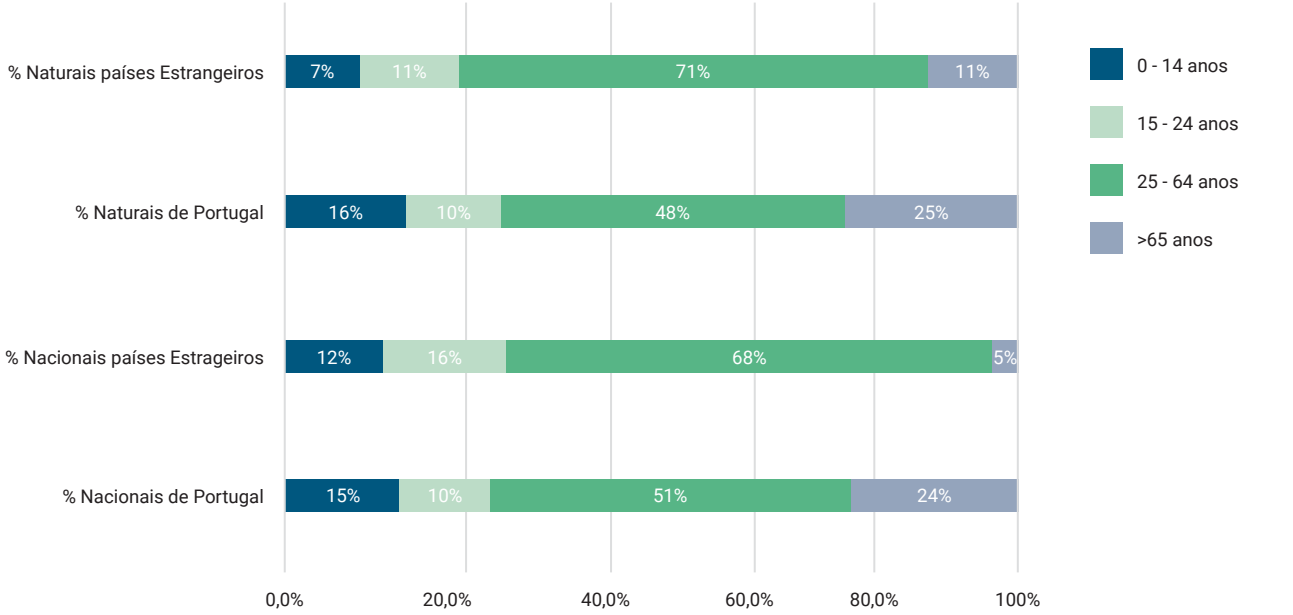
O processo de recenseamento de 2021 registou 34.561 residentes com naturalidade estrangeira, correspondendo a 20,16% do total da população da cidade. Comparando com a média nacional, na Amadora as pessoas nascidas

3 Serviço de Estrangeiros e Fronteiras extinto em outubro de 2023, na sequência da Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro.

em países estrangeiros representavam o dobro no território, havendo uma clara predominância de naturais de países africanos (57,14% do total).

Os países predominantes de origem dos naturais de países estrangeiros são o Brasil (23,2%), Cabo Verde (21,5%) e Angola (15,1%). As diferenças na representação que estas nacionalidades apresentam face à nacionalidade dos mesmos residentes apontam para os processos de naturalização portuguesa decorrentes da Lei da Nacionalidade, assim como para o fenómeno de residentes já nascidos em território português, mas com nacionalidade atribuída em função da sua ascendência.

Gráfico 6 - Estrutura demográfica da população residente por nacionalidade e naturalidade na Amadora (2021)



Fonte: INE, 2021

A análise efetuada no Gráfico 6 permite comparar a proporção de população em cada faixa etária por ciclo de vida, por nacionalidade e naturalidade dos residentes, no total da população portuguesa ou estrangeira. Conclui-se que os residentes com nacionalidade ou naturalidade estrangeira assumem maior representação do que os nacionais ou naturais de Portugal nos grupos de população em idade ativa, assim como entre a população jovem. Paralelamente, a proporção de seniores nascidos no estrangeiro ou com nacionalidade estrangeira é menor.

Quando comparamos a representação que cada faixa etária tem entre o total dos nacionais e naturais de países estrangeiros, percebemos que a proporção de seniores nascidos fora de Portugal é maior do que daqueles que têm outra nacionalidade, apontando para o efeito da Lei da Nacionalidade. Por outro lado, é possível constatar uma menor representação de crianças entre os 0 e os 14 anos nascidas fora e Portugal, face àquelas que têm nacionalidade estrangeira; este dado aponta para a existência de um grupo de crianças filhas de pais migrantes, que nasceram já em território português.

O Recenseamento da População de 2021 utilizou a Classificação Internacional da Funcionalidade como instrumento para aferir os níveis de incapacidade dos residentes, assumindo o conceito de deficiência como a o estado da pessoa face às alterações as funções físicas e mentais, remetendo para a incapacidade funcional dos indivíduos.

De acordo com o Diagnóstico da área da Deficiência do Concelho da Amadora 2023[4], no total da população residente com 5 ou mais anos na cidade em 2021, 42,2% afirmou ter pelo menos uma dificuldade funcional. Comparando com 2011, registou-se um aumento de 267%, que se assume como bastante significativo nos processos de planeamento do território.

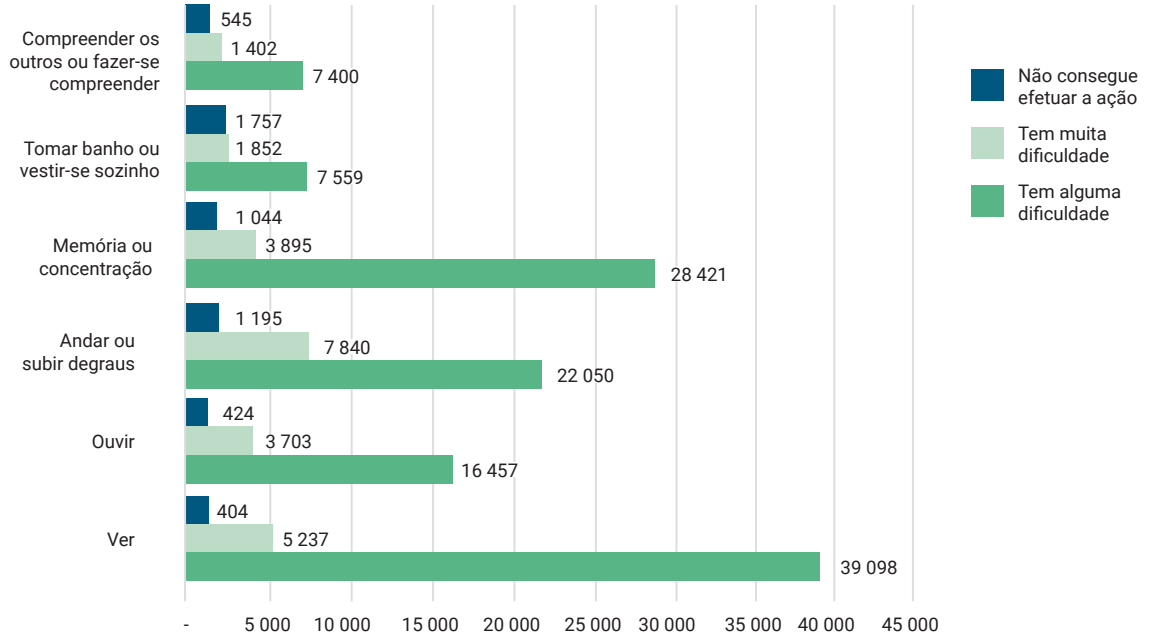
Analisando o perfil destes 68.938 residentes, constata-se que a maioria são do sexo feminino (59,7%) e com idade igual ou superior a 50 anos. De facto, os processos de envelhecimento da população mantêm uma relação direta com o aumento da proporção de pessoas com incapacidade funcional, sendo que em 2021 cerca de 32% do total deste grupo tinham 70

4 Diagnóstico social parcelar, teve origem em informação qualitativa e no tratamento e análise dos dados do Recenseamento da População 2021.

ou mais anos; por outro lado, 43,9% das pessoas com pelo menos uma dificuldade tinham como fonte de rendimento a reforma ou pensão atribuída.

A relação entre o aumento da incapacidade da população e o progressivo envelhecimento da mesma, reforçados pelos índices de envelhecimento e longevidade já referidos, constituem aspetos fundamentais no planeamento urbanístico da cidade, assim como da intervenção social do território.

Gráfico 7 - População residente com 5 ou mais anos, por tipo e grau de dificuldade na Amadora (2021)



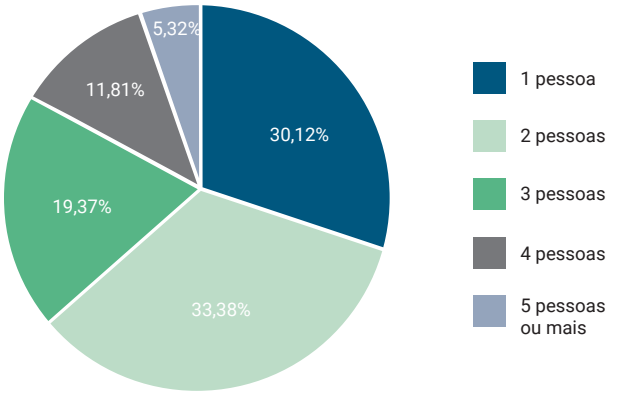
Fonte: INE, 2021

Importa ainda destacar a proporção de pessoas que não conseguem efetuar ações relacionadas com mobilidade ou atividades de vida diária, potenciando as situações de dependência e isolamento social.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística o conceito de agregado doméstico ou família clássica remete para a pessoa ou grupo de pessoas, aparentadas ou não aparentadas, que residem na mesma casa (critério de co-residência) e que podem partilhar recursos e atividades (critério funcional).

Em 2021 residiam no território da Amadora 73.539 agregados domésticos, composto por 2,3 pessoas em média. Destes agregados, a maioria era composto por 2 pessoas, sendo que cerca de 30% eram agregados unipessoais; este dado apresenta-se como superior à média nacional de agregados domésticos composto por 1 pessoa (25%), aspeto que importa considerar na caracterização da população do território.

Gráfico 8 - Agregados domésticos por dimensão na Amadora (2021)



Fonte: INE, 2021

Da análise efetuada importa ainda referir que 14% do total de agregados domésticos eram compostos apenas por uma pessoa com mais de 65 anos; por outro lado, 23% dos agregados eram compostos exclusivamente por pessoas reformadas. Estes dados reforçam a proporção de população mais velha, assim como o isolamento social dos seniores.

Importa ainda referir que 15% dos agregados domésticos eram monoparentais, dos quais 65% eram compostos por um adulto com filho(s) menor(es) de 25 anos a cargo; destes, a larga maioria (88%) tinham como titular uma mulher. Conhecendo a relação existente entre uma maior vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão social dos agregados monoparentais, este elemento assume-se como estrutural no desenho da intervenção social local.

Na análise das características da população residente na Amadora importa ter em conta a religião das pessoas, que não sendo de resposta obrigatória no processo de recenseamento de 2021, contou com informação de 143.329 pessoas (83,6%). Dos respondentes, 69% dos residentes declara-se como católico, sendo este valor mais baixo á média nacional (83,6%); por outro lado, os residentes de religião protestante, que na Amadora representam 4%, registam metade da proporção a nível nacional.

Tabela 4 - Religião dos residentes na Amadora (2021)

Religião	N	%
Católica	98 973	69,1%
Ortodoxa	1 296	0,9%
Protestante/Evangélica	5 910	4,1%
Testemunhas do Jeová	1 569	1,1%
Outra cristã	2 379	1,7%
Budista	326	0,2%
Hindu	643	0,4%
Judaica	63	0,0%
Muçulmana	2 897	2%
Outra não cristã	715	0,5%
Sem religião	28 558	19,9%

Fonte: INE, 2021

DOSSIER II – **CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÓMICA**

A contextualização económica de um território contribui de forma determinante para a compreensão das condições de vida da população residente, constituindo-se como um aspeto fundamental na caracterização sociodemográfica local.

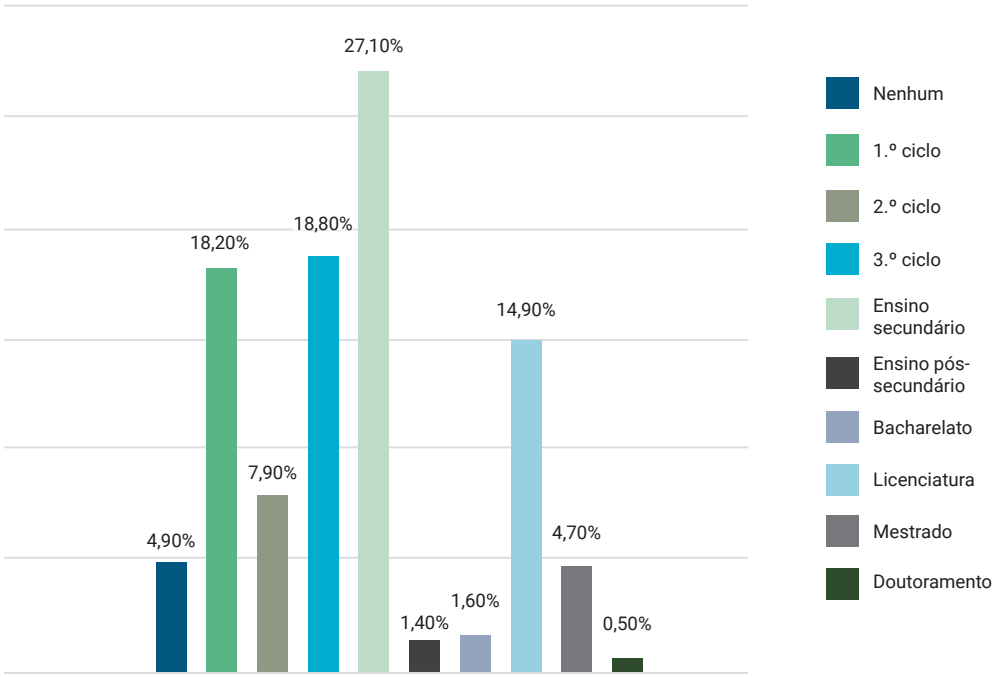
Em 2021 o ganho médio dos/as trabalhadores/as por conta de outrem na Amadora era de 1.567,3€, estando este valor na média da Área Metropolitana de Lisboa (1.562,7€) e representando mais 21% do que a média nacional (1.289,5€). Comparando com anos anteriores, verifica-se que este indicador na Amadora aumentou 356% em relação a 1991 e 125% em relação a 2011[5].

Por outro lado, analisando o poder de compra per capita, verifica-se que na Amadora este indicador representava 102% quando comparado com o índice nacional, estando abaixo da referência da Área Metropolitana de Lisboa (121%)[6].

Estes dados vão de encontro às perceções dos vários parceiros da Rede Social da Amadora, identificados em workshops de auscultação, que remete para a ideia de que os rendimentos da população, ainda que tenham conhecido aumentos relativos nos últimos anos, não serão suficientes para fazer face às despesas dos agregados familiares, considerando a inflação registada e o aumento do custo de vida.

Os níveis de escolaridade dos indivíduos assumem um aspeto central na determinação das condições de vida da população, desde logo pela relação que tem com o acesso ao mercado de trabalho e ao escalão de rendimentos. Na cidade da Amadora residiam 147.103 pessoas com mais de 15 anos, sendo que a maioria tinha completado o Ensino Secundário (27,1%).

Gráfico 9 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da população residente na Amadora com 15 anos ou mais (2021)



Fonte: INE, 2021

Pode verificar-se no Gráfico 9, cerca de 23% da população residente na Amadora detinha um nível de escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico, sendo que destas 7.143 pessoas não tinham completado qualquer nível de escolaridade. Comparando com a realidade nacional, constata-se que a média em Portugal aponta para 28,2% da população em idêntica situação; no entanto, comparando os dados da Amadora com a média da Área Metropolitana de Lisboa (20,2%) constata-se que localmente existe mais população com baixos níveis de escolaridade.

Por outro lado, o Gráfico 9 permite constatar que 21,7% da população com 15 anos ou mais residente na Amadora

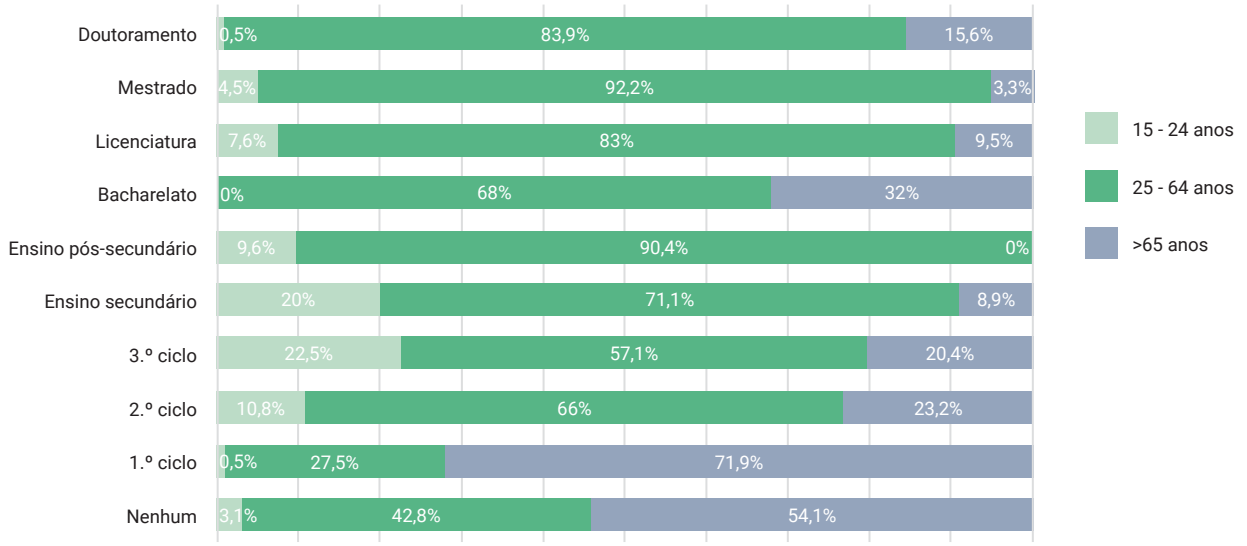
5 PORDATA, 2024 (Municípios: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade | Pordata)

6 PORDATA, 2024 (https://www.pordata.pt/municipios/poder+de+compra+per+capita-118) – NOTA: Este indicador compósito pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões.

detinha em 2021 um nível de formação superior, estando esta média acima da média nacional (19,7%) e abaixo da média da AML (26,4%).

Desagregando o nível de escolaridade mais elevado concluído pela população residente na Amadora por ciclo de vida, é possível constatar que a maioria das pessoas com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico tinham 65 anos ou mais. Desta forma, verifica-se que a população em idade ativa tem níveis de escolaridade mais elevados, tendência que se acentua entre os grupos mais jovens.

Gráfico 10 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da população residente na Amadora por ciclo de vida (2021)



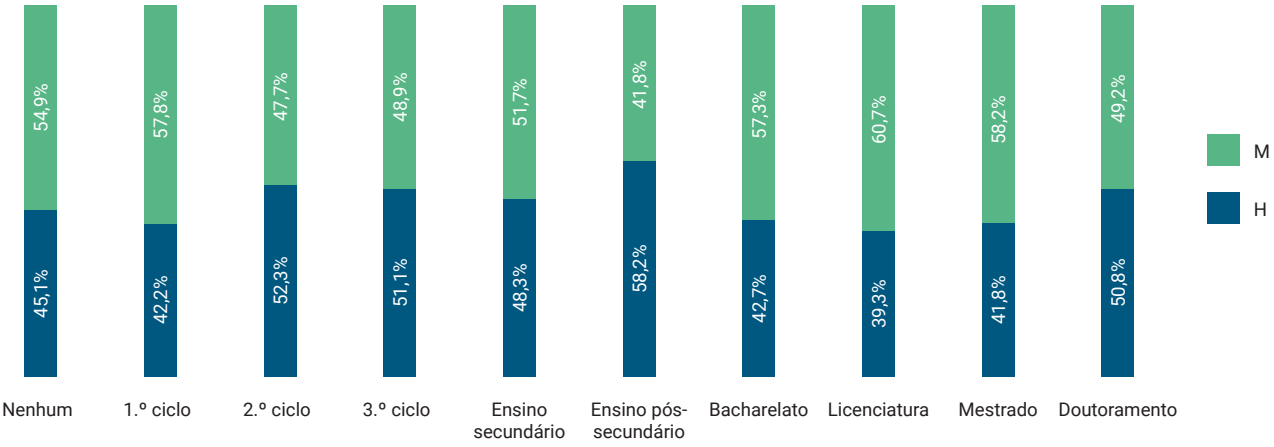
Fonte: INE, 2021

Sendo esta uma tendência nacional, resultado da democratização do ensino no pós 25 de abril e consolidado ao longo dos anos com um conjunto de medidas de política social que têm contribuído para um acesso universal a níveis superiores de escolarização, a melhoria da escolaridade da população residente na Amadora poderá conduzir a uma melhoria dos níveis de vida das pessoas por via do acesso ao mercado de trabalho mais qualificado.

Não obstante, a predominância de uma grande percentagem de pessoas com baixos níveis de escolarização, nomeadamente entre as pessoas com mais de 65 anos, poderá apontar para atividades profissionais pouco qualificadas e carreiras contributivas dos escalões mais baixos, podendo estas ter contribuído para reformas e pensões reduzidas na velhice.

Nesta análise importa igualmente ter em conta a distribuição dos níveis de escolaridade pelo sexo dos residentes. Acompanhando uma tendência nacional, a proporção de mulheres é predominante nos níveis mais baixos (escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo) e mais elevados de escolaridade (bacharelato, licenciatura e mestrado).

Gráfico 11 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da população residente da Amadora, por sexo (2021)



Fonte: INE, 2021

A distribuição média dos níveis de escolaridade entre homens e mulheres era muito influenciado em 2021 pela distribuição pelos ciclos de vida. De facto, a maioria das mulheres com mais de 65 anos tinha uma escolaridade mais baixa do que os homens, tendo uma menor predominância nos níveis de ensino secundário e superior; por outro lado, nos grupos de mulheres entre os 15 e os 64 anos predominam as residentes com ensino secundário e superior, tendo estes níveis de escolaridade menor representação masculina.

Conforme referido anteriormente, e seguindo uma tendência nacional, os níveis médios de escolaridade da população têm vindo progressivamente a aumentar, o que poderá contribuir para o aumento dos rendimentos individuais por via do trabalho. De facto, em 2021 o ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem na Amadora era de 1.567,3€; os trabalhadores com escolaridade ao nível do ensino básico ou inferior tinham aproximadamente metade desse rendimento médio (843,8€ e 812,1€ respetivamente), sendo que as pessoas com escolaridade ao nível do ensino superior auferiam em média mais metade do valor base (2.311,7€)[7].

O acesso e integração no mercado de trabalho constitui um aspeto fundamental na dinâmica das comunidades e no bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos, contribuindo para a coesão social dos territórios.

Em 2021 a taxa de emprego[8] no Concelho da Amadora era de 50,52%, sendo ligeiramente superior à taxa nacional e ligeiramente inferior à da Área Metropolitana de Lisboa. Desagregando por freguesias, é possível constatar que a taxa de emprego é superior no território da Mina de Água (54,14%) e inferior na Falagueira – Venda Nova (46,34%), podendo estes dados estar relacionados com as características demográficas das respetivas populações.

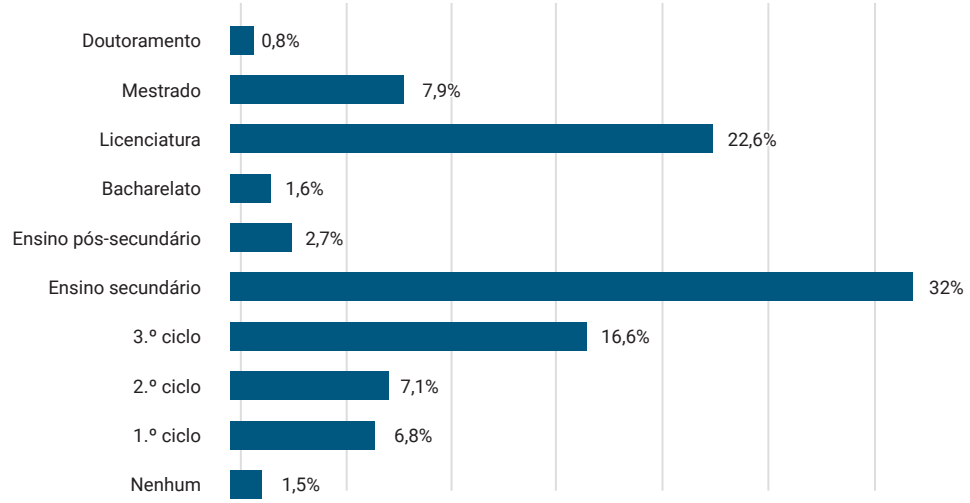
Por outro lado, analisando o mesmo indicador em função do sexo dos indivíduos é possível constatar que a taxa de emprego é 5% inferior nas mulheres quando comparada com a taxa de emprego entre os homens.

Em 2021 existiam 82.524 pessoas com mais de 15 anos ativas perante o mercado de trabalho (48% da população), dos quais 90,1% se encontravam empregadas[9]. Deste total, cerca de 52% eram do sexo feminino, sendo que 91% se encontravam entre os 25 e os 64 anos.

Importa nesta análise destacar os 304 jovens entre os 15 e os 19 anos, que estando parte em idade de escolaridade obrigatória, integraram em simultâneo o mercado de trabalho. Por outro lado, existiam em 2021 cerca de 2.220 pessoas com 65 anos ou mais que, tendo critérios para receber reforma ou pensão por via da idade, se encontravam integradas no mercado de trabalho, colocando-se a hipótese do valor auferido por via da prestação ser insuficiente para fazer face às necessidades dos agregados familiares[10].

Tendo sido já analisada a distribuição da população residente por nível de escolaridade mais elevado concluído, importa considerar este indicador nas pessoas ativas empregadas da Amadora.

Gráfico 12 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da pop. empregada na Amadora (2021)



Fonte: INE, 2021

7 PORDATA, 2024 (Municípios: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade | Pordata)

8 Relação entre o nº de pessoas empregadas face ao total de pessoas residentes com 15 ou mais anos

9 Instituto Nacional de Estatísticas (2021)

10 Na análise da distribuição da população ativa empregada com mais de 65 anos importa ter em conta que, em 2021, a idade da reforma estava estabelecida em 66 anos e 6 meses.

A maioria da população empregada tinha escolaridade ao nível do ensino superior (33,3%) e do ensino secundário (32%), sendo diminuta a proporção de população com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico (15%).

Não obstante, as perceções dos vários parceiros da Rede Social da Amadora, identificadas em workshops de auscultação, remetem para a ideia de que a população que recorre aos serviços terá baixas qualificações e formação profissional desajustada às necessidades do mercado de trabalho, o que conduzirá ao desempenho de funções pouco qualificadas e mal remuneradas. Por outro lado, foi igualmente reforçada a ideia de que os trabalhadores se encontrarão em precariedade laboral e insegurança no posto de trabalho.

A grande maioria das pessoas empregadas (94,5%) tinha em 2021 o trabalho como principal fonte de rendimento; não obstante, importa destacar que as demais acumulavam o rendimento proveniente do trabalho com outros que se assumiam como principais, nomeadamente a reforma ou pensão (1%), subsídio de desemprego (0,5%), Rendimento Social de Inserção (0,1%), outros subsídios temporários (1,3%) ou outras situações (2,5%).

Analisando a distribuição da população empregada por setor de atividade na Amadora, constata-se que em 2021 a maioria das pessoas trabalhava no setor terciário (54,4%) e terciário social (31,2%); os setores primário e secundário detinham apenas 14,4% dos trabalhadores (0,2% e 14,2% respetivamente). Comparando a realidade local com a portuguesa percebe-se que o setor terciário tem na Amadora uma representação maior do que a média nacional, que assume 42,2% e 30,1% no setor terciário social; paralelamente, o setor primário representa 2,9% dos trabalhadores nacionais e o secundário 24,8% das pessoas. Estes dados vão de encontro à caracterização das empresas que operam na cidade da Amadora e na Área Metropolitana de Lisboa.

Desagregando a totalidade da população empregada residente na Amadora por situação na profissão, verifica-se que a maioria das pessoas eram em 2021 trabalhador/a por conta de outrem (79,1%); os empregadores ou patrões constituíam apenas 9,9% das pessoas empregadas. Estes dados são muito próximos da média nacional.

Na análise da população empregada importa desagregar a informação pelo sexo dos indivíduos. Em 2021 cerca de 52% dos empregados eram do sexo feminino.

Tabela 5 - Distribuição da população residente na Amadora empregada por sexo, setor de atividade e situação na profissão (2021)

Setor de Atividade	Masculino	Feminino
Setor primário	0,3%	0,1%
Setor secundário	23,4%	5,7%
Setor terciário (social)	18,5%	43,0%
Setor terciário (económico)	57,8%	51,2%
Situação na Profissão		
Empregador/patrão com menos de 10 empregados	5,8%	3,7%
Empregador/patrão com 10 ou mais empregados	5,7%	4,7%
Trabalhador por conta própria ou isolado	9,3%	8,0%
Trabalhador por conta de outrem	77,2%	80,8%
Outra situação	2,1%	2,7%

Fonte: INE, 2021

Existia em 2021 uma diferença acentuada na proporção de mulheres empregadas no setor terciário social, assumindo-se como dominantes nas áreas de trabalho (71,5% do total do setor). Paralelamente, as mulheres têm uma representação substancialmente inferior à dos homens no setor secundário (20,7% do total do setor).

Tendo o Diagnóstico Social da Amadora 2024 por referência os dados do processo censitário de 2021, importa na análise ao emprego ter em conta estimativas disponíveis mais atuais, ainda que não seja possível a desagregação pelo território. Em 2023 a taxa de emprego da área da Grande Lisboa entre pessoas em idade ativa era de 75,5%, por oposição aos 72,5% registados em 2021. Esta aumento de 3 pontos percentuais na taxa de emprego, sendo idêntica à média nacional, aponta para uma recuperação do mercado de trabalho tendencial no período pós pandemia por Covid-19.

Nesta análise ganha especial destaque o aumento da taxa de emprego do grupo de pessoas entre os 55 e os 64 anos, que conheceu um aumento de 8 pontos percentuais; em 2021 a taxa de emprego deste grupo na Grande Lisboa era de 65,5%, sendo que em 2023 foi de 73,2%. Este aumento acima da média registada para a população ativa foi igualmente destacada pelo parceiro Instituto de Emprego e Formação Profissional, que referiu que a maior empregabilidade de pessoas mais velhas poderá estar relacionada com uma maior procura dos empregadores por funcionários/as que garantam estabilidade e continuidade nos postos de trabalho.

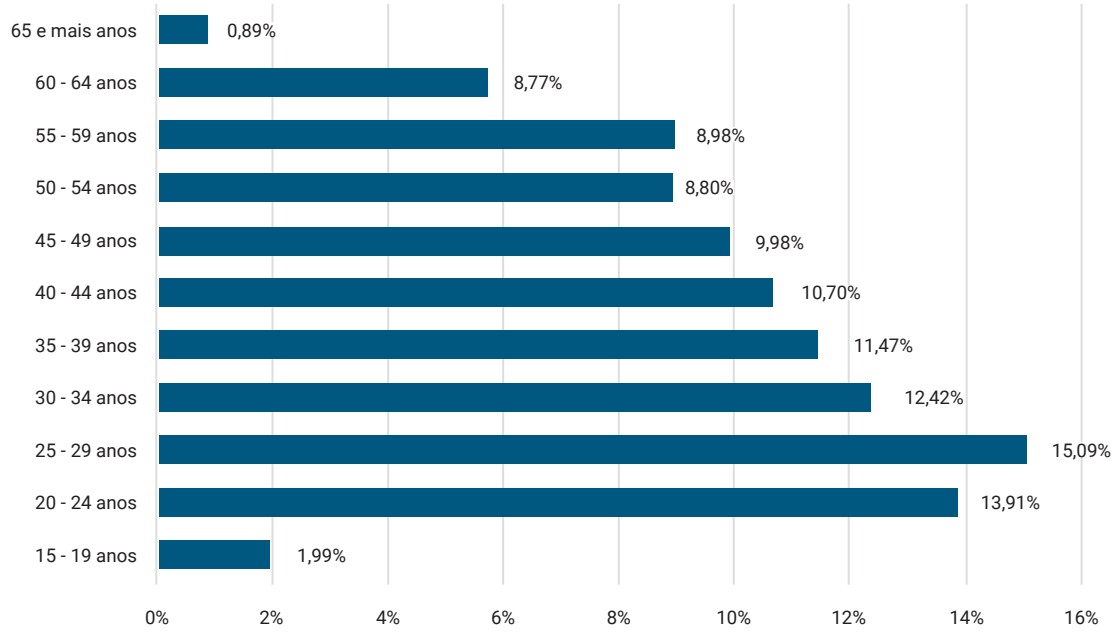
Por oposição à população empregada, importa caracterizar as pessoas residentes na Amadora em situação de desemprego. Em 2021 residiam na Amadora 8.204 pessoas desempregadas, representando 9,9% do total de população ativa do concelho.

Por outro lado, considerando apenas as pessoas entre os 15 e os 64 anos, no mesmo período estavam inscritos nos centros de emprego apenas 5,5% do total da população em idade ativa (6.032 pessoas); comparando, em 2011 o mesmo indicador representava 8,9% do total do grupo de pessoas naquela faixa etária[11].

Do total de pessoas ativas em situação de desemprego, 54,2% eram do sexo feminino e 45,8% do sexo masculino, apontando este dado para uma maior vulnerabilidade das mulheres às situações de desemprego.

Por outro lado, desagregando as pessoas ativas em situação de desemprego por faixa etária, é possível constatar que cerca de 30% da população em análise tem menos de 30 anos, apontando para processos de integração no mercado de trabalho em início de vida.

Gráfico 13 - População ativa em situação de desemprego na Amadora por faixa etária (2021)



Fonte: INE, 2021

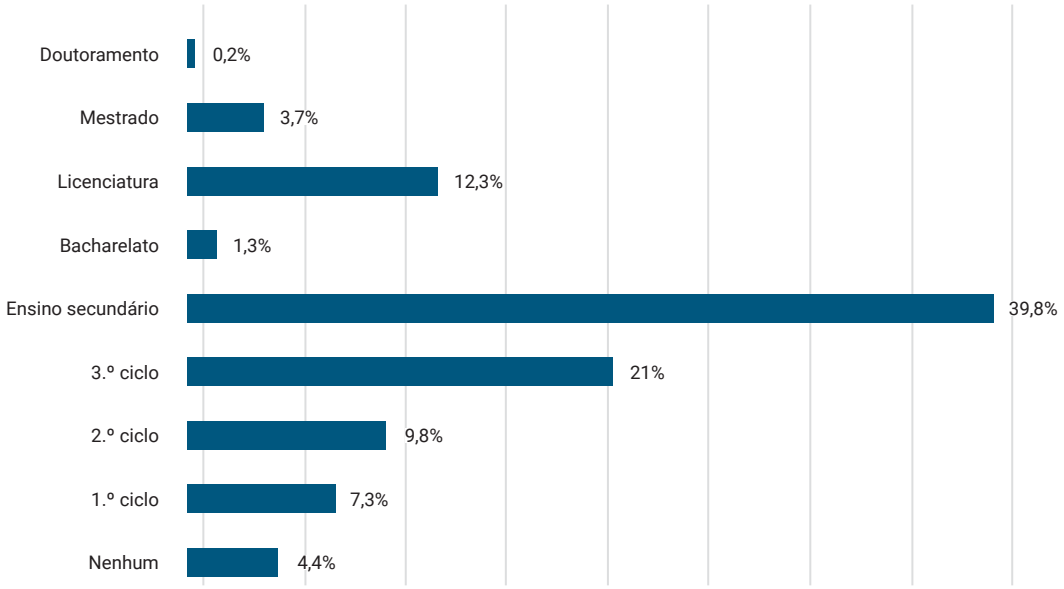
Paralelamente verifica-se que 23,5% da população entre os 50 e os 64 anos se encontravam em situação de desemprego; face a uma maior dificuldade nos processos de integração no mercado de trabalho, aludindo à idade destas pessoas, poderá este grupo ficar numa situação de maior vulnerabilidade social.

11 PORDATA, 2024 (https://www.pordata.pt/municipios/desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+formacao+profissional+(media+anual)+total+e+por+sexo-227)

Importa ainda referir as 73 pessoas com 65 anos ou mais que, tendo critérios para receber reforma ou pensão por via da idade, se consideram em situação de desemprego, apontando este dado para uma insuficiência no valor da prestação e necessidade de complemento por via do trabalho[12].

Analisando o nível de escolaridade mais elevado concluído pelas pessoas ativas desempregadas, é possível concluir que a maioria da população tinha o ensino secundário completo (39,8%), seguido do grupo com escolaridade ao nível do 3º ciclo do ensino básico.

Gráfico 14 - Nível de escolaridade mais elevado concluído da população desempregada na Amadora (2021)



Fonte: INE, 2021

Comparando os dados agora analisados com o total de população ativa, é possível afirmar que a proporção de pessoas desempregadas com escolaridade igual ou inferior ao ensino básico (42,2%) é superior ao total de pessoas ativas com iguais níveis de escolaridade (33,1%), o que aponta para uma menor vulnerabilidade na integração no mercado de trabalho de pessoas com níveis de escolaridade mais elevados.

Tendo em conta a fonte de rendimento das pessoas ativas em situação de desemprego, constata-se que a maioria aufere subsídio de desemprego (31,5%) ou encontra-se a cargo da família (30,7%). Destaca-se ainda a proporção de pessoas que, estando em situação de desemprego, têm como fonte de rendimentos o resultado de trabalho (16,4%).

De acordo com dados do Recenseamento da População de 2021, 43,9% da população da Amadora com mais de 15 anos considerava-se como inativa para o trabalho, num total de 64.579 pessoas. Deste grupo, 56,9% das pessoas estavam reformadas, 16,3% eram alunos e estudantes, 5,2% eram domésticos/as e 3,1% eram pessoas incapacitadas permanentemente para o trabalho; a informação disponível categoriza ainda um outro grupo de outras situações, com 18,4% do total de pessoas inativas.

A maioria das pessoas inativas têm como principal fonte de rendimento a reforma ou pensão (59,2%), sendo que 25,2% dependem do apoio da família, podendo este dado apontar para uma maior vulnerabilidade social destes agregados.

De acordo com o Diagnóstico da área da Deficiência do Concelho da Amadora 2023, havia no Centro de Emprego da Amadora 114 pessoas inscritas com deficiência em dezembro de 2022. Cerca de 52% tinha entre 35 e 54 anos, sendo que a maioria tinha habilitações académicas iguais ou superiores ao 3º ciclo do ensino básico. Quando comparado com os dados do Centro de Emprego da Amadora para igual período, verifica-se que a proporção de desempregados e de colocações em mercado de trabalho é idêntica à registada para as pessoas sem deficiência.

12 Na análise da distribuição da população ativa desempregada com mais de 65 anos importa ter em conta que, em 2021, a idade da reforma estava estabelecida em 66 anos e 6 meses.

Não obstante, as perceções dos vários parceiros da Rede Social da Amadora, identificadas em workshops de auscultação, remetem para uma ideia de discriminação no acesso ao mercado de trabalho por parte das pessoas com deficiência, existindo poucas oportunidades de emprego e formação profissional.

Por outro lado, e de acordo com o Diagnóstico Social da área das Migrações, a proporção de pessoas de nacionalidade estrangeira residente na Amadora em situação de desemprego era em 2021 superior à média da população residente. De facto, no âmbito do processo de auscultação dos parceiros, foi possível sinalizar situações de precaridade laboral entre a população migrante, que desempenha funções pouco qualificadas e com salários abaixo da média, persistindo situações de grande vulnerabilidade entre os/as trabalhadores/as. Importa ainda destacar a dificuldade existente nos processos de integração no mercado de trabalho decorrentes das dificuldades verificadas na regularização da situação das pessoas nacionais de países estrangeiros.

Num processo de contextualização económica do território da Amadora, tendo em vista a elaboração de um diagnóstico social da população integrado e multidimensional, assume-se como imperativa a caracterização do tecido empresarial do Concelho.

Em 2021 existiam na Amadora 19.205 estabelecimentos, distribuídos de forma desigual em função da sua atividade económica, que empregavam 60.230 pessoas (residentes ou não no território da Amadora).

Tabela 6 - Estabelecimentos na Amadora por atividade económica (2021)

Atividade económica (CAE Rev. 3)	Estabelecimento
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,0%
Indústrias extrativas	0,0%
Indústrias transformadoras	2,4%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,1%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,0%
Construção	7,0%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	15,5%
Transportes e armazenagem	5,2%
Alojamento, restauração e similares	6,0%
Atividades de informação e de comunicação	2,8%
Atividades imobiliárias	3,8%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	10,2%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	25,2%
Educação	3,8%
Atividades de saúde humana e apoio social	7,7%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	3,3%
Outras atividades de serviços	5,9%

Fonte: INE, 2021

Comparando com os dados nacionais, constata-se que a Amadora tem uma menor representação de empresas do setor primário e secundário de atividades, nomeadamente da área da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (a nível nacional representa 9% dos estabelecimentos) e das indústrias transformadoras (a nível nacional representa 5% dos estabelecimentos). Por outro lado, o setor terciário tem na Amadora uma maior representação do que a nível nacional, destacando-se os estabelecimentos de atividades administrativas e dos serviços de apoio (a nível nacional representa 13% dos estabelecimentos).

Da mesma maneira, a distribuição das pessoas ao serviço dos estabelecimentos situados na Amadora por atividade económica acompanha a proporção analisada anteriormente, com maior concentração nos estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (27,7% do total de pessoas) e atividades administrativas e dos serviços de apoio (23,9%).

DOSSIER III – **SAÚDE E BEM-ESTAR**

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como '…um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades'. Neste seguimento, a OMS aponta para a importância das cidades na promoção da saúde dos seus residentes, focando que a abordagem geográfica dos determinantes em saúde é fundamental para a obtenção de ganhos em saúde pela população num nível local; esta visão alargada de saúde reconhece a importância das comunidades e dos seus determinantes sociais, económicos e ambientais na produção de bem-estar, atuando a montante da doença, minorando as suas causas e efeitos.

Uma cidade saudável é aquela que está continuamente a criar e a desenvolver os seus ambientes físico e social e a expandir os recursos comunitários que permitem às pessoas apoiarem-se mutuamente nas várias dimensões da sua vida e no desenvolvimento do seu potencial máximo (Goldstein e Kickbusch, 1996).

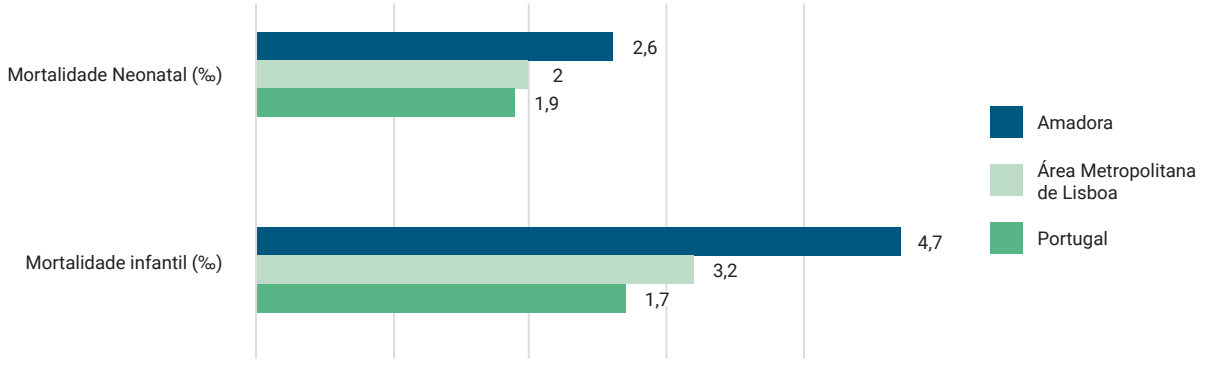
Tendo este enquadramento, a caracterização do estado de saúde da população da Amadora e dos recursos existentes na comunidade que potenciam os determinantes em saúde assumem-se como fundamentais para o Diagnóstico Social da cidade. O presente Diagnóstico está estruturado num conjunto de dossiers que se constituem como determinantes em saúde autónomos; é exemplo temas como a contextualização económica, a habitação, a educação ou a proteção social. Na análise do presente dossier importa ter em conta a caracterização de cada uma das áreas referidas, bem como o impacto que estas têm na saúde e bem-estar das comunidades.

A melhoria das condições de vida da população, assim como a democratização do acesso a cuidados de saúde, decorrente da criação do Serviço Nacional de Saúde no pós 25 de abril, contribuiu para o aumento da esperança de vida dos indivíduos. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em 1970 a esperança média de vida à nascença era de 67,13 anos, sendo superior para as mulheres (70,25 anos) e inferior para os homens (64 anos); por oposição, no triénio 2021-2023 a esperança média de vida a nível nacional era de 81,17 anos, representando este um aumento de cerca de 14 anos. Registando-se uma discrepância na análise desagregada por sexo deste indicador (no triénio em análise, a esperança média de vida das mulheres era de 83,67, sendo que a dos homens era de 78,37 anos), os dados censitários de 2021 apontam para um aumento exponencial de pessoas com muita idade, registando-se a nível nacional 362.327 indivíduos com mais de 85 anos (3,5% do total da população); em 1970 as pessoas com mais de 85 anos eram cerca de 0,5% do total nacional.

A taxa bruta de mortalidade em Portugal era em 2021 de 12 óbitos por cada 1.000 habitantes, sendo esta média superior à taxa registada na Área Metropolitana de Lisboa (11,5‰) e na cidade da Amadora (11,1‰)[13]. Este indicador conheceu um agravamento na sequência da pandemia por Covid-19, em 2020, que importa ter em conta e enquadrar no contexto.

Ao nível da mortalidade infantil e neonatal, Portugal conheceu no pós 25 de abril uma evolução exponencial, apresentando na atualidade valores que se situam entre os mais baixos a nível mundial.

Gráfico 15 - Taxas quinquenais de Mortalidade Infantil e Neonatal (2017-2021)[14]



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2021

13 Instituto Nacional de Estatística, 2021

14 Taxa de mortalidade neonatal - Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado durante um determinado período de tempo, referido ao número de nados-vivos do mesmo período. Taxa de mortalidade infantil - Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, referido ao número de nados-vivos do mesmo período.

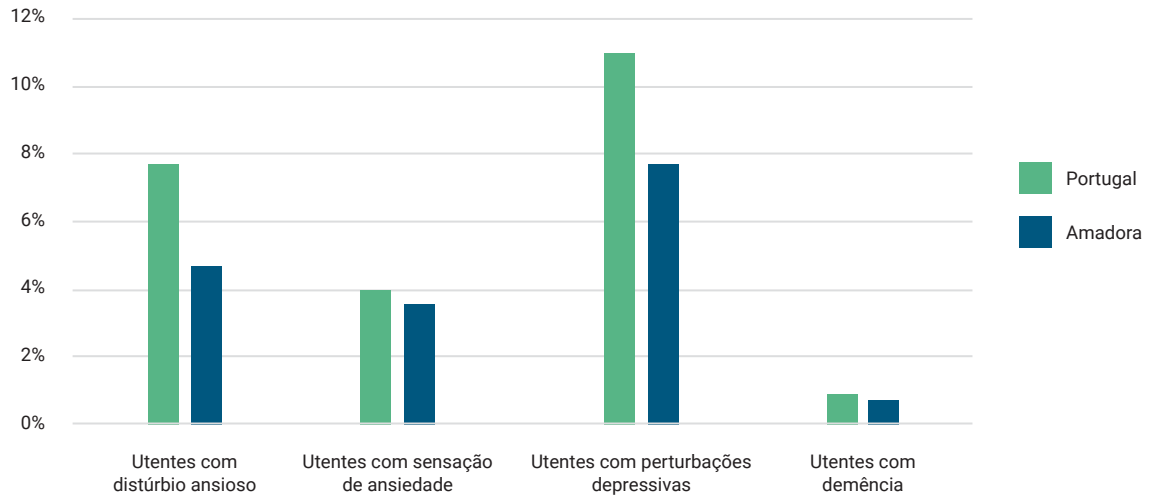
No período entre 2017-2021 a taxa de mortalidade infantil em Portugal apontava para 2,7 óbitos por cada 1.000 nados vivos; em 1970 esta mesma taxa apresentava valores de 55 óbitos por cada 1.000 nados-vivos, representando esta uma diminuição de cerca de 200%. Da mesma maneira, a taxa de mortalidade neonatal diminui cerca de 84% a nível nacional entre os quinquénios de 1997-2001 e 2017-2021, sendo que neste último período se registaram em média 1,9 óbitos de crianças com menos de 28 dias de vida, por cada 1.000 nados-vivos.

Desagregando estes dados para o território da Amadora, verifica-se que ambos os indicadores apresentam valores mais altos que a média nacional, representando este facto um elemento a considerar na caracterização da saúde e bem-estar da população. De facto, a taxa de mortalidade infantil na Amadora representava um acréscimo no quinquénio de 2017-2021 de cerca de 74% face aos dados nacionais, sendo que a taxa de mortalidade neonatal era 37% superior à média portuguesa.

A caracterização dos problemas de saúde e das patologias com maior incidência na população do território apresenta-se como determinante na definição de estratégias na prestação dos cuidados, assim como no planeamento de respostas e serviços promotores de estilos de vida saudáveis. O Perfil de Saúde da Amadora, elaborado em 2022 pela Unidade de Saúde Pública António Luz, sistematiza o conjunto de características dos residentes e do território, que contribuem para o estado de saúde dos mesmos; decorrente desta sistematização, foi iniciado o processo de atualização do Plano Local de Saúde em 2023, encontrando-se ainda em curso.

Nesta sequência, os problemas de saúde mental surgem como uma das patologias com maior preponderância entre a população da Amadora, ainda que proporcionalmente a nível local os indicadores se apresentem como favoráveis, quando comparados com os dados nacionais e da zona da grande Lisboa. Em 2020, problemas como a ansiedade e a depressão atingiam cerca de 79% dos adultos inscritos nas Unidades de Saúde Familiar da Amadora.

Gráfico 16 - Proporção de utentes com doença mental em Portugal e na Amadora (2021)



Fonte: Perfil Local de Saúde, 2022 (ACES Amadora)

Na análise destes dados importa ter em conta o impacto que a pandemia por Covid-19 teve na saúde mental da população, sendo este fator referido pelos vários parceiros da Rede Social da Amadora auscultados em sede de *focus group*. Da mesma maneira, a literatura existente remete para a importância que o isolamento social tem no aumento e gravidade da doença mental; sendo a Amadora um território urbano, com elevado número de agregados familiares unipessoais, este fator pode assumir um papel determinante nos números analisados.

Por outro lado, importa igualmente considerar a hipótese dos dados estarem sub-representados, tendo em conta a invisibilidade destas doenças, assim como a dificuldade no acesso a serviços de saúde especializados, conforme reportado pelos parceiros da Rede Social da Amadora.

Apesar da informação disponível não estar desagregada para crianças e jovens com menos de 18 anos, os parceiros da cidade apontaram para um agravamento do estado de saúde mental no pós pandemia por Covid-19, com impacto em contexto de escolaridade obrigatória, assim como na definição e prossecução de projetos de vida adulta.

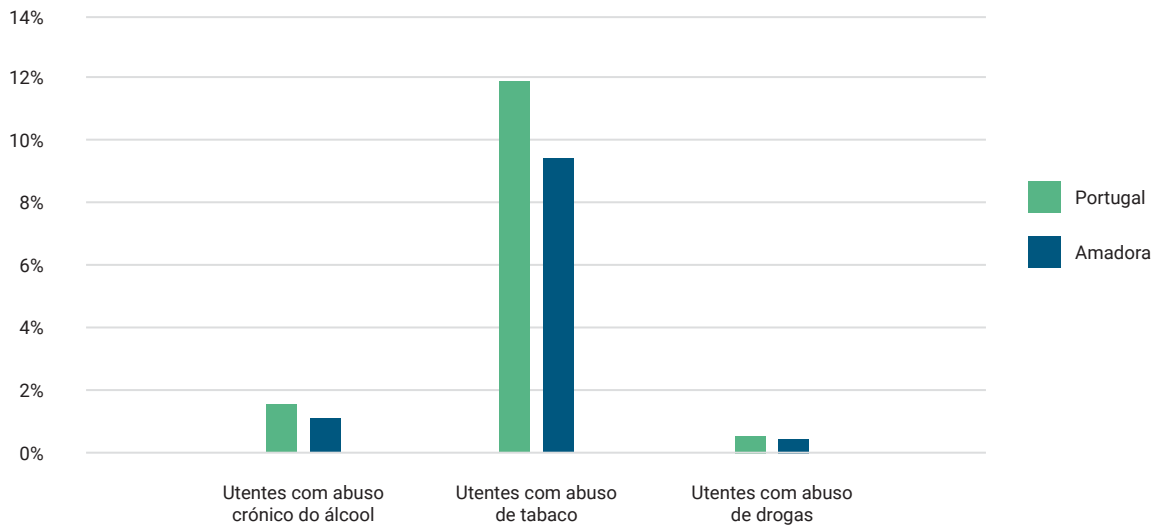
Importa ainda analisar com maior detalhe os dados referentes à proporção de pessoas com demência, ainda que proporcionalmente as pessoas com demência representem uma percentagem reduzida do total de utentes inscritos nas Unidades de Saúde Familiar da Amadora. A Organização Mundial de Saúde estima que em 2030 as pessoas com demência atinjam os 75,6 milhões, sendo que se prevê que este número passe para 135,5 milhões em 2050. Em Portugal, a Associação

Alzheimer Europe[15] estimava que em 2018 existiam cerca de 193.000 pessoas com demência, representando 1,88% do total da população; em 2050 estima-se que esta proporção aumente para 3,82% do total. Por outro lado, o relatório da OCDE[16] apontava em 2017 para uma maior prevalência de pessoas com demência em Portugal (20 pessoas com demência por cada 1.000 habitantes) quando comparada com a média dos restantes países da organização (15 pessoas com demência por cada 1.000 habitantes).

O aumento da incidência da demência a nível mundial e nacional está diretamente relacionado com o envelhecimento da população, sendo um fator com relevante impacto no bem-estar das pessoas com a doença, assim como das suas famílias. Em sede de auscultação dos parceiros da cidade foi referenciada a ausência de respostas especializadas para esta população, tanto de cuidado médico como de apoio social, assim como a desadequação das respostas existentes, facto que coloca as pessoas com demência e os seus cuidadores informais em situação de grande vulnerabilidade.

Constituindo-se como indicador importante do estado de saúde mental da população, os comportamentos aditivos assumem um papel determinante na condição geral de saúde dos indivíduos.

Gráfico 17 - Proporção de utentes com comportamentos aditivos em Portugal e na Amadora (2018)



Fonte: Perfil Local de Saúde, 2022 (ACES Amadora)

A proporção de pessoas com consumos abusivos de substâncias na Amadora, em relação ao total de utentes inscritos nas Unidades de Saúde Familiar, encontra-se em linha com os dados nacionais; destacam-se os utentes com abuso de tabaco, que têm menos representação a nível local quando comparada com a realidade nacional.

Sabendo que o consumo destas substâncias impacta diretamente na saúde física das pessoas, os dados disponíveis remetem para um aumento da mortalidade entre os consumidores. A Organização Mundial de Saúde[17] estimava em junho de 2024 a morte de 3 milhões de pessoas ao ano por causas associadas ao consumo abusivo do álcool; em 2019, o Relatório de status global sobre álcool e saúde e tratamento de transtornos por uso de substâncias (OMS) apontava para a prevalência do número de consumidores em Portugal (78% das pessoas com mais de 15 anos), quando comparado com os restantes países de língua oficial portuguesa, sendo igualmente em território nacional que se consome maior quantidade de álcool (13 litros/ano por pessoa). Este relatório associa o aumento da mortalidade ao consumo do álcool na sequência de acidentes de viação, assim como de maior incidência a neoplasias e de risco de contração de doenças infeciosas (ex.: VIH).

Da mesma maneira, a mortalidade associada ao consumo abusivo do tabaco está relacionada com o surgimento e agravamento de doenças evitáveis (ex.: doenças cardiovasculares) ou de neoplasias. De acordo com Institute for

15 https://www.alzheimer-europe.org/dementia/prevalence-dementia-europe (2024)

16 https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/health_glance-2017-en.pdf?expires=1732015075&id=id&accname=guest&checksum=4125E54D84BE1B2E147934668A408E1C

17 https://news.un.org/pt/story/2024/06/1833606

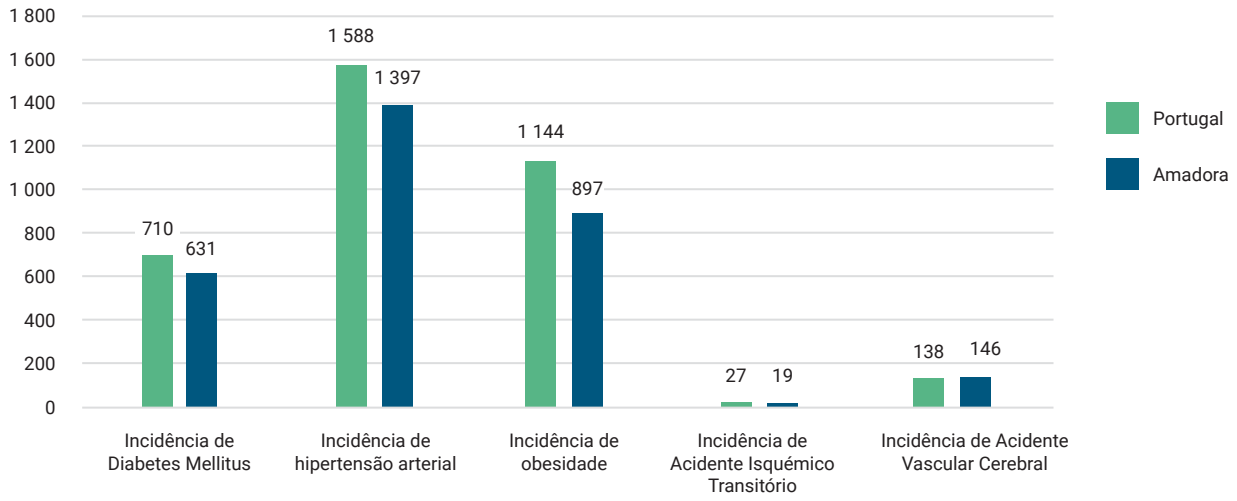
Health Metrics and Evaluation (IHME)[18] em 2019 morreram em Portugal mais de 13.500 pessoas por causas atribuíveis ao tabaco; de acordo com esta entidade, em 2021 a prevalência de óbitos pelas mesmas causas no território nacional apontava para 34,3 mortes por cada 100.000 registadas, sendo esta proporção bastante superior quando desagregada para o sexo masculino. De acordo com o Relatório do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo 2020, da Direção-Geral da Saúde (DGS), o consumo de tabaco diminuiu em comparação a 2015, sendo que os dados remetem para que 16,8% da população com mais de 15 anos era fumadora (14% de fumadores diários). Não obstante, se forem apenas considerados os cigarros eletrónicos, registou-se um acréscimo relativo do consumo nos últimos 12 meses, entre 2015 e 2019, de 7,2%.

Em 2022[19] foi realizado o Estudo de Diagnóstico sobre o Consumo de Substâncias Psicoativas no Município da Amadora, pela Escola Nacional de Saúde Pública, tendo este estudo incidido sobre a caracterização do fenómeno da utilização de drogas no território, através da auscultação de entidades parceiras e caracterização dos consumidores. As conclusões apontam para a prevalência do consumo da cocaína crack e a heroína, nas várias formas de consumo, assim como o álcool; a maioria dos inquiridos reportaram um consumo diário destas substâncias, apontando para elevados níveis de dependências dos mesmos.

Estes consumos são realizados maioritariamente na rua/via pública, bem como em descampados, casas ocupadas ou outras casas/espaços de consumo improvisados; o estudo relaciona ainda o consumo com a situação de sem abrigo dos consumidores. Este indicador revela a grande visibilidade pública que este problema social tem tido na comunidade local, reforçando a perceção dos parceiros da Rede Social da Amadora auscultados, nomeadamente dos parceiros com ação nos territórios mais afetados (ex: Águas Livres).

As doenças cérebro-cardiovasculares, assim como as doenças associadas a estas, estão relacionadas com os estilos de vida da população, surgindo com maior incidência na sequência do desenvolvimento das sociedades. Sendo doenças evitáveis, apresentam um potencial de prevenção comunitária que importa enquadrar nos processos de planeamento e intervenção social e de saúde.

Gráfico 18 - Incidência de doenças cardiovasculares no ACES Amadora (2021)[20]



Fonte: Perfil Local de Saúde, 2022 (ACES Amadora)

Como se pode verificar, localmente os dados referentes à doença cardiovascular assumem-se como idênticos ou inferiores à média nacional; não obstante, a mesma fonte aponta para um seguimento clínico inferior destes doentes nas unidades de saúde familiar da Amadora.

Em 2021 a proporção de utentes inscritos nas Unidades de Saúde da Amadora com diagnóstico de Diabetes Mellitus era de 7,21% face ao total de inscritos, dos quais 92% não era insulinodependente. Neste período os indicadores de acompanhamento dos utentes com esta patologia

18 https://www.healthdata.org/research-analysis/health-risks-issues/smoking-and-tobacco

19 Relatório do Estudo de Diagnóstico sobre o Consumo de Substâncias Psicoativas no Município da Amadora – novembro, 2022 (Relatório Final CMA (cm-amadora.pt))

20 Incidência entendida como o Nº de utentes diagnosticados por cada 100.000 habitantes

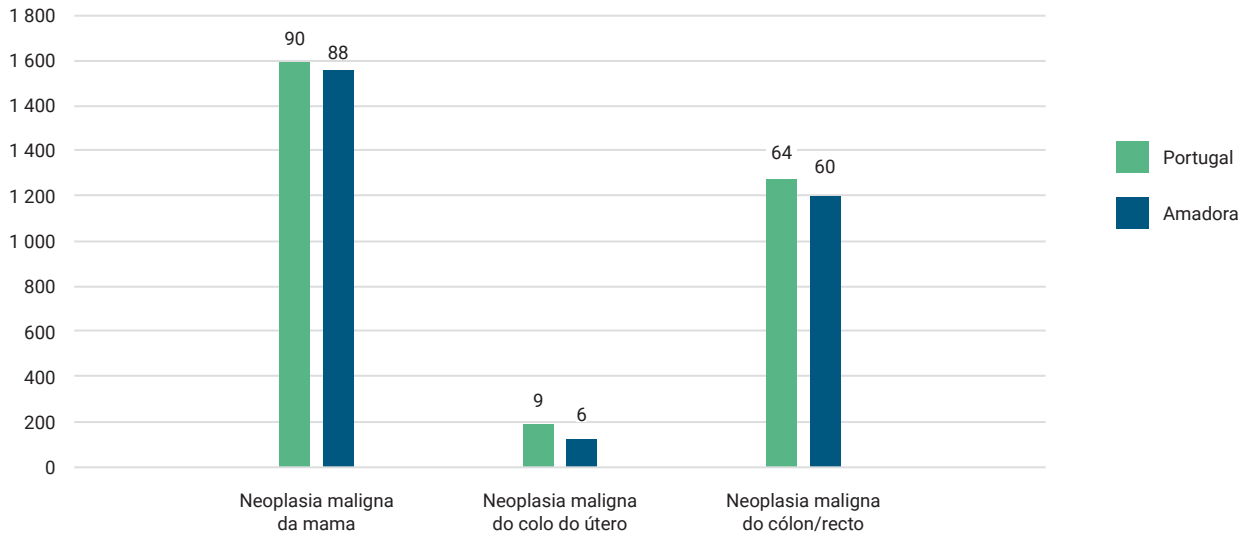
apresentavam-se como inferiores à média nacional, nomeadamente, a realização de exame aos pés, exame oftalmológico e exames laboratoriais específicos.

No mesmo período, a proporção de utentes inscritos nas unidades de saúde com diagnóstico de hipertensão arterial era de 20,36% face ao total de inscritos. Destes, apenas 6% tinha acompanhamento adequado nas unidades de saúde familiar.

Considerada como uma das pandemias da era moderna, os utentes com excesso de peso ou obesidade representavam em 2021 cerca de 15% e 11% respetivamente, face ao total de inscritos no ACES Amadora. Importa ainda destacar a relevância que estas doenças têm junto da população com menos de 18 anos; em 2021/2022 o Inst. Nac. De Saúde Doutor Ricardo Jorge contribuiu para o Childhood Obesity Surveillance Initiative da Organização Mundial da Saúde, sendo que os dados nacionais apontavam para que 31,9% das crianças tinham excesso de peso, das quais 13,5% apresentavam obesidade. Localmente, em 2023, do total de problemas de saúde reportados pelas unidades de saúde da Amadora, cerca de 6,6% eram referentes a excesso de peso ou obesidade.

Desagregando a incidência das doenças oncológicas na Amadora, e comparando os dados locais com a realidade nacional, constata-se que se assumem como idênticos ou inferiores à média do território nacional.

Gráfico 19 - Incidência de doenças oncológicas no ACES Amadora (2021)



Fonte: Perfil Local de Saúde, 2022 (ACES Amadora)

Os utentes com neoplasia maligna representavam cerca de 4% do total de utentes inscritos nas Unidades de Saúde da Amadora em 2021, sendo que a incidência era de 450 utentes com diagnóstico por cada 100.000 utentes.

Sendo as neoplasias com maior relevância no território nacional, os cancros da mama, do colo do útero e cólon e do reto apresentam-se como tendo elevadas taxas de mortalidade, ainda que sejam mais vulneráveis à intervenção pelos serviços de saúde pela implementação de rastreios de base comunitária. Não obstante a disponibilidade destes rastreios de base populacional, constata-se que a adesão dos utentes inscritos nas unidades de saúde familiar da Amadora é reduzida; em 2021 apenas 24% das mulheres inscritas elegíveis tinham efetuado mamografia no período temporal definidos, 23,7% das mulheres tinham realizado colpocitologia e 37,5% dos utentes elegíveis inscritos nas Unidades de Saúde da Amadora tinham feito o rasteio do cancro colorretal.

Relativamente às doenças infeciosas, importa destacar a elevada incidência de VIH/SIDA no território da Amadora, que era em 2021 de 0,36 infeções por cada 1.000 utentes; proporcionalmente, 0,53% dos utentes inscritos nas unidades de saúde da Amadora estavam infetados por este doenças, sendo que a nível nacional o rácio era de 0,23%. Ao contrário da estatística apresentada para o território português, nos casos notificados entre 2010 e 2017 na Amadora verifica-se que 43% das pessoas infetadas eram do sexo feminino, havendo uma predominância de população migrante (64% dos casos); por outro lado, e contrariando a tendência nacional, predomina a transmissão por via de relações heterossexuais (73%), podendo este fator ser influenciado pela relevância as infeções em pessoas migrantes. Do total de casos diagnosticados, 25% apresentavam-se em estado de SIDA - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, sendo que nestes late presenters 74% dos indivíduos tinham naturalidade estrangeira.

Por outro lado, também a Tuberculose tem sido diagnosticada em residentes da Amadora em proporções superiores à média nacional, sendo que entre 2017 e 2021 foi o concelho com maior taxa de notificação na região de Lisboa e Vale do Tejo; em 2020[21] foram notificados 24 novos casos de Tuberculose na Amadora por cada 100.000 habitantes, sendo que a nível nacional os dados apontavam para 14 novos casos por cada 100.000 habitantes. Este fenómeno encontra-se igualmente associado aos fluxos migratórios registados na Amadora, assim como à elevada densidade populacional do território.

Conforme referido no Dossier I – Caracterização socio demográfica, as taxas de natalidade e de fecundidade dos territórios são influenciadas pelas dinâmicas sociais e económicas dos mesmos. O desenvolvimento das comunidades ao longo do século XX conduziu a uma queda na natalidade e ao envelhecimento da população, tendo estes fatores impacto direto na renovação das gerações e na sustentabilidade dos sistemas implementados.

Em 2021 na Amadora a taxa bruta de natalidade era de 10,6 nados vivos por cada 1.000 habitantes, sendo que a média nacional apontava para 8 nados vivos para cada 1.000 habitantes. Da mesma maneira, a taxa de fecundidade local era superior à nacional; naquele período temporal a taxa de fecundidade na Amadora era de 43,3‰, sendo que no território nacional era de 35,8‰. Este facto, relacionável com os fluxos migratórios na cidade, têm marcado a estrutura populacional local, assim como as necessidades de cuidados de saúde primários e hospitalares.

A Unidade Local de Saúde de Amadora e Sintra (ULSASI), criada em janeiro de 2024, é o organismo do Serviço Nacional de Saúde que responde às necessidades de cuidados de saúde primários e hospitalares da cidade da Amadora

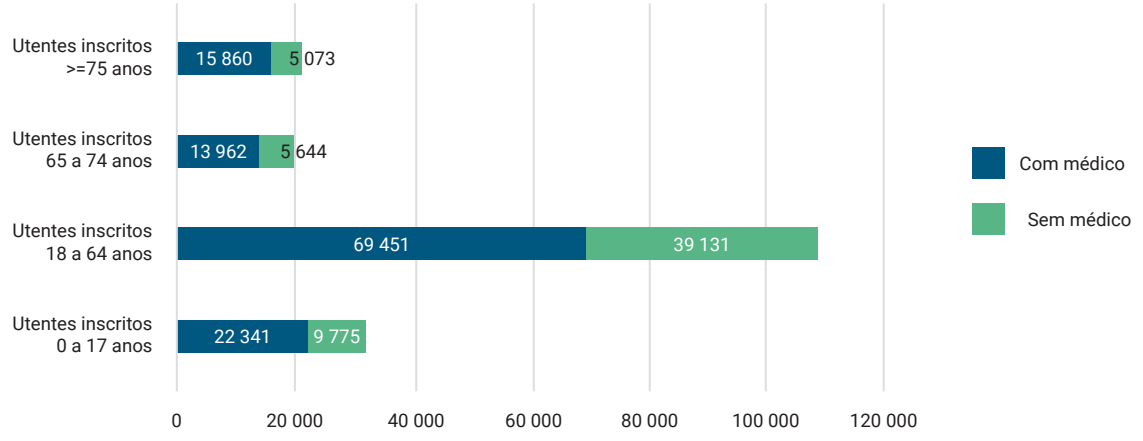
O Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, implementado no território da Amadora desde 1995, servindo as populações de Amadora e Sintra, disponibiliza serviços de urgência e urgência pediátrica, assim como consultas de especialidades médicas.

Os cuidados de saúde primários são prestados por 7 unidades de saúde familiar e 3 unidades de cuidados de saúde personalizados; de acordo com o Atlas dos Municípios Saudáveis[22], a acessibilidade geográfica da população da Amadora aos cuidados de saúde primários era de 12 minutos em média em deslocações a pé e de 6 minutos em média em deslocações de carro, apontando estes indicadores para uma grande proximidade dos equipamentos de saúde à comunidade.

De acordo com a mesma fonte, em 2019 os cuidados de saúde primários tinham afetos 0,7 enfermeiros/as por cada 1.000 habitantes e 0,5 médicos/as por cada 1.000 habitantes, encontrando-se estes rácios abaixo da média nacional e da Área Metropolitana de Lisboa.

As unidades de saúde da Amadora, em dezembro de 2023, serviam 121.614 utentes com médico/a de família atribuído (67%) e 59.414 utentes sem médico/a de família atribuído (33%), num total de 181.238 utentes inscritos[23]. A discrepância entre o número de utentes inscritos e o número de residentes na cidade (171.454 pessoas) pode ser justificado com a inscrição de pessoas na ULS Amadora e Sintra que não residem no território, mantendo a ligação às unidades de saúde pelo acesso a equipas de saúde familiar.

Gráfico 20 - Utentes inscritos nas unidades de saúde da Amadora por grupos etários (12/2023)



Fonte: Unidade Local de Saúde Amadora e Sintra, 2024

21 Sendo considerado um período temporal em que muitos casos terão ficado por notificar, decorrente da situação pandémica vivida, os dados apresentados são os disponíveis para o efeito.

22 https://www.atlasmunicipiossaudaveis.pt/ (2024)

23 Unidade Local de Saúde Amadora e Sintra (2024)

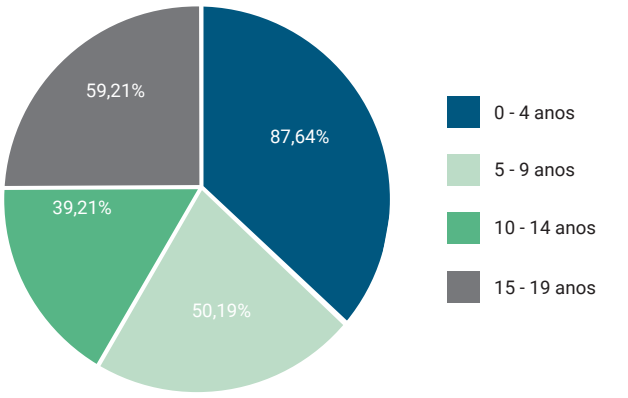
A proporção de utentes inscritos nas unidades de saúde da Amadora sem médico/a de família com mais de 65 anos é inferior à dos restantes grupos etários, podendo este facto contribuir para a melhoria dos cuidados da população sénior. Por outro lado, as crianças e jovens sem médico/a de família representavam naquele período cerca de 30% do total, sendo este um fator que poderá comprometer o cumprimento do programa de saúde infantil.

Analisando o acesso aos cuidados de saúde primários, e conforme consta do Diagnóstico Social na área das Migrações, em dezembro de 2022 cerca de 14% dos utentes inscritos no Agrup. Centros de Saúde da Amadora tinha nacionalidade estrangeira, sendo que destes 60% não tinha médico/a de família atribuído.

No processo de auscultação dos parceiros da Rede Social da Amadora, a dificuldade no acesso aos cuidados de saúde primários, nomeadamente, a falta de médicos de família, foi referido como uma das principais problemáticas do território, com impacto no bem-estar dos indivíduos e na operacionalização de processos de inclusão social dos mesmos. Esta dificuldade no acesso terá maior impacto junto das pessoas mais vulneráveis e com maior risco de exclusão social, nomeadamente, entre seniores dependentes e isolados, pessoas com deficiência, pessoas com doença mental, entre outros.

Analisando a execução do Programa Nacional de Saúde infantil, o território da Amadora apresenta uma taxa de cobertura média de 60% das crianças e jovens inscritos nas unidades de saúde. Esta execução é variável em função do grupo etário das crianças e jovens, sendo mais elevada se consideradas as crianças mais pequenas.

Gráfico 21 - Taxa de cobertura do Programa Nacional de Saúde Infantil na Amadora (2023)



Fonte: Unidade Local de Saúde Amadora e Sintra, 2024

Importa ainda considerar a execução do plano nacional de vacinação nos primeiros 12 meses da vida das crianças, em que o plano vacinal tem maior incidência e frequência. Na Amadora a cobertura vacinal deste grupo é de 92,87% das crianças inscritas nas unidades de saúde, indo de encontro às médias do território nacional. Por outro lado, de acordo com o Atlas dos Municípios Saudáveis, em 2019 a taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no programa nacional de vacinação era de 91,2%24.

Integrados na Unidade Local de Saúde Amadora e Sintra estão igualmente a Unidade de Cuidados na Comunidade Amadora, composta por três equipas, que prestam cuidados de saúde e apoio psicológico e social, de âmbito domiciliário e comunitário a pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo; e a Unidade de Saúde Pública Amadora Amadora/Sintra, que protege e promove a saúde da população e contribui para prevenir a doença, num esforço comunitário de melhorar o nível de saúde e bem-estar.

No território da Amadora encontra-se igualmente implementada a Unidade de Cuidados Continuados Integrados Sagrada Família, com resposta de longa duração e de manutenção, da Santa Casa da Misericórdia da Amadora, integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados. Esta unidade tem capacidade para 30 utentes, destinando-se a pacientes com doenças, com diferentes níveis de dependência e graus de complexidade, que não reúnam condições para serem cuidadas em casa ou noutro tipo de resposta, tendo em vista a prevenção e retardamento do agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida.

Para o estado de saúde da população contribui de forma estrutural o ambiente físico e o ambiente construído da área de residência, constituindo-se estes como determinantes em saúde basilares nos processos de planeamento e intervenção para o bem-estar dos indivíduos.

A estrutura urbana da Amadora nos dias de hoje foi marcada pelos processos históricos de crescimento da cidade; como território adjacente à capital do país, a Amadora conheceu um desenvolvimento acentuado entre os anos 80 e 90, tendo-se constituído à época como um dormitório da população que trabalhava em Lisboa. Os processos de urbanização e de construção de habitação foram especialmente concentrados nesse período, tendo potenciado o crescimento da cidade em altura e o aumento exponencial da população. Na atualidade, a

24 https://www.atlasmunicipiossaudaveis.pt/ (2024)

Amadora tem uma população envelhecida, apresentando uma elevada densidade populacional, conforme abordado no Dossier I – Caracterização Socio Demográfica, um parque habitacional envelhecido e com condições limitadoras de mobilidade das pessoas. Estas características têm um impacto direto nos estilos de vida dos indivíduos, assim como na sua qualidade de vida e bem-estar.

De acordo com o Atlas dos Municípios Saudáveis, em 2019 mais de 99% dos alojamentos tinham acesso a água potável e segura e 100% eram servidos por sistema de drenagem de águas residuais, sendo que em 2011 apenas 0,1% dos alojamentos não tinham condições sanitárias adequadas.

Referindo a mesma fonte, em 2021 apenas 38% da população residente empregada ou estudante trabalhava ou estudava no concelho da Amadora, implicando grandes fluxos de deslocação diária das pessoas. Apesar da rede de transportes públicos que serve a cidade, constituída por comboio (com 3 estações), metropolitano (com 3 estações) e percursos de autocarro, apenas 32,4% da população residente utilizava diariamente os transportes públicos. Da mesma maneira, apenas 14,8% usava diariamente modos de transporte suave[25], sendo que a maioria da população (cerca de 53%) desloca-se diariamente com recurso a automóvel ou motociclo.

Este facto, que potencia a diminuição da atividade física integrada nas rotinas da população, contribui igualmente para elevadas emissões de gases tóxicos em meio urbano, sendo que o Atlas dos Municípios Saudáveis aponta para emissões na Amadora superiores à média nacional. Reconhecendo que a emissão de gases com efeito de estufa, de dióxido de carbono e nitrogénio, ou gases provenientes do transporte rodoviário têm impacto direto no meio ambiente dos territórios, assume igual relevância as consequências na saúde das populações, com interferência direta em doenças respiratórias de adultos e crianças.

Por outro lado, e podendo estar relacionado com o elevado recurso a transporte rodoviário, a mesma fonte aponta para níveis de ruído prejudiciais à saúde acima da média, indicando que 47% da população da Amadora é afetada por este problema.

A elevada concentração de pessoas num território como o da Amadora contribui para o aumento da produção de resíduos urbanos; sendo este um desafio na gestão do território, em 2020 os dados apontavam para a recolha de cerca de 87% dos resíduos destinados a valorização[26].

Sendo a Amadora um município urbano, com elevada concentração populacional e de edifícios residenciais, a área verde por habitante apresentava-se em 2018 abaixo da média nacional, assumindo valores muito reduzidos (35 m²/habitante). Não obstante, a área de espaço verde urbano construído na cidade apresenta valores acima da média nacional, apontando para a disponibilidade de cerca de 8 m²/habitante. De facto, o Atlas dos Municípios Saudáveis apontava em 2021 para um acesso geográfico ao espaço verde urbano mais próximo da residência de menos de 3 minutos a pé (média).

Assumindo a importância dos espaços verdes na melhoria da qualidade de vida da população, têm vindo a ser criados na Amadora um conjunto de parques urbanos de proximidade das populações, nos quais têm sido disponibilizadas condições para a prática de atividade e exercício físico autónomo, como os ginásios ao ar livre ou as pistas de caminhada e pistas cicláveis, cuja rede assume em 2024 cerca de 40 km. Por outro lado, o investimento nestes espaços verdes urbanos tem sido acompanhado pela criação e melhoria de parques infantis e espaços adequados ao lazer de crianças e jovens.

Nesta análise das estratégias de promoção do bem-estar da população da Amadora importa ainda ter em conta o papel desempenhado pelas várias organizações da cidade, que no âmbito das suas competências e regular funcionamento desenvolvem um conjunto de atividades que contribuem para a qualidade de vida dos indivíduos. São exemplo disso a Câmara Municipal da Amadora e as Juntas de Freguesia (projetos de participação comunitária, de ocupação dos tempos livres ou de prática de voluntariado), os estabelecimentos de ensino (projetos de promoção do desporto escolar, da atividade física ou de práticas artísticas), as Instituições Particulares de Solidariedade Social (projetos de combate ao isolamento, promotores de intergeracionalidade, de aprendizagem ao longo da vida), ou as associações desportivas e culturais (dinamização de práticas desportivas/culturais comunitárias e de proximidade).

25 Modos de transporte suave referem-se a formas de deslocação de proximidade, tradicionalmente utilizados para distâncias curtas, nomeadamente andar a pé, de patins, trotinetas ou bicicletas.

26 https://www.atlasmunicipiossaudaveis.pt/ (2024)

IV

DOSSIER IV – **EDUCAÇÃO**

A caracterização dos percursos educativos da população, assim como da oferta educativa e formativa dos territórios, constitui-se como aspeto fundamental para compreender as dinâmicas socioculturais do mesmo no presente, permitindo igualmente perspetivar o impacto que terá nos adultos de amanhã.

Considerando que o percurso educativo dos adultos tem impacto no percurso educativo das crianças e jovens integrados em meio escolar, pela valorização atribuída à escola e consequente acompanhamento familiar prestado, importa ter em conta a caracterização dos níveis de escolaridade da população residente na Amadora. Conforme descrito no Dossier II – Contextualização Económica do presente Diagnóstico Social 2024, em 2021 a população residente na cidade que tinha completado o Ensino Secundário representava a maior proporção do total (27,1%).

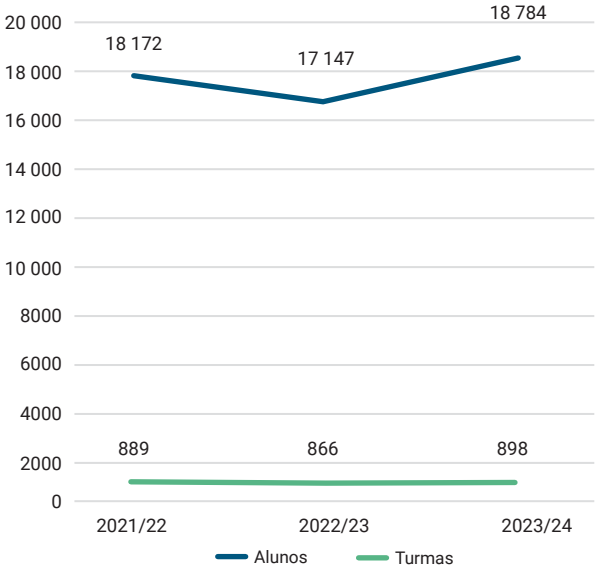
Apenas 4,9% da população residente com mais de 15 anos não detinha nenhum nível de escolaridade, sendo a taxa de analfabetismo de 2,4%. Estes dados são inferiores à média nacional (5,86% e 3,08% respetivamente) e ligeiramente superiores à média da Área Metropolitana de Lisboa (4,3% e 2% respetivamente). Remetendo para o Capítulo II do Diagnóstico Social, compreende-se que os dados apresentados remetem para os grupos mais envelhecidos da população, tendo a democratização do ensino no pós 25 de abril tido um impacto imediato nos níveis de escolaridade das pessoas.

Na análise destes indicadores, destaca-se a freguesia da Encosta do Sol, em que a proporção de pessoas com mais de 15 anos sem nenhum nível e escolaridade representa 6,5% e a taxa de analfabetismo representa 3,3% do total da população; não obstante, esta freguesia não tem índices de envelhecimento acima da média municipal, pelo que o enquadramento destas taxas terá outro fundamento.

Por outro lado, de acordo com o Recenseamento da População de 2021, cerca de 69% da população da Amadora tinha pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo, sendo esta proporção superior à média nacional (62,3%). Por outro lado, no mesmo período 23,5% das pessoas residentes tinham o grau de ensino superior completo, sendo este valor superior à média nacional (21,2%) e inferior à média dos concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa (28,7%).

No ano letivo 2023/2024 frequentavam os estabelecimentos de educação e ensino da Amadora 18.784 crianças e jovens distribuídos por 898 turmas. Como se pode verificar no Gráfico 22, o número de alunos/as conheceu uma diminuição no ano letivo 2022/23, recuperando os valores anteriores no ano 2023/24. Esta tendência acompanhou a evolução do número de turmas, apontando para uma média de 21 alunos/as por turma ou grupo.

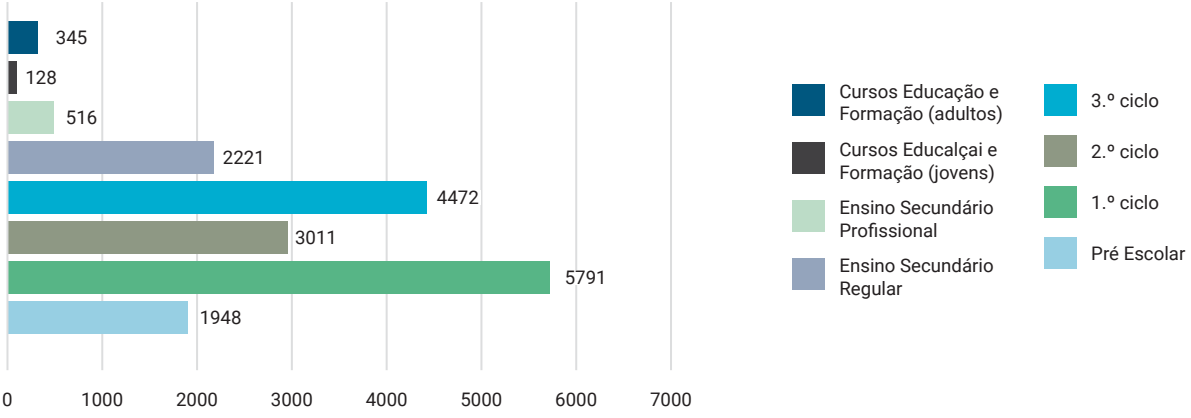
Gráfico 22 - Evolução do número de alunos nos estabelecimentos de ensino na Amadora 2021-2024



Fonte: Câmara Municipal da Amadora, 2024

Os/As 18.784 alunos/as que frequentavam os estabelecimentos de educação e ensino da Amadora encontravam-se distribuídos pelos vários ciclos de ensino, sendo que o 1º ciclo representava 16% do total de alunos/as.

Gráfico 23- Distribuição dos/as alunos/as dos estabelecimentos de ensino da Amadora por ciclo de escolaridade 2023/24



Fonte: Câmara Municipal da Amadora, 2024

No ano 2023/24 frequentavam o Pré-Escolar 1.948 crianças, distribuídas por 91 grupos, representando este valor um aumento de cerca de 4% dos/as alunos/as quando comparado com o ano 2021/2022. Analisando a distribuição etária das crianças integradas em pré-escolar, é possível constatar que metade tinha completado os 5 anos até 31 de dezembro de 2023, sendo que apenas 12,6% das vagas estava preenchida com crianças com 3 anos completos até àquela data; neste ano letivo, 918 crianças matriculadas neste ciclo de ensino ficaram sem colocação, sendo que 11% tinham 3 anos completos.

A dificuldade na integração em pré-escolar de crianças que tenham saído da resposta de creche, por ausência de vagas nos equipamentos públicos ou na rede solidária tem sido identificado pelos parceiros do território como um constrangimento das famílias. Este constrangimento, identificado anteriormente na Amadora e referido pelos parceiros da Rede Social quando auscultados, tem sido agravado com o aumento da procura da resposta de creche potenciado pelo Programa Creche Feliz, implementado no ano 2021, que conduziu igualmente ao aumento da procura de pré-escolar para crianças com 3 anos.

Do total de crianças a frequentar o pré-escolar, 79 apresentavam características e necessidades de saúde especiais que conduziram à redução das turmas, num total de 220 vagas a menos de capacidade de reposta nesta primeira etapa da educação.

Importa ainda referir a capacidade de acolher crianças na resposta de pré-escolar das instituições particulares de solidariedade social, assim como as entidades privadas lucrativas. No território existem 18 equipamentos de pré-escolar geridos por IPSS, com e sem acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP, com capacidade para 1.414 crianças. Por outro lado, existem na Amadora 20 entidades lucrativas com resposta de pré-escolar, com capacidade para 764 crianças.

No período em análise frequentavam o 1º ciclo do ensino básico 5.791 alunos, distribuído por 263 turmas, representando este um aumento de cerca de 5% em relação ao ano letivo 2021/22. Deste total de alunos, 465 crianças tinham necessidades de saúde especiais, o que reduziu a capacidade de integração em 105 vagas.

No ano letivo 2023/24 frequentavam o 2º ciclo dos equipamentos educativos da Amadora 3.011 alunos/as, distribuídos por 136 turmas; estes dados representam um aumento de 18% face a anos anteriores. No mesmo ano frequentavam o 3º ciclo do ensino básico 4.472 alunos/as, distribuídos por 206 turmas.

Destes alunos que frequentavam em 2023/2024 o 2º e 3º ciclos do ensino básico importa analisar os dados daqueles que se encontravam enquadrados em medidas e/ou regimes particulares.

Tabela 7 - Distribuição de alunos/as do 2º e 3º ciclo por medidas ou regimes diferenciados 2023/24

	Necessidades de saúde especiais		Currículo Específico Individual		Alunos redutores de turma		Percursos Curriculares Alternativos		Programa Integrado de Educação e Formação	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2º ciclo	351	11,6%	16	0,5%	185	6,1%	38	1,2%	-	-
3º ciclo	456	10,2%	25	0,56%	239	5,3%	74	1,6%	40	0,9%

Fonte: Câmara Municipal da Amadora, 2024

No território da Amadora havia, no início do ano letivo 2023/2024, quatro escolas[27] com oferta de 9 Cursos de Educação e Formação com equivalência ao 3º ciclo do ensino básico, em áreas tão diversas como Empregado/a de Restaurante/Bar ou Operador/a de jardinagem. Estes cursos integravam 128 alunos/as, tendo duração variável de 1 ou 2 anos.

No ano letivo 2023/2024 frequentavam o ensino secundário – cursos científico-humanístico 2.221 alunos/as, distribuídos por 93 turmas, sendo que estavam integrados na vertente profissional deste ciclo de ensino 516 alunos/as, distribuídos por 28 turmas.

Do total de alunos/as que frequentava os estabelecimentos de ensino da Amadora (N=18.784), cerca de 41% beneficiava de ação social escolar. Esta proporção tem mantido a estabilidade desde o ano letivo 2021/2022, sendo que o aumento de beneficiários tem acompanhado o aumento do número de alunos/as.

27 Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves, Escola Secundária Seomara da Costa Primo, Escola Básica e Secundária D. João V e Escola Básica de Alfornelos.

Analisando o universo de beneficiários/as de ação social escolar, verifica-se que 60,5% estava enquadrado no escalão A (N=4.644) e 39,5% no escalão B (N=3.033).

Analisando a média nacional, constata-se que 2022 cerca de 25% dos alunos do pré-escolar, ensino básico e secundário, enquadrados no ensino público, eram beneficiários de ação social escolar[28]. Este valor é inferior à tendência registada na Amadora, que no mesmo período se situava nos 40%.

Conforme retratado no Dossier I – Caracterização Socio Demográfica do presente Diagnóstico Social, a população da Amadora é composta por uma multiplicidade de nacionalidades, assim como por pessoas de nacionalidade portuguesa, mas com origens noutros países. Da mesma maneira, a diversidade cultural está muito presente nas escolas públicas do Concelho, com presença de 72 nacionalidades no ano letivo 2023/24, que representavam 27% do total de alunos/as (N=5.057).

De facto, a presença de alunos/as de nacionalidade estrangeira tende a acompanhar a proporção das respetivas nacionalidades no território da Amadora.

Tabela 8 - Distribuição dos/as alunos/as dos estabelecimentos de ensino na Amadora por nacionalidade 2023/24

Nacionalidade	N	% Alunos estrangeiros
Brasil	1.436	28,6%
Cabo Verde	907	18%
Angola	761	15,1%
Guiné-Bissau	549	10,9%
São Tomé e Príncipe	327	6,5%
Paquistão	192	3,8%
Índia	137	2,7%
Bangladesh	136	2,7%
Ucrânia	71	1,4%

Fonte: Câmara Municipal da Amadora, 2024

Além da multiplicidade de nacionalidades presentes nos estabelecimentos de ensino da Amadora, importa ainda ter em conta as crianças e jovens que, tendo nacionalidade portuguesa e não sendo contabilizadas nas estatísticas apresentadas, têm origem noutras culturas e etnias, facto que as define enquanto indivíduos e que marca as relações estabelecidas em contexto escolar; este aspeto encontra-se desenvolvido no Capítulo I – Caracterização Socio Demográfica.

A multiculturalidade nos espaços escolares conduz a um conjunto de desafios para a comunidade educativa que foram debatidos nas sessões de auscultação dos parceiros da Rede Social da Amadora. Desde logo pelos desafios criados pelo desconhecimento da língua portuguesa à integração dos/as alunos/as e à capacidade de aprendizagem dos currículos dos vários ciclos de ensino. Por outro lado, as diferenças culturais, desde logo no valor dado ao ensino e à escola, podem ter conduzido a comportamentos de indisciplina e conflitos no espaço escolar que comprometem o funcionamento dos estabelecimentos, de acordo com informação disponibilizada por parceiros da cidade.

Importa ainda destacar os problemas na regularização da situação em território nacional das crianças e jovens e os desafios daí decorrentes, nomeadamente, na limitação ao acesso ao abono de família e consequentemente à ação social escolar. Este facto contribui para o aumento da vulnerabilidade destes/as alunos/as, assim como para o risco de exclusão social.

A integração de crianças e jovens com necessidades de saúde especiais em contexto educativo encontra-se caracterizada no Diagnóstico Social – Área da Deficiência, estando sistematizada a contextualização do público-alvo, assim como recursos existentes no território e desafios enfrentados pelos vários agentes envolvidos.

No ano letivo 2022/2023 encontravam-se a frequentar os estabelecimentos de ensino da Amadora 1.345 crianças e jovens com necessidades especiais, estando a maioria concentrados no 1º ciclo do ensino básico. Por outro lado, a ELI - Equipa Local de Intervenção Precoce acompanhava 410 crianças com idade igual ou inferior a 6 anos, a maioria com problemas relacionados com atrasos no desenvolvimento (85,4% das situações acompanhadas).

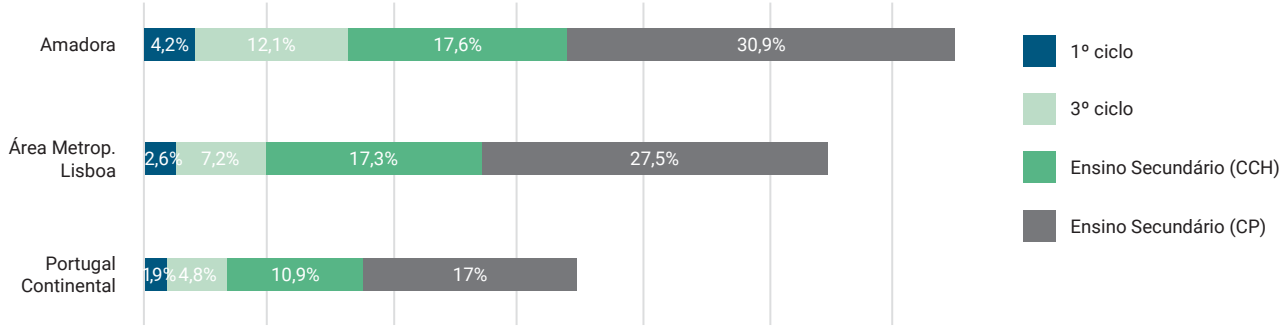
De acordo com o Diagnóstico desta área de intervenção, os principais problemas da integração de crianças e jovens com necessidades especiais relacionam-se com a dificuldade em garantir respostas em quantidade suficiente e adequadas às exigências relacionas com o aumento do número de alunos/as nas escolas, desde logo pela insuficiência de recursos humanos e materiais. Por outro lado, o processo de integração destes jovens após a escolaridade obrigatória torna-se complexo e desadequado às necessidades individuais, carecendo de políticas sociais especializadas e diferenciadas.

28 PORDATA, junho 2024 (PORDATA - Ambiente de Consulta)

O sucesso escolar dos/as alunos/as ao longo do percurso educativo é influenciado por um conjunto de fatores individuais e de contexto social que contribuem para os resultados nos vários ciclos de ensino. De acordo com dados do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar 2030, apresentados em dezembro de 2023, a taxa de retenção em Portugal Continental era de 3% no ano letivo 2021/2022, representando este valor uma redução de 66% face ao ano 2016/2017.

Analisando os dados da Amadora, é possível verificar que as taxas de retenção e desistência eram, no ano 2021/2022, superiores à média de Portugal Continental e dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

Gráfico 24 - Taxa de retenção e desistência por ciclo de ensino, em Portugal Continental, na AM Lisboa e na Amadora (2021/22)



Fonte: Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar 2030, 2023

Como se pode verificar, em todos os ciclos de ensino a taxa de retenção e desistência era no ano letivo 2021/22 superior na Amadora quando comparada com a média de Portugal Continental; da mesma maneira, e à exceção dos cursos científico-humanístico do ensino secundário, esta taxa era igualmente superior à média da Área Metropolitana de Lisboa.

Esta diferença, que chega a ser mais do dobro da média do território continental, terá base numa multidimensionalidade de fatores, relacionados com as características socio demográficas da população, nomeadamente, com os níveis de rendimento das famílias e com os setores de atividades empregadores dos residentes, a diversidade cultural, os níveis de escolaridade da população ativa, entre outros.

Os parceiros da Rede Social da Amadora referiram que o insucesso e abandono escolar constituirá uma das principais problemáticas do território, relacionando este facto com a vulnerabilidade social das famílias, com a falta de valorização dos percursos educativos e ainda com o impacto resultante da pandemia por Covid-19.

Importa nesta análise considerar que na Amadora, no ano 2021/22, entre o total de alunos/as beneficiários/as do escalão A de ação social escolar, a taxa de retenção e desistência no ensino obrigatório era de 11,7%; considerando apenas os/as alunos/as que não eram beneficiários de ação social escolar, a mesma taxa registava o valor de 9%. Esta diferença remete o sucesso dos percursos educativos para a condição socio económica das crianças e jovens, bem como das suas famílias, que importa ter em conta na articulação da intervenção nas áreas da educação e social.

Os dados acima apresentados são corroborados pelos resultados escolares da Rede Escxel - Rede de Escolas de Excelência[29], que posicionam o desempenho do Concelho da Amadora no score "mau", na sequência dos resultados analisados entre 2017 e 2022.

Na cidade da Amadora está sedeada a Escola Profissional Gustave Eiffel, que tem promovido um conjunto de cursos profissionais com equivalência ao 12º ano. No ano letivo 2023/2024 encontravam-se a decorrer 6 cursos profissionais, com diversas turmas nos vários anos de ensino dos mesmos, envolvendo um total de 369 alunos/as (44% do sexo feminino), pertencentes a 9 nacionalidades[30].

29 Relatório de Análise dos Resultados Escolares da Rede Escxel 2017-2022 (janeiro 2024)

30 Fonte: Escola Profissional Gustave Eiffel (março 2024)

Tabela 9 - Distribuição de alunos/as da Escola Profissional Gustave Eiffel por curso

Cursos	Nº alunos
Técnico/a de gestão	67
Técnico/a de gestão e programação de sistemas informáticos	128
Técnico/a de comunicação e marketing, relações-públicas e publicidade	67
Técnico/a de turismo	61
Técnico/a de organização e eventos	22
Técnico/a comercial	28

Fonte: Escola Profissional Gustave Eiffel, 2024

De acordo com dados remetidos pela Escola Profissional Gustave Eiffel, no período temporal de 2019/2022 a taxa de conclusão dos cursos profissionais lecionados era de 59,9%. Deste universo que concluiu os estudos conforme previsto, a taxa de empregabilidade foi de 57,6%, destacando-se os cursos de técnico/a de turismo (empregabilidade de 77%) e técnico/a comercial (empregabilidade de 91%); por outro lado, cerca de 32% dos/as alunos/as que concluíram os cursos prosseguiu com os estudos, destacando-se os diplomados do curso técnico/a de gestão e programação de sistemas informáticos (59% de prosseguimento).

A Albifor – Centro de Formação, Lda, com ação no território da Amadora, oferece igualmente cursos de formação profissional com equivalência ao 12º ano. Em dezembro de 2023 frequentavam a Albifor 28 formandos/as com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos, distribuídos pelos cursos de Técnico/a de Logística e Técnico/a de Informática.

Importa ainda mapear a oferta ao nível dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, oferecidos por duas escolas do território da Amadora e que se encontravam a decorrer em setembro de 2023. As escolas Secundária Seomara da Costa Primo e Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves disponibilizavam 6 cursos, que enquadravam 345 alunos, sendo que destes 4 cursos eram de tipo profissional e 2 de certificação de Português Língua de Acolhimento.

O Município da Amadora disponibiliza ainda o Centro Qualifica, que desde 2017 procura dar resposta a adultos com mais de 18 anos que pretendem aumentar ou concluir a sua escolaridade e/ou reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico e secundário. Através do consórcio estabelecido com a escola profissional Gustave Eiffel, com a Escola Secundária Seomara da Costa Primo e com a Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves, o Centro Qualifica procura desenvolver um diagnóstico individual das necessidades de cada pessoa e orientá-la para a solução que melhor se adequa aos seus objetivos dentro da oferta existente: processos de reconhecimento, validação e certificação de competências, cursos de educação e formação de adultos, formação modular, cursos de Português língua de acolhimento, cursos de especialização tecnológica, entre outros.

Em março de 2024 o Centro Qualifica da Câmara Municipal da Amadora tinha 551 pessoas inscritas (47% do sexo feminino), pertencentes a 33 nacionalidades, tendo a maioria habilitações literárias ao nível do 9º ano (45%). Do total, 56% encontravam-se empregados/as por conta de outrem, sendo que as pessoas desempregadas representavam cerca de 26%. A maioria das pessoas inscritas foram encaminhadas para cursos de Português Língua de Acolhimento (28%) e Cursos EFA (16%). Por outro lado, 203 pessoas integraram processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, sendo que 131 destes processos se encontravam a decorrer[31].

O Centro de Formação da Amadora (Inst. Emprego e Formação Profissional) dinamiza um conjunto de cursos de formação profissional que contribui para a capacitação dos indivíduos, dinamizando formação de adultos com equivalência ao 4º ano, ao 6º ano e ao 9º ano do ensino básico, ao ensino secundário e à certificação profissional. Em 2023 estava inscritas 12.849 pessoas nos cursos lecionados, sendo a maioria do sexo feminino (67%) e com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos (40%).

31 Câmara Municipal da Amadora – Centro Qualifica (março, 2024)

V

DOSSIER V – **HABITAÇÃO**

O estado da arte no campo da habitação assume-se como fundamental na análise da situação social das cidades, contribuindo para os processos de inclusão ou exclusão dos indivíduos, sendo um aspeto central no bem-estar das populações.

As características do parque habitacional dos territórios são fortemente marcadas pelos processos de crescimento de desenvolvimento dos mesmos. A Amadora, ainda que tenha conhecido ocupação humana nos tempos da pré-história, e que tenha um crescimento marcado pela construção da linha ferroviária, conheceu o maior desenvolvimento urbano nas últimas décadas do século XX. Por outro lado, a reduzida dimensão do território, assim como a criação de vários bairros de construção precária e ocupação ilegal do terreno, contribuíram para definir os espaços habitacionais na atualidade.

Assim, a cidade da Amadora é marcada pela construção de habitação em altura e pela predominância de prédios residenciais, assim como por núcleos urbanos densos e populosos. De facto, o Concelho da Amadora tinha em 2021[32] uma densidade populacional de 7.210 pessoas/Km², o que remete para uma elevada concentração de pessoas em espaços reduzidos. Este fenómeno, que cria um conjunto de desafios ao nível do ordenamento urbano e na gestão dos espaços públicos, contribui também para a escassez de habitação face às necessidades da população, assim como para um aumento dos custos das famílias com este bem.

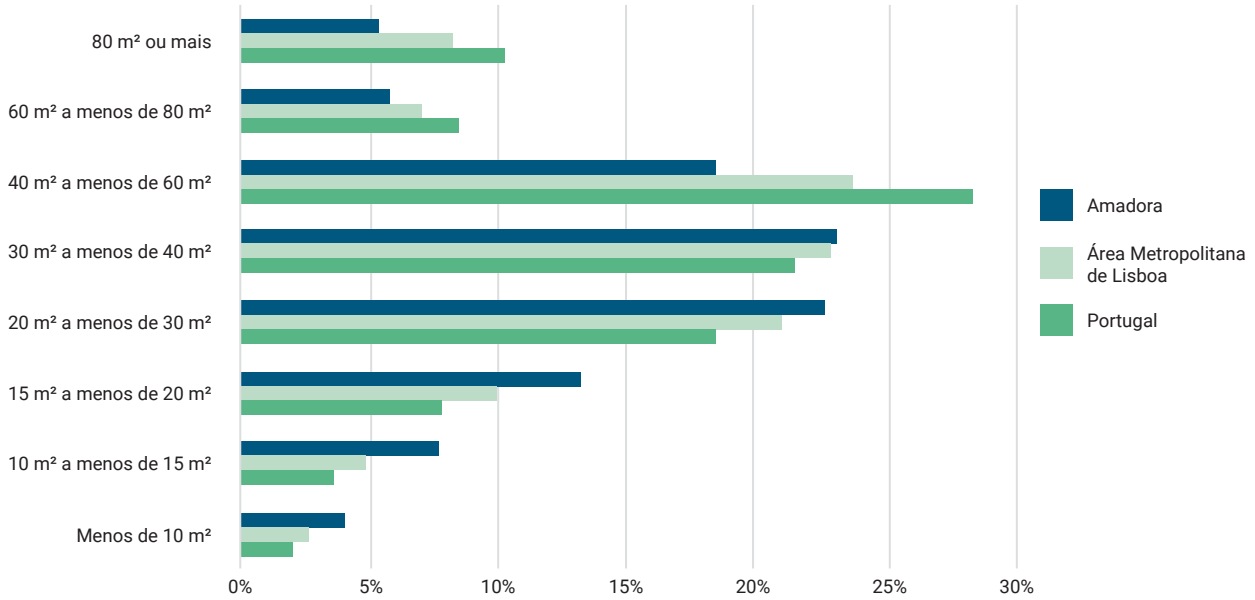
Em contexto de auscultação dos parceiros da cidade, o acesso à habitação foi considerado pelas entidades como o principal problema da Amadora e como sendo uma área de intervenção prioritária. Por outro lado, a dificuldade e a desigualdade no acesso à habitação foi igualmente identificada como causa para outros problemas sociais locais, nomeadamente, o empobrecimento das famílias e a vulnerabilidade a situações de pobreza, com especial incidência nas crianças e jovens, o aumento de risco de despejos e desalojamentos, e consequentemente o aumento das pessoas em situação de sem-abrigo.

Reconhecendo esta prioridade na intervenção das políticas públicas locais, a Câmara Municipal da Amadora aprovou em junho de 2021 a Estratégia Local de Habitação da Amadora – 1º Direito (ELHA), que estabelece estratégias e objetivos para a intervenção nesta área. Estando focada na eliminação das condições de habitação indignas persistentes no território e dirigida à população mais desfavorecida, assume o papel decisivo das situações de carência habitacional no combate à pobreza, à exclusão social e aos fenómenos de segregação socio territorial.

Os objetivos definidos para a ELHA passam pela eliminação dos núcleos de habitação precária e ilegal existentes, a garantia de condições de habitabilidade e sustentabilidade do parque habitacional municipal e a qualificação do território e habitat do Concelho.

Nesta sequência, e de acordo com o Recenseamento da População de 2021 a área útil das habitações por indivíduo residente na Amadora era inferior às médias nacional e da Área Metropolitana de Lisboa.

Gráfico 25 - População residente em alojamentos familiares clássicos por escalão de área útil por ocupante (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2021

32 Instituto Nacional de Estatística - Recenseamento da População, 2021

Na Amadora a maioria dos residentes habita alojamentos em que cada ocupante dispõe de áreas úteis inferiores a 30 m² (47,6%); comparativamente, na Área Metropolitana de Lisboa a maioria das pessoas reside em alojamento com mais de 30 m² por ocupante (61%), sendo que a nível nacional a maioria dos residentes habita espaços com mais de 40 m² por ocupante (46,9%).

Importa destacar a proporção de pessoas que na Amadora habitam espaços com áreas úteis inferiores a 15 m² por ocupante (11,8%); a nível nacional a média é menos de metade da representação a nível local (5,7%).

Desagregando os dados por freguesia constata-se que nos territórios da Encosta do Sol, Águas Livres e Falagueira – Venda Nova a área útil disponível por ocupante é inferior à média do concelho; estes dados vão de encontro à distribuição da densidade populacional destas freguesias, que surgem no Capítulo 1 – Caracterização Socio Demográfica do Diagnóstico Social como sendo as mais populosas.

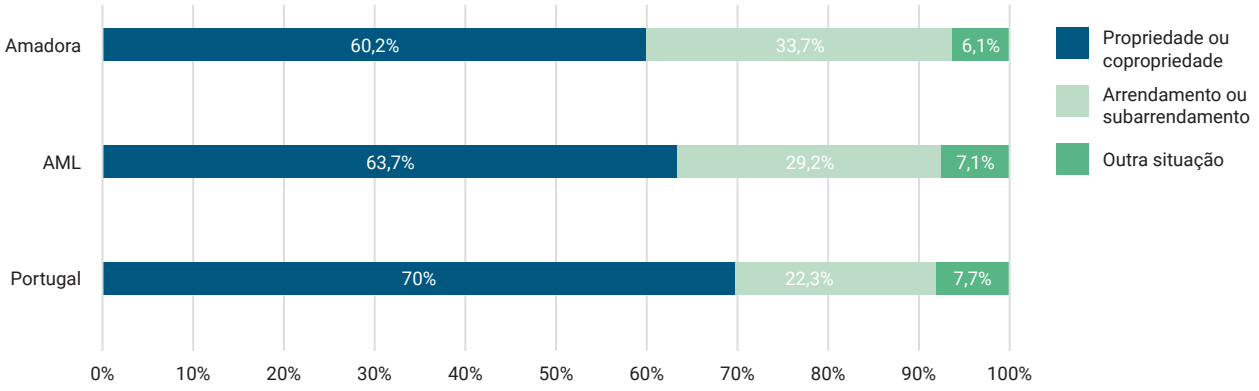
Os dados referentes à disponibilidade de área útil por ocupante dos alojamentos familiares são sustentados pelas divisões dos mesmos alojamentos disponíveis por ocupante dos agregados domésticos. De facto, 30% dos agregados domésticos da Amadora dispunham de menos de 1,5 divisão[33] por ocupante, sendo que a média nacional se situava em 2021 em 24,5%. Por outro lado, 0,3% dos agregados da cidade dispunham de menos de meia divisão por ocupante do alojamento, constituindo este valor o dobro da média nacional (0,14%).

Os dados censitários disponíveis de 2021 remetem para uma sobreocupação das habitações na Amadora, estimada em cerca de 18% do total dos alojamentos clássicos; esta ideia foi corroborada pelos parceiros da Rede Social auscultados em contexto de focus group. Este fenómeno, que de acordo com as instituições locais terá vindo a agravar nos últimos anos, na sequência do aumento do custo da habitação, atinge principalmente os grupos com maiores níveis de exclusão social, nomeadamente as populações migrantes. A sobreocupação das casas tem consequências diretas na salubridade dos alojamentos e na qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos.

Não obstante esta informação, em 2021 existiam 9.303 alojamentos vagos na Amadora, sendo que apenas 41% dos mesmo se encontrava disponível para venda ou arrendamento[34]; os demais imóveis, ainda que não estivessem alocados a qualquer ocupação ou utilidade, não estavam no mercado para disponibilização às famílias residentes.

À semelhança dos dados disponíveis para a realidade nacional, a Amadora é um território em que predomina o regime de propriedade ou copropriedade das habitações, representando em 2021 cerca de 60% do total de alojamentos familiares; 34% destes alojamentos estavam ocupados em regime de arrendamento ou subarrendamento e 6% noutras situações não especificadas.

Gráfico 26 - Distribuição dos Alojamentos familiares por regime de ocupação (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2021

Localmente a proporção de alojamentos familiares ocupados em regime de arrendamento é superior à média nacional e da AML, sendo que consequentemente a percentagem de habitações próprias é 10% inferior na Amadora.

Desagregando os dados por freguesia, verifica-se que a Encosta do Sol é o território com maior representação de alojamentos familiares ocupados em regime de arrendamento (47%), tendo as habitações próprias a menor representação; importa referir que esta é tam-

33 De acordo com o INE, o conceito de divisão remete para espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4 m2 de área e 2 metros de altura; não são considerados como tal corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas, vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4 m2.

34 Diagnóstico das Condições Habitacionais Indignas – Habitação PRR – AML 2021|2026 (Novembro 2022)

bém a freguesia com maior concentração de habitação municipal. Por outro lado, as freguesias de Alfragide e Mina de Água apresentam uma representação acima da média local de habitações ocupadas em regime de aquisição, ambas com cerca 67% do total de alojamentos familiares.

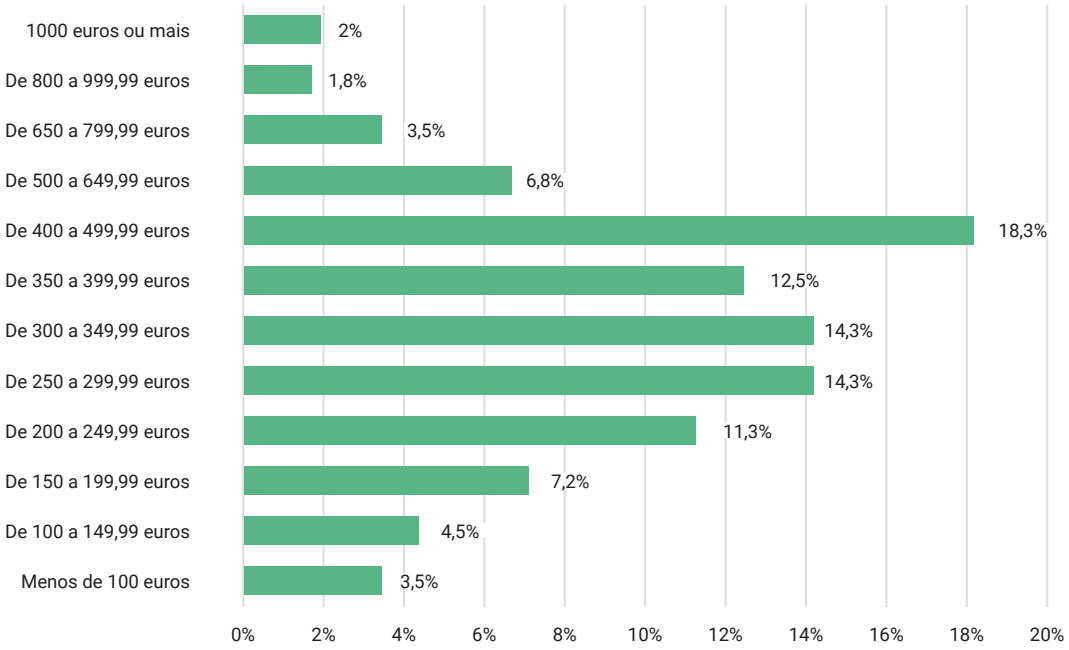
Assume ainda grande relevância a proporção de agregados familiares identificados pelos serviços da cidade que ocupam habitações em regime de arrendamento ou subarrendamento, não dispondo de relação contratual formal e regular com o proprietário. Esta situação irregular contribui para a vulnerabilidade das famílias, que não dispõe de instrumento jurídico que as proteja, limitando ainda o acesso a apoios públicos ao arrendamento.

Tendo em conta que o acesso à habitação foi identificado pelos parceiros da Amadora como sendo dos principais problemas sociais do território, importa analisar as despesas das famílias com este direito essencial.

Do total de população residente na Amadora em 2021 com habitação ocupada em regime de aquisição, cerca de 52% tinha encargos financeiros com o alojamento, sendo esta proporção idêntica à média da Área Metropolitana de Lisboa (54%) e superior à média nacional (44,4%).

Do total de representantes dos agregados familiares com encargos com a aquisição de habitação na Amadora, 45% gastava mensalmente valores entre 300€ e 499,99€.

Gráfico 27 - População residente na Amadora, com habitação ocupada em regime de aquisição, por escalão do valor mensal da despesa (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2021

Quando comparado com a realidade em Portugal, constata-se que em média os custos com aquisição de habitação a nível nacional são inferiores aos registados na Amadora, sendo que 41% dos representantes dos agregados familiares pagavam mensalmente um valor situado entre os 200€ e os 349,99€.

Desagregando os encargos mensais com aquisição de habitação por faixas etárias do representante do agregado doméstico, contata-se que os grupos mais jovens de residentes têm maiores despesas com casa própria quando comparado com as pessoas mais velhas. De facto, 88% das pessoas com mais de 65 anos não tinham em 2021 despesas com aquisição de habitação, sendo que a maioria das que tinham, suportavam valores inferiores a 199,99€ (35%). Por outro lado, 81% dos residentes com menos de 45 anos tinham encargos mensais com casa própria, sendo que a maioria (32%) apresentava gastos superiores a 400€.

Este facto, se por um lado constitui fator protetor da população sénior, por outro pode contribuir para a maior vulnerabilidade dos agregados familiares em início de vida, nomeadamente, com presença de crianças e jovens dependentes, aumentando o risco de pobreza.

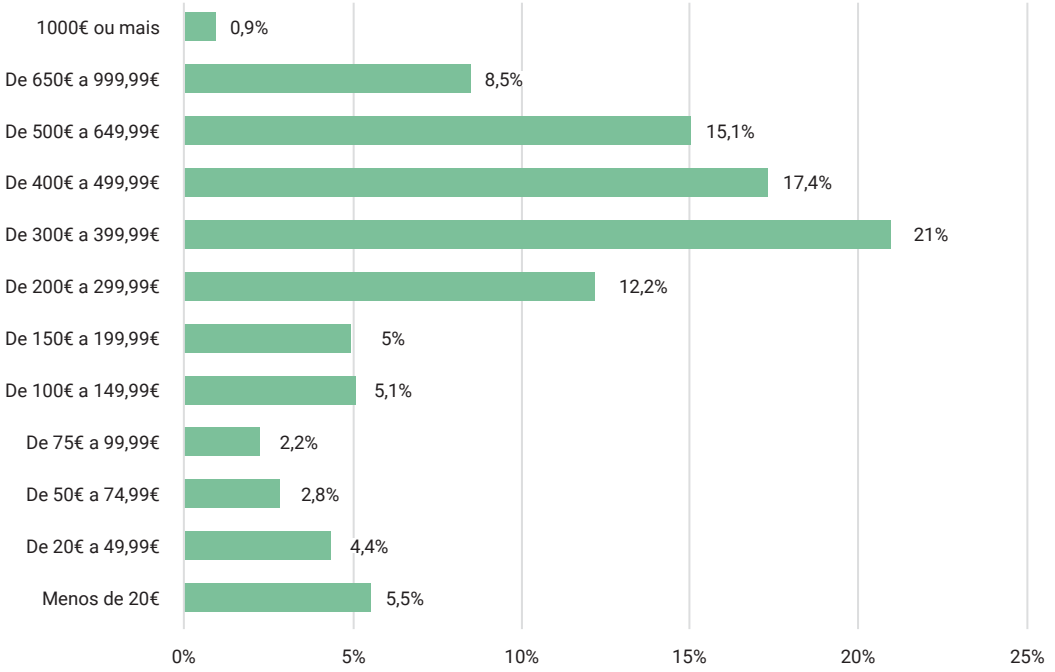
Importa ainda ter em conta que os dados analisados neste capítulo do Diagnóstico Social da Amadora 2024

reportam ao ano 2021, podendo os mesmos não coincidir com a realidade atual das famílias. Em 2022 as despesas com aquisição de habitação conheceram um aumento exponencial com o aumento da taxa Euribor, decretada pelo Banco Central Europeu, tendo produzido efeitos nas prestações mensais com crédito habitação. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, em 2022 o Índice de Preços da Habitação aumentou 12,6%, sendo que em 2023 aumentou 8,3%, quando comparados com o mesmo indicador em 2021.

Estes aumentos nas prestações bancárias com casa própria em 2022 e 2023 foram igualmente referenciadas pelos parceiros da Rede Social da Amadora como sendo uma das principais causas do empobrecimento das famílias, tendo contribuído para o aumento da procura por apoios sociais por parte de famílias diferenciadas e com rendimentos aproximados da média nacional.

Quando analisada a despesa mensal das famílias com o arrendamento de habitação em 2021, constata-se que os encargos na Amadora são superiores à média nacional e da Área Metropolitana de Lisboa. Na Amadora, cerca de 32% dos titulares de contrato de arrendamento ou subarrendamento pagavam valores entre os 400€ e os 649,99€; a média nacional aponta para que 33% dos residentes no território com este tipo de relação contratual pagassem mensalmente valores entre os 300€ e os 499,99€.

Gráfico 28 - População residente na Amadora, com habitação ocupada em regime de arrendamento ou subarrendamento, por escalão do valor mensal da renda (2021)



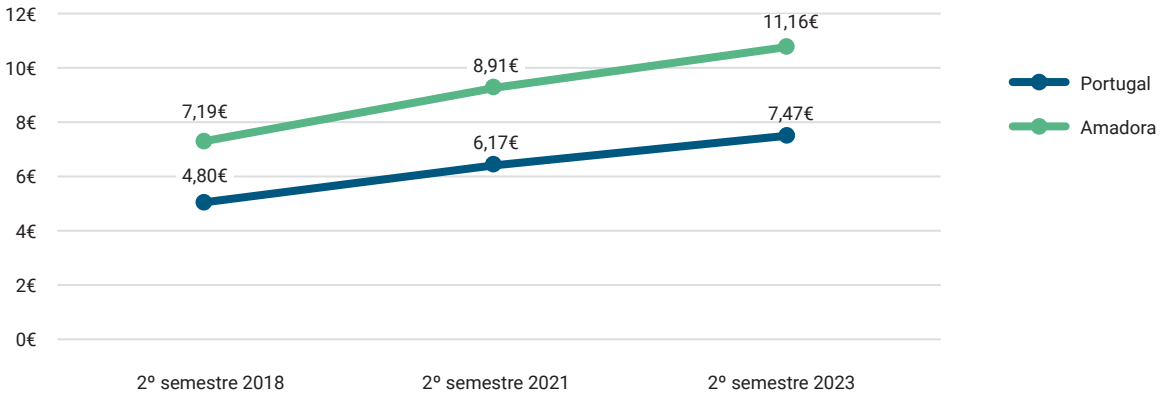
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2021

A maioria da população residente na Amadora em 2021 com habitação ocupada em regime de arrendamento ou subarrendamento, tinha despesas mensais entre os 300€ e os 399,99€.

Desagregando os dados pelo escalão etário do representante do agregado familiar doméstico, é possível constatar que a população sénior tem despesas inferiores à média local com habitação. De facto, 48% dos representantes com mais de 65 anos tinha rendas inferiores a 149,99€. Pelo contrário, cerca de 56% dos representantes com idade inferior a 45 anos suportava rendas mensais superiores a 400€. À semelhança da reflexão efetuada para as famílias residentes em habitações próprias, este facto pode contribuir para uma menor vulnerabilidade dos seniores no acesso ao direito à habitação; por oposição, os elevados encargos das famílias em início de vida, muitas vezes com crianças e jovens a cargo, pode contribuir para um maior risco de empobrecimento.

Importa ainda ter em conta que os dados apresentados se reportam ao ano de 2021, em que foi efetuado o Recenseamento da População. Aquela realidade terá conhecido um agravamento, considerando o aumento do preço do arrendamento a nível nacional, com especial enfoque na zona da grande Lisboa.

Gráfico 29 - Evolução do valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (2018-2023)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2021

De acordo com o gráfico em epígrafe, o valor do m² dos contratos de arrendamento tem conhecido um aumento ao longo dos últimos anos a nível nacional e local, que tem provocado grandes impactos na gestão das famílias e do território. De facto, entre 2018 e 2023 o aumento das rendas ronda os 55%, tendo contribuído para o empobrecimento das famílias e para um aumento da vulnerabilidade a situações de emergência social, potenciando igualmente as situações de sobrelotação das habitações e o aumento do mercado de arrendamento paralelo e ilegal.

Analisando de forma integrada a informação suprarreferida, e considerando a vulnerabilidade socio económica das famílias da Amadora, estima-se que cerca de 62.000 agregados familiares residentes, em caso de necessidade, não consigam encontrar no município uma habitação adequada sem entrar em sobrecarga financeira (mais de 40% da taxa de esforço com despesas com habitação)[35].

Além do parque habitacional privado, a cidade da Amadora dispõe de um conjunto de habitações sociais, geridas na sua maioria pela Câmara Municipal da Amadora, e destinadas a garantir o acesso ao direito à habitação a pessoas com maior vulnerabilidade social.

O parque habitacional municipal é composto por 2.100 fogos, distribuídos por 223 edifícios, dos quais 82 são de propriedade mista, com fogos pertencentes a privados.

Tabela 10 - Distribuição do Parque Habitacional Municipal por territórios

	Fogos Dispersos	Fogos em Núcleo Habitacional	Total
Águas livres	18	-	18
Alfragide	223	-	223
Encosta do Sol	168	760	928
Falagueira – Venda Nova	47	284	331
Mina de Água	20	502	522
Venteira	9	-	9
Sintra – Algueirão	-	40	40
Outros AML	21	-	21
Outros	8	-	8
Total	**514**	**1.586**	**2.100**

Fonte: Câmara Municipal da Amadora, 2024

35 Diagnóstico das Condições Habitacionais Indignas – Habitação PRR – AML 2021|2026 (Novembro 2022)

A maioria dos fogos do Parque Habitacional Municipal concentra-se em núcleos habitacionais, nomeadamente, nos bairros Casal da Boba (502 fogos), Casal do Silva (284 fogos) e Casal da Mira (760 fogos).

Por outro lado, não sendo um bairro de gestão municipal, importa considerar igualmente os fogos da Autarquia localizado no Bairro do Zambujal, que constitui um dos maiores núcleos de habitação social do território. Sendo composto por 1.082 fogos, o Instituto Nacional de Reabilitação Urbana detém 960 fogos e a Autarquia apenas 223 habitações, distribuídas por 24 edifícios, construídos os anos 90. Pelo contrário, o parque habitacional do IHRU foi construído maioritariamente nos anos 70, apresentando à data sinais de degradação.

Este facto, aliado à vulnerabilidade social das famílias residentes nos fogos de habitação social, contribui para a concentração em núcleos habitacionais de problemas sociais complexos, que têm marcado o território da Amadora e as entidades que nele intervêm. No processo de auscultação dos parceiros da Rede Social da Amadora foi destacado o problema da exclusão social dos moradores destes núcleos, onde surgem concentrados problemas de desemprego, abandono e insucesso escolar, dependência de prestações e serviços sociais, criminalidade e insegurança.

De acordo com informação da Câmara Municipal da Amadora, decorrente da gestão deste parque habitacional, em 2023 foram cobradas 1.999 rendas, enquadradas em contratos de arrendamento, das quais:

- **342 rendas mínimas (12%), no valor de 4,8€[36];**
- **1.505 rendas apoiadas (75%), sendo calculadas em função do rendimento mensal líquido do agregado familiar;**
- **148 rendas condicionadas (7%), calculadas em função do valor máximo em regime de arrendamento apoiado;**
- **4 rendas livres (0,2%), decorrentes da celebração de contratos de arrendamento em condições e especificidades particulares;**

Em média, o valor faturado das rendas era de 69€ mensais, o que aponta para a prevalência de agregados familiares com baixos rendimentos declarados.

A dificuldade no acesso à habitação surge na atualidade como um dos principais problemas sociais a nível nacional e local, pelo que a elevada procura por habitação pública ou por programas de apoio à habitação tem sido uma constante.

Durante o ano 2023 foram formalizadas e validadas 784 candidaturas à atribuição de habitação municipal, num total de 1.906 indivíduos. Estas candidaturas tiveram como principais fundamentos a incapacidade de suportar os custos de contratos de arrendamento particulares, assim como a ausência de habitação. Importa igualmente ter em conta que 40% das candidaturas foram apresentadas por agregados familiares monoparentais, sendo a titular do sexo feminino (93%); este elemento assume especial relevância considerando o risco de pobreza e pobreza infantil que correm estas famílias.

Conforme referido anteriormente neste capítulo do Diagnóstico Social 2024, a história do território da Amadora está muito marcada pelo surgimento e crescimento de bairros de ocupação e construção precária, desencadeados pelo êxodo rural dos anos 60 e 70 do século XX, assim como, pelo início dos processos migratórios das antigas colónias portuguesas em África no final dos anos 70 e todos os que se seguiram causados pelas crises económicas internacionais.

Em 1995 foi estabelecido o acordo de adesão da Câmara Municipal da Amadora ao Programa Especial de Realojamento, tendo na altura sido recenseadas 4.855 casas de construção precária, num total de 6.138 agregados familiares, distribuídos por 35 núcleos degradados. Ao longo dos anos estes núcleos foram sendo erradicados e foram sendo encontradas soluções habitacionais para as famílias residentes; ao longo dos anos o número de famílias inscritas foi aumentando, na sequência da formação de novas famílias, somando 7.409 agregados em 2023.

Dando cumprimento à ELHA, em 2023 a Câmara Municipal da Amadora focou a intervenção na erradicação dos bairros Quinta da Lage e Estrada Militar do Alto da Damaia, tendo sido demolidas 91 construções (7 sem funções habitacionais), tendo a Autarquia trabalhado com as famílias residentes abrangidas pela Estratégia Local de Habitação da Amadora – 1º Direito na procura de alternativa habitacional, enquadrando-as nos programas de apoio existentes no território – realojamento em habitação municipal e Programa de Apoio ao Auto Realojamento.

Em julho de 2024 encontram-se a residir em habitações de construção precária 754 agregados familiares, distribuídos por 4 grandes núcleos:

- **Quinta do Pomar;**
- **Estrada Militar da Mina;**
- **Quinta da Lage;**
- **Estada Militar do Alto da Damaia;**

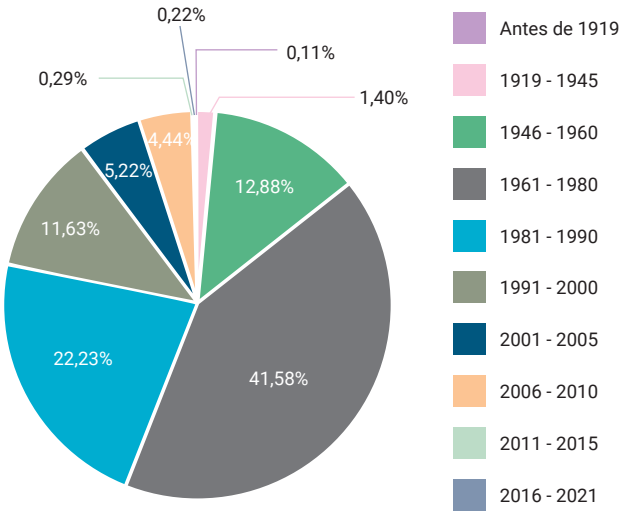
36 1% do valor do IAS à data

Além destes núcleos habitacionais, importa considerar o Bairro da Cova da Moura, edificado de forma ilegal em terrenos privados e que não foi incluído no Programa Especial de Realojamento, constitui um território de grande vulnerabilidade e de coexistência de problemas sociais de complexa resolução. Na sequência do recenseamento da população de 2021, foi registada a existência de 827 edifícios habitacionais, num total de 1.521 alojamentos, estimando-se que residissem no bairro cerca de 1.688 agregados familiares.

A erradicação dos núcleos habitacionais de génese ilegal constitui uma área de intervenção prioritária da ELHA, que reconhecer que *'…a persistência de núcleos e bairros de construção precária e ilegal, funcionalmente desadequados, incompatíveis com os objetivos de coesão social e territorial e de segurança, constitui o principal fator da existência, no município da Amadora, de condições de habitação indignas e de grandes assimetrias territoriais no que respeita à qualidade residencial e do habitat, propiciando a manutenção de situações de pobreza e de segregação socio-territorial'*.[37]

A cidade da Amadora conheceu o seu desenvolvimento enquanto território suburbano de Lisboa, assumindo na sua génese características de dormitório das pessoas que trabalhavam na metrópole. Assim, e ainda que tenha sido elevada a município em 1979, a Amadora teve o pico de construção de edifício residenciais entre os anos de 1960 e 1980 (41,6%), sendo que a cidade tem o segundo índice de envelhecimento urbano mais elevado da Área Metropolitana de Lisboa Norte.

Gráfico 30 - Ano de construção dos edifícios na Amadora (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2021

Constata-se que 75% dos edifícios residenciais da Amadora foram construídos entre 1960 e o ano 2000, sendo que depois deste período a construção foi apenas de 10% dos imóveis; ao contrário, no território nacional a construção no século XXI ronda os 20%, sendo que este facto se traduz em edifícios mais modernos e eficientes.

Desagregando estes dados por freguesias, verifica-se que o território de Alfragide é o mais recentemente urbanizado, com 40% dos edifícios construídos entre 1990 e o ano 2000; sendo que os territórios da Falagueira – Venda Nova e da Venteira são os mais antigos da cidade, com uma proporção superior de imóveis construídos entre 1946 e 1960 (19,8% e 22,3% respetivamente).

A época de construção dos edifícios residenciais tem um impacto direto nas respetivas condições de habitabilidade, assim como no ordenamento urbano, assumindo que a regulamentação relativa a estes aspetos tem conhecido uma evolução que progressivamente tende a contribuir para o bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos.
De facto, a cidade da Amadora apresenta uma elevada percentagem de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradadas, encontrando-se na terceira posição mais desfavorável da Área Metropolitana de Lisboa Norte[38].

Para este bem-estar contribui a eficiência energética dos imóveis, sendo que edifícios mais antigos, e na ausência de obras de melhoria e adaptação, tendem a ser menos eficientes. Analisado a disponibilidade de sistemas de aquecimento nas habitações da cidade da Amadora, verifica-se que em 2021 cerca de 41% das casas não dispunha de qualquer equipamento; comparando com a média portuguesa, em que este indicador assume 30% do total de habitações, percebe-se que localmente as condições são menos favoráveis ao conforto térmico das famílias.

Do total de alojamentos que dispunham em 2021 de sistema de aquecimento na Amadora, cerca de 78% constituía aquecimento não central, com recurso a aparelhos móveis (aquecedores a óleo, termo ventiladores), que tendem a ser menos eficientes, consumindo mais eletricidade, com menor capacidade de aquecer os espaços.

Analisando os territórios da freguesia, destaca-se a Encosta do Sol, em que 45% das casas não dispunha de qualquer sistema de aquecimento; e as freguesias de Alfragide e Mina de Água, com proporções superiores às concelhias de casas com sistemas de aquecimento centrais, tendencialmente mais eficientes ao nível energético.

37 Diagnóstico das Condições Habitacionais Indignas – Habitação PRR – AML 2021|2026 (Novembro 2022)
38 Diagnóstico das Condições Habitacionais Indignas – Habitação PRR – AML 2021|2026 (Novembro 2022)

O ano de construção das habitações tem igualmente uma forte influência na acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios, sendo que primeira Lei das Acessibilidades em Portugal data de 1997. Assim, na Amadora cerca de 75% dos edifícios residenciais não eram em 2021 acessíveis a cadeiras de rodas, sendo que a média nacional rondava os 66% de imóveis não acessíveis. Desagregando os dados por territórios, percebe-se que a proporção de edifícios não acessíveis a cadeiras de rodas é superior nas freguesias de construção mais antiga, nomeadamente, na Falagueira – Venda Nova (82,4%) e na Venteira (77,3%).

Esta característica dos edifícios tem sido permanentemente referida pelos parceiros da cidade como um fator determinante na gestão diária das pessoas com incapacidade física, nomeadamente, da população sénior e das pessoas com deficiência. A dificuldade no acesso à via pública, pela ausência de elevadores ou plataformas nos prédios, contribui para o isolamento dos indivíduos, impossibilitando a sua participação na comunidade e o acompanhamento pelos serviços da cidade.

Num esforço de contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade dos edifícios de alojamento familiar do mercado privado, e dando resposta à ELHA – 1º Direito, a Câmara Municipal da Amadora tem promovido um conjunto de programas de apoio à reabilitação do edificado da cidade:

- **Reabilita + e Reabilita Plus - apoios à realização de obras de recuperação ou beneficiação de partes comuns ou de uso comum de edifícios de habitação do território da Amadora ou de áreas específicas do território;**
- **Reabilita Eco - apoio à introdução de soluções técnicas, para incremento do conforto térmico e da eficiência energética dos edifícios;**
- **Reabilita Vertical - apoio à introdução de soluções para o melhoramento das acessibilidades verticais, com vista à eliminação de barreiras arquitetónicas nas partes comuns ou de uso comum dos edifícios de habitação;**

Importa ainda identificar o Programa Mobilidade e Acessibilidade, promovido pela Câmara Municipal da Amadora, que apoio os indivíduos com incapacidade na aquisição de equipamentos que contribuem para melhorar as condições de acessibilidade nos espaços comuns dos edifícios.

VI

DOSSIER VI – **PROTEÇÃO SOCIAL**

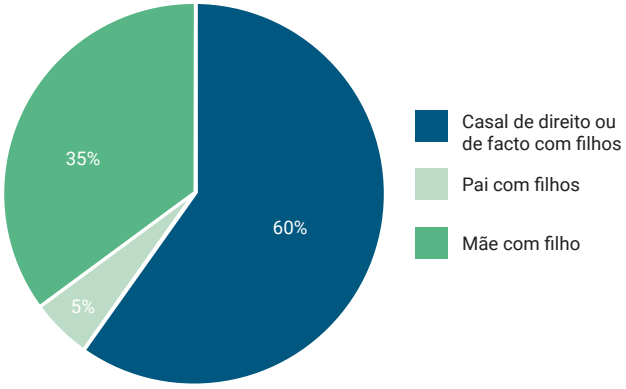
A proteção social dos cidadãos constitui um pilar fundamental da Constituição da República Portuguesa, contribuindo para a sua inclusão social e para o combate à pobreza dos mais vulneráveis. Importa por isso caracterizar os serviços e medidas de apoio existentes e o impacto que têm a nível local, potenciando as oportunidades de melhoria identificadas.

Para a vulnerabilidade dos cidadãos a situações de exclusão social podem concorrer uma multiplicidade de fatores relacionados com características socio demográficas, como a faixa etária dos indivíduos, a composição dos agregados familiares, os níveis de rendimentos das famílias e a situação laboral, os níveis de escolaridade, a nacionalidade ou grupo étnico, entre outros.

Em 2021 residiam na Amadora 38.087 pessoas com mais de 65 anos, constituindo este um dos grupos da população em maior risco de vulnerabilidade por via da diminuição de rendimentos, do aumento da dependência e dos problemas de saúde, e do isolamento social. De facto, e conforme retratado no Capítulo I – Caracterização Socio Demográfica, uma elevada percentagem de seniores residiam sozinhos em 2021.

Por outro lado, a vulnerabilidade social dos agregados familiares tende a aumentar com a existência de crianças e jovens, pela dependência que têm dos elementos familiares ativos. Em 2021, na Amadora, existiam 50.161 núcleos familiares, representando este cerca de 68% do total de agregados domésticos privados recenseados no mesmo período[39]. Deste total de núcleos familiares, cerca de 65% tinham filhos residentes (N = 32.764), sendo que a maioria das famílias tinha neste período crianças com menos de 19 anos (64%).

Gráfico 31 - Núcleos Familiares com filhos residentes na Amadora por tipo (2021)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2021

Verifica-se que 40% dos núcleos familiares residentes na Amadora eram monoparentais, sendo esta proporção bastante superior à média nacional, que em 2021 representava cerca de 29%[40]. Constituindo este um fator de vulnerabilidade face a situações de pobreza e exclusão social, a proporção de famílias monoparentais na cidade da Amadora aponta para a existência de um grupo alargado de agregados em potencial risco.

Destaca-se ainda a existência de crianças com menos de 4 anos em 15% dos núcleos familiares monoparentais, assim como para a preponderância dos agregados familiares monoparentais titulados por mulheres. Do total de núcleos monoparentais, cerca de metade dos elementos ativos encontravam-se empregados/as (58%), sendo de destacar a proporção de titulares que não tinham atividade económica (34%).

Sendo a pobreza infantil um problema social complexo e com implicações nas gerações atuais e futuras, foi elaborado um dossier do presente Diagnóstico Social 2024 dedicado exclusivamente à temática, que analisa de forma extensiva os vários indicadores que contribuem este fenómeno. O Diagnóstico Pobreza na Infância do Concelho da Amadora efetua ainda uma análise aos recursos existentes na Amadora e aos serviços que intervêm direta ou indiretamente na problemática, pelo que importa integrar esta informação na presente análise dos mecanismos de proteção social.

Conforme referido, a vulnerabilidade face a processos de exclusão social é maior entre a população sénior e nos agregados familiares com crianças e jovens a cargo; da mesma maneira, o risco é acrescido nas pessoas com deficiência e na população migrante, decorrente de características individuais e de comunidade, estando estes dois grupos caracterizados em documentos diagnóstico específicos, nomeadamente, Diagnóstico da área da Deficiência do Concelho da Amadora 2023 e Diagnóstico Social na área das Migrações 2023.

Importa ainda referir a comunidade cigana como sendo um grupo da população da Amadora com elevado risco de pobreza e exclusão social. Não existindo dados locais que permitam caracterizar esta comunidade, a literatura existente remete para um conjunto de indicadores e características da etnia cigana que potenciam as situações de grande vulnerabilidade.

Ainda que retrate a situação desta comunidade a nível nacional, os resultados do inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2023, apontam para a existência em Portugal de 47 mil pessoas entre os

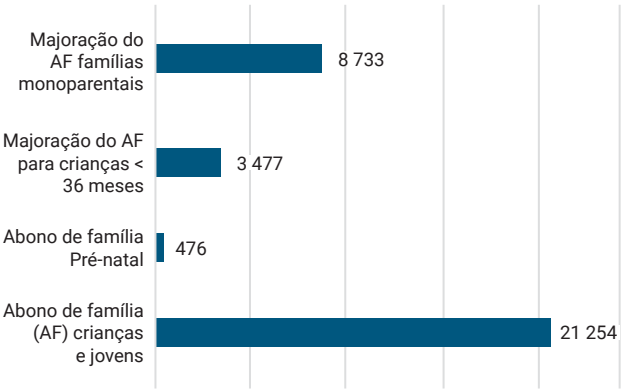
39 De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o conceito de Agregado Doméstico Privado remete para o conjunto de pessoas ou a pessoa independente que tem a residência habitual no alojamento familiar, sendo que o conceito de Núcleo Familiar constitui o conjunto de duas ou mais pessoas que pertencem ao mesmo agregado doméstico privado e têm uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes (INE, 2024).

40 Instituto Nacional de Estatística, 2021

18 e os 74 anos que se autoidentificaram como pertencentes à etnia cigana[41]. Este grupo caracteriza-se por ter mais jovens do que o geral da população, com maior proporção de mulheres, sendo menos escolarizada que a média nacional. Tendo menos pessoas ativas que a média nacional, cerca de 73% apresentavam rendimentos ao nível do primeiro quintil da distribuição de rendimentos, situando-os entre os 20% da população com rendimentos mais baixos. Por outro lado, indicadores como o conforto térmico, a disponibilidade de internet ou a propriedade de veículo automóvel, em valores inferiores à média da restante população, apontam para a prevalência de situações de pobreza entre a comunidade cigana. O ICOT 2023 indica ainda que cerca de 50% das pessoas das comunidades ciganas afirma ter sofrido discriminação com base na etnia.

O Estado Português assume a função de garantir a igualdade entre todos os cidadãos e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. As prestações sociais são atribuídas a indivíduos e famílias tendo em vista a diminuição do risco de exclusão social e a vulnerabilidade a situações de pobreza.

Gráfico 32 - Titulares de prestações familiares para crianças e jovens na Amadora (dez/2023)



Fonte: ISS – Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024

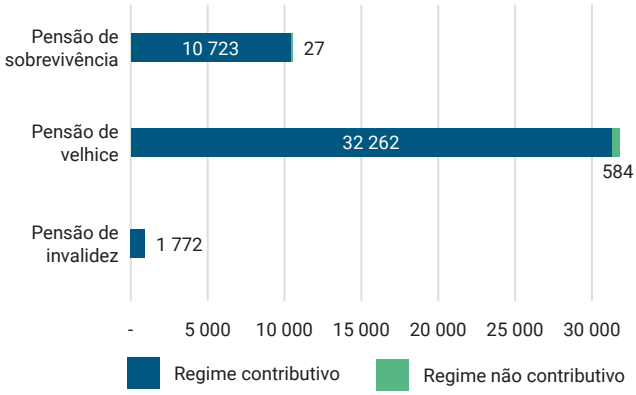
Como se pode verificar, em dezembro de 2023 estavam ativos cerca de 21.200 titulares da prestação abono de família para crianças e jovens. Deste total, cerca de 8.700 crianças e jovens tinham processada majoração por integrarem agregados familiares monoparentais, reforçando a vulnerabilidade social acrescida destas famílias já referida anteriormente.

Nas prestações familiares dirigidas a agregados com crianças e jovens, importa considerar os titulares com processamento da Garantia para a Infância, que em dezembro de 2023 somavam 4.456 titulares. Deste total, cerca de 74% das prestações eram atribuídas a crianças entre os 6 e os 17 anos. Por outro lado, no mesmo período foram processados 1.028 bolsas de estudo, atribuídas pela Segurança Social a jovens estudantes, com abono de família no 1º e 2º escalão, que frequentem o ensino secundário.

Na área da deficiência, em dezembro de 2023 foram processadas prestações familiares para 860 titulares da bonificação por deficiência e para 3 titulares de subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial.

Destinadas a pessoas mais velhas ou com incapacidade para o trabalho, em dezembro de 2022 estavam ativos 45.368 pensionistas.

Gráfico 33 - Pensionistas ativos na Amadora, por regime contributivo (dezembro/2022)



Fonte: ISS – Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024[42]

A maioria dos pensionistas recebia pensão por velhice no regime contributivo. Desagregando os dados, constata-se que a maioria dos pensionistas eram do sexo feminino (62%), indo este indicador de encontro à preponderância de mulheres entre a população com mais de 65 anos. Este facto ganha especial relevância quando analisada a pensão de sobrevivência, em que os pensionistas do sexo feminino representam cerca de 81% do total.

Ao longo do ano 2022 o valor médio mensal auferido pelos pensionistas da Amadora foi de 628€, sendo este indicador muito diferente se analisado de forma desagregada em função do sexo das pessoas e do tipo de regime de contribuições. De facto, a pensão de velhice média auferida por pensionista do sexo masculino com carreira contributiva estava situada nos 966€/mês, enquanto a mesma pensão na mesma carreira auferida pelo sexo feminino era de 526€/mês. Quando comparada a pensão de velhice na carreira não contributiva, constata-se que os homens recebiam 299€/mês e as mulheres 308€/mês.

41 Inquérito às Condições Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT) - Dia nacional das pessoas ciganas – Destaque (www.ine.pt – junho/2024)

42 A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação Social para a Inclusão.

Tabela 11 - Valor médio mensal das pensões processadas na Amadora (2022)

	Pensão de invalidez	Pensão de velhice	Pensão de sobrevivência
Regime contributivo	536,25 €	746,25 €	333,46 €
Regime não contributivo	-	303,67 €	112,13 €

Fonte: ISS – Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024

Importa ainda destacar o valor médio da pensão de sobrevivência, que em 2022 se situava nos 333€/mês para a carreira contributiva e nos 112€/mês na carreira não contributiva. Sendo estes valores inferiores ao Indexante dos Apoios Sociais; poderá este ser um indicador de potencial risco de pobreza e exclusão social.

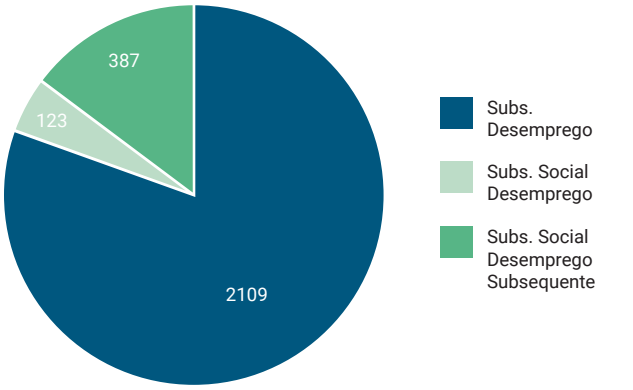
O Complemento Solidário para Idosos é atribuído a pensionistas e beneficiários da Prestação Social para a Inclusão que se encontrem em situação de pobreza. Em dezembro de 2023 existiam na Amadora 1.362 beneficiários do CSI, sendo que 80 pessoas tinham nacionalidade estrangeira. Deste total, cerca de 45% dos beneficiários tinha entre 70 e 79 anos e 42% tinha mais de 80 anos; este indicador aponta para o empobrecimento do grupo mais velho dos seniores, o que contribuirá para um aumento do risco de exclusão social deste setor tão vulnerável da população.

Em dezembro de 2023 tinham sido registados 717 requerimentos do Estatuto do Cuidador Informal, encontrando-se deferido o estatuto de 381 cuidadores (237 cuidadores principais e 144 cuidadores não principais). Destes, apenas 109 cuidadores tinham Subsídio de Apoio ao Cuidador Informal deferido. Importa nesta análise referir que a legislação que criou o Estatuto do Cuidador Informal é de 2019; de acordo com esta análise, o número de requerimentos do ECI aparece como reduzido face ao tempo de implementação da medida, aspeto que pode ter base no desconhecimento da medida.

O subsídio de desemprego constitui-se como uma prestação em dinheiro atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego; não sendo destinada a grupos da população especialmente vulneráveis à exclusão social por via de características socio demográficas individuais, esta prestação garante os rendimentos necessários em situações de maior fragilidade, sendo igualmente um incentivo à reintegração no mercado de trabalho.

Em dezembro de 2023 encontravam-se ativos/as 2.619 beneficiários/as de prestações de desemprego na Amadora.

Gráfico 34 - Beneficiários de prestações de desemprego na Amadora (dezembro/2023)

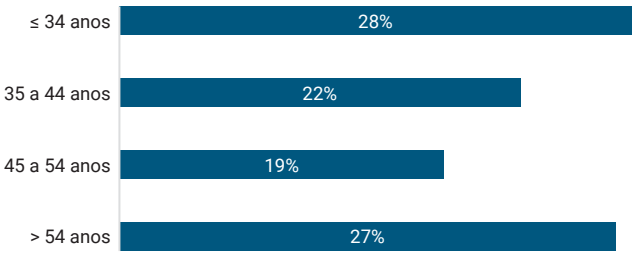


Fonte: ISS – Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024

Do total de beneficiários/as das prestações de desemprego, cerca de 25% tinha nacionalidade estrangeira, sendo a maioria destes oriundos dos PALOP ou do Brasil. Ao nível da distribuição dos/as beneficiários/as por freguesias, em dezembro de 2023, cerca de 25% residiam na Mina de Água e 22% na freguesia de Águas Livres; Alfragide era o território com menor número de beneficiários das prestações de desemprego, com cerca de 7% do total. Desagregando por sexo dos/as beneficiários/as, constata-se que 54% eram mulheres, sendo esta proporção superior nos subsídios social de desemprego e social de desemprego subsequente.

Desagregando os/as beneficiários/as das prestações de desemprego pelos escalões etários, verifica-se uma concentração nos indivíduos mais novos e nos mais velhos.

Gráfico 35 - Distribuição dos/as beneficiários/as de prestações de desemprego por escalão etário na Amadora (dezembro/2023)



Fonte: ISS – Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024

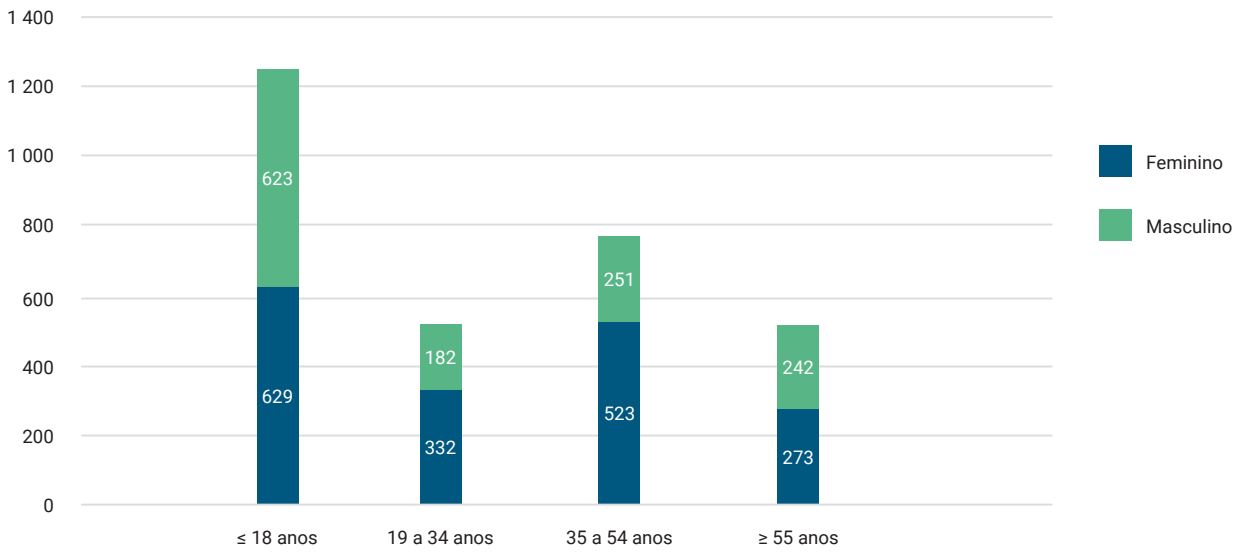
A Prestação Social para a Inclusão é um apoio atribuído a pessoas com deficiência ou incapacidade comprovada destinado a promover a sua autonomia e inclusão social. Em 2023 foi processada a PSI a 2.428 pessoas, sendo a distribuição entre homens e mulheres equilibrada.

O Rendimento Social de Inserção (RSI) é uma prestação garantida pelo Estado Português para proteger os cida-

dãos em situação de pobreza extrema, materializando-se na atribuição de um apoio financeiro e no estabelecimento e acompanhamento técnico de contrato de inserção, tendo em vista a inclusão social dos indivíduos.

Em dezembro de 2023 existiam na Amadora 1.308 famílias com processamento de RSI, num total de 3.068 beneficiários da medida. Deste total de indivíduos abrangidos, cerca de 90% tinham nacionalidade portuguesa, sendo que a maioria dos estrangeiros eram provenientes dos PALOP; nesta prestação, os nacionais do Brasil surgem como residuais, contrariando a sua proporção no total da população da Amadora. Desagregando os dados, constata-se que 57% dos/as beneficiários/as era do sexo feminino, sendo que 41% eram crianças e jovens.

Gráfico 36 - Beneficiários/as de RSI por escalão etário e sexo na Amadora (dezembro/2023)



Fonte: ISS – Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024

Importa nesta análise referir que em dezembro de 2023 existiam 121 famílias com crianças e jovens que tinham medida aplicada no âmbito do sistema de promoção e proteção, o que representa cerca de 10% do total de agregados familiares.

Analisando a distribuição dos beneficiários por freguesias da Amadora, constata-se que a maioria se encontrava a residir nos territórios da Falagueira – Venda Nova (23%) e Encosta do Sol (19%). A freguesia com menor expressão de processos ativos é a Venteira, com 7% do total de beneficiários/as.

Caracterizando os agregados familiares com prestação de Rendimento Social de Inserção ativa, constata-se que a maioria tinha 1 elemento (47%) ou 2 elementos (14%), sendo que cerca de 55% apresentava outros rendimentos além da prestação. No período em análise, o valor médio mensal da prestação era de 304,7€[43], sendo que 46% dos agregados estava situado no escalão per capita entre os 200 e os 300 euros (valor médio auferido por beneficiários/a).

No âmbito da transferência de competências da ação social para as Autarquias, prevista no Decreto-Lei n.º 55/2020 e na Portaria nº 65/2021, a gestão dos contratos de inserção dos processos de Rendimento Social de Inserção foi descentralizado para a Câmara Municipal da Amadora, que em abril de 2023 estabeleceu protocolos de colaboração com instituições da cidade para a operacionalização deste trabalho. Dando continuidade ao trabalho iniciado anteriormente, a Santa Casa da Misericórdia da Amadora, a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Amadora e a Cooperactiva têm acompanhado os agregados familiares beneficiários de RSI, gerindo os contratos de inserção e os processos de inclusão social dos/as beneficiários/as.

Neste contexto, as instituições parceiras identificaram que 33% dos agregados familiares com prestação de RSI acompanhados em 2023 eram beneficiários da medida há mais de 24 meses, apontando este dado para uma dificuldade na autonomização dos indivíduos. Não obstante, no mesmo período foram cessadas 404 prestações, das quais 25% re-

43 O valor da prestação de Rendimento Social de Inserção em 2023 era de 209,11€, de acordo com Portaria n.º 32/2023, de 20 de janeiro

portam a agregados que se autonomizaram da medida por integração no mercado de trabalho.

A Autarquia assegura desde o início do processo da descentralização de competências a coordenação do Núcleo Local de Inserção. Neste contexto, e em função do trabalho desenvolvido em 2023 e sistematizado no Relatório de Atividades Anual RSI/NLI (Câmara Municipal da Amadora, 2024), os parceiros identificaram fatores que contribuem negativamente para os processos de autonomização dos beneficiários de RSI, nomeadamente a dificuldade no acesso aos serviços de saúde mental e elevado custo da medicação, o que dificulta a integração das pessoas no mercado de trabalho. Da mesma maneira, a dificuldade em integrar as crianças nas respostas sociais de creche e/ou pré-escolar contribui para a indisponibilidade para o desempenho de atividade profissional. Por outro lado, a dificuldade nos processos de renovação dos documentos de permanência em Portugal para cidadãos estrangeiros conduz a situações de cessação da prestação, aumentando a vulnerabilidade dos indivíduos e famílias.

Conforme retratado no Dossier II – Contextualização Económica, a maioria da população ativa residente na Amadora encontrava-se empregada, tendo rendimentos resultantes do trabalho; não obstante, a perceção geral dos parceiros da Rede Social da Amadora aponta para o aumento do número de famílias incapaz de fazer face às despesas correntes, considerando os reduzidos escalões de rendimentos e aumento do custo de vida. A competência da ação social, cujo objetivo foca a disponibilização de apoio a todos os indivíduos que se encontrem em situação de carência, foi descentralizada para a Autarquia no âmbito dos processos de transferência de competências, em abril de 2023 e conforme prevista no Decreto-Lei n.º 55/2020 e na Portaria nº 63/2021.

Desde aquele período, e tendo base em contratos interadmnistrativos, a Autarquia delegou nas juntas de freguesia da Amadora a competência de realização do atendimento e acompanhamento social geral à comunidade. Assim, entre abril e dezembro de 2023 foram atendidas 993 pessoas nas seis juntas de freguesia da cidade, com maior incidência de execução física nos territórios da Encosta do Sol, Águas Livres e Mina de Água.

Do total de munícipes atendidos em primeira linha entre abril e dezembro de 2023, a maioria recorreu ao atendimento social apresentando pedidos de apoio alimentar e de apoio económico, e pedidos de informações sobre respostas sociais ou prestações sociais.

Analisando o perfil do utente de atendimento e acompanhamento social em 2023, constata-se que a maioria das pessoas era do sexo feminino, integradas em famílias monoparentais e integrados no mercado de trabalho. A maioria dos utentes tinha nacionalidade portuguesa, predominando igualmente as nacionalidades angolana e brasileira. A principal problemática identificada pelas equipas técnicas associada à situação de carência remete para a insuficiência de rendimentos.

A permanência dos agregados familiares em situação de carência económica conduz pontualmente a episódios de emergência social, ficando em risco a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, nomeadamente ao nível da habitação e alimentação. Tendo esta competência sido descentralizada em abril de 2023 para a Autarquia, é possível traçar o perfil destes utentes; até dezembro daquele ano foram atendidos em situação de emergência social 311 agregados familiares, sendo que 82% residia na Amadora. A maioria eram agregados isolados (65%), tendo-se registado a existência de crianças e jovens em 72 das famílias atendidas. A maioria dos titulares dos agregados familiares atendidos em situação de emergência social tinha escolaridade ao nível do ensino básico (56%), encontrando-se desempregado/a (65%) e sem qualquer rendimento (49%).

Na sequência do atendimento efetuado em emergência social, os utentes foram encaminhados para um conjunto de respostas alternativas, tendo em vista a garantia de satisfação das suas necessidades básicas. Analisando qualitativamente esta intervenção, e indo de encontro à perceção dos parceiros da Rede Social, o acesso à habitação constitui a maior dificuldade no acompanhamento destes processos, sendo o principal obstáculo à autonomização dos agregados familiares. Por outro lado, recorrem a este atendimento cidadãos com extrema vulnerabilidade e com pouca capacidade de operacionalização de medidas para a inserção, mantendo-os numa permanente situação de dependência para com os serviços; são exemplo os migrantes residentes em território nacional ao abrigo de protocolos de saúde, ou seniores com pensões de reduzido valor, ou indivíduos com problemas de saúde que impedem a integração em mercado de trabalho, entre outros.

Os dados do atendimento e acompanhamento social efetuados à comunidade vão de encontro à perceção dos parceiros da Rede Social, auscultados no âmbito do processo de atualização do presente Diagnóstico Social. Sendo o aumento das situações de carência económica e vulnerabilidade social o principal problema sentido na Amadora, este tem base no aumento do custo de vida, nomeadamente, da habitação, bem como dos baixos rendimentos da população, decorrente das baixas qualificações dos indivíduos e da precariedade laboral.

Estão igualmente identificados grupos especialmente vulneráveis da população pela predominância de problemáticas específicas que comprometem a inclusão social e o bem-estar dos indivíduos, nomeadamente as pessoas em situação de sem-abrigo e/ou com consumos de substâncias, assim como as vítimas de violência doméstica. Por forma a intervir nestes problemas estruturais, é disponibilizado um atendimento social especializado a estes utentes, dinamizado pela Câmara Municipal da Amadora e por instituição parceira.

O Serviço de Atendimento Especializado a Vítimas de Violência (SAEVV) é dinamizado pela Câmara Municipal da Amadora e tem por objetivo disponibilizar apoio a vítimas de violência doméstica, tendo em vista a sua autonomização. Em 2023 foram atendidos 129 utentes por este serviço, tendo 94% das pessoas sido atendida em 1ª linha. Do total, cerca de 93% dos utentes era do sexo feminino, com idades compreendidas entre 25 e 44 anos (58% das pessoas), sendo que cerca de metade tinham filhos/as menores a cargo, com predominância de agregados familiares monoparentais (39%) e nucleares com filhos (22%). Aproximadamente metade das vítimas atendidas tinha nacionalidade portuguesa (52%), seguindo-se a nacionalidade brasileira (13%), cabo verdiana (9%) e guineense (8%). Relativamente à situação profissional, 45% das pessoas atendidas encontrava-se empregada; não obstante, a perceção das equipas técnicas aponta para uma insuficiência de rendimentos por parte das vítimas, que contribui maioritariamente para comprometer os processos de autonomização face aos respetivos agressores.

No que concerne à caracterização da violência doméstica a grande maioria partilhou contextos cumulativos de violência psicológica (90%) e física (76%), sendo que também foram reportados contextos de violência económica (26%) e sexual (10%).

Constituindo este um dos crimes com maior expressão a nível nacional, os dados complementares sobre a temática encontram-se retratados no Dossier VII – Segurança.

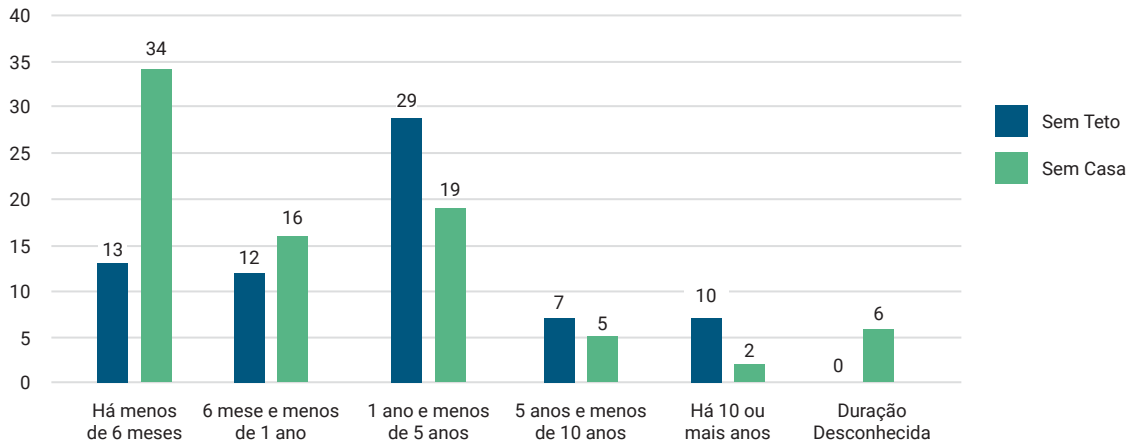
A intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo na Amadora é assegurada pela Associação Crescer na Maior, numa parceria estabelecida com a Câmara Municipal da Amadora. Neste contexto, é assegurado um conjunto de serviços de atendimento e apoio a este grupo, tendo em vista a resolução do problema de habitação dos utentes e a sua autonomização e integração social, nomeadamente, a Equipa Técnica de Rua e a manutenção de um espaço drop-in, destinado à satisfação de necessidades básicas dos indivíduos, assim como ao atendimento e acompanhamento social.

Relativamente à caracterização deste grupo de população, e assente no trabalho do Núcleo de Planeamento e Intervenção com Sem-Abrigo da Amadora, composto pelo conjunto de parceiros com intervenção junto destes utentes, importa destacar os resultados do processo de recenseamento das PSSA realizado em outubro de 2023. Tendo sido sinalizadas 153 pessoas em situação de sem-abrigo, constata-se que a maioria se encontrava em situação de sem casa (54%), pernoitando em espaços como Centros de Acolhimento de Emergência Social ou pensões.

Analisando o perfil destas PSSA, constata-se que a maioria são do sexo masculino (66%), situando-se na faixa etária entre os 45 e os 64 anos (43%); não obstante, foram recenseadas 17 pessoas com menos de 18 anos. Encontrando-se a maioria das situações de sem casa alojadas fora do concelho da Amadora, a maior concentração de pessoas sem teto é nas Águas Livres (25% do total). Predominavam os agregados familiares isolados (73%), sendo que a maioria dos indivíduos não auferia qualquer rendimento (49%).

Relativamente à duração da situação de sem-abrigo importa desagregar a análise nas situações de sem teto e de sem casa.

Gráfico 37 - Duração da condição de sem-abrigo por tipologia de situação na Amadora (novembro/2023)



Fonte: CMA – Relatório Recenseamento de Pessoas em Situação de Sem Abrigo no Município da Amadora, 2023

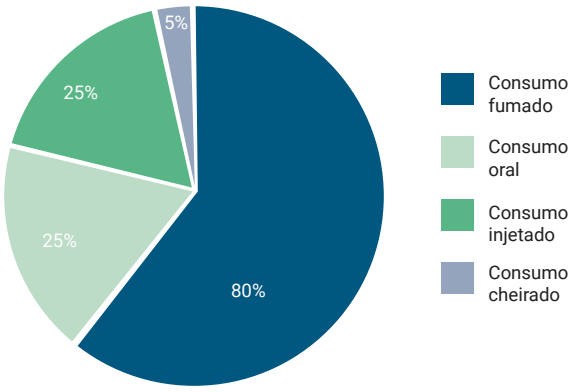
As pessoas em situação de sem casa permanecem sem habitação por períodos mais curtos do que as pessoas em situação de sem teto, destacando-se o volume de indivíduos que se encontravam na rua há 10 anos ou mais.

No que respeita aos motivos que conduziram à situação de sem-abrigo, destacam-se a ausência de suporte familiar (19%), desemprego ou precaridade no trabalho (17%), o despejo ou desalojamento (15%) e insuficiência financeira

associada a outros motivos (15%). Nesta análise importa ter em conta que, junto das pessoas em situação de sem teto, o consumo de substâncias psicoativas constitui a principal causa para a condição vivenciada. De facto, este apresenta-se como uma das principais problemáticas deste grupo, comprometendo a intervenção social efetuada com as pessoas; do total de pessoas recenseadas, 38% mantinha consumos ativos, estando a maioria em situação de sem teto.

Considerando o impacto que os consumos de substâncias psicoativas têm no fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, foi realizado o Estudo de Diagnóstico sobre o Consumo de Substâncias Psicoativas no Município da Amadora, pela Escola Nacional de Saúde Pública em 2022[44]. Tendo este estudo incidido sobre a caracterização do fenómeno da utilização de drogas no território, através da auscultação de entidades parceiras e caracterização dos consumidores, as conclusões apontam para a prevalência de pessoas em situação de sem teto (54%) com consumos continuados por períodos superiores a 10 anos (consumo médio por 11,9 anos).

Gráfico 38 - Caracterização dos consumos de substâncias (2022)



Fonte: CMA – Relatório do Estudo de Diagnóstico sobre o Consumo de Substâncias Psicoativas no Município da Amadora, 2022

As substâncias reportadas como sendo as mais consumidas são a cocaína crack e a heroína, nas várias formas de consumo, assim como o álcool; a maioria dos inquiridos reportaram um consumo diário destas substâncias, apontando para elevados níveis de dependências dos mesmos.

Estes consumos são realizados maioritariamente na rua/via pública, bem como em descampados, casas ocupadas ou outras casas/espaços de consumo improvisados. Este indicador aponta para a grande visibilidade pública que este problema social tem tido na comunidade local, reforçando a perceção dos parceiros da Rede Social da Amadora auscultados, nomeadamente dos parceiros com ação nos territórios mais afetados (ex.: Águas Livres).

Ao nível do recurso a serviços da comunidade, a maioria indica ter uma procura reduzida pelos cuidados de saúde primários ou hospitalares, sendo que apenas 44% indicou ter recorrido à Equipa Técnica Especializada de Tratamento (ETET) para processos de desabituação das substâncias; paralelamente, 95% dos inquiridos afirma ser acompanhado por Equipas Técnicas de Rua, apontando a facilidade de acesso como fator de motivação. Importa ainda referir que 72% dos utilizadores de drogas nunca integrou comunidade terapêutica para processos de desabituação das substâncias.

Os dados de perfil deste Estudo, promovido pela Escola Nacional de Saúde Pública, vão de encontro à informação vinculada pelo Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências (ICAD) referentes a 2023[45]. Este instituto, entidade competente pelo tratamento das dependências e processos de redução de riscos e minimização de danos, que mantinha em 2023 cerca de 640 utentes da Amadora em acompanhamento, identifica como principais causas de adição as substâncias ilícitas (67% do total) e o álcool (25% do total).

Para dar resposta às situações de carência económica dos agregados familiares em acompanhamento, e dando cumprimento ao estipulado na descentralização das competências da ação social para a Autarquia, estão disponíveis no território da Amadora um conjunto de apoios que se constituem como recursos importantes no combate à pobreza e exclusão social. O Fundo Municipal de Coesão Social operacionaliza os apoios locais, de caráter pontual e transitório, a indivíduos e famílias em situação socio económica vulnerável, atribuídos pela Câmara Municipal da Amadora ou pelas juntas de freguesia do território, que se encontrem em acompanhamento social no território, nomeadamente:

- **Apoio económico eventual, a ser atribuído sob a forma de prestação pecuniária, com caráter pontual e transitório;**
- **Apoio em medicamentos, prestado através do fornecimento de medicamentos;**
- **Cartão Amadora Solidária, a ser atribuído sob a forma de cartão oferta, para aquisição de bens de primeira necessidade (alimentos e artigos de higiene);**
- **Cartão alimentar para apoio em situações de emergência alimentar, atendidas e acompanhadas pelo serviço de emergência social;**

44 Relatório do Estudo de Diagnóstico sobre o Consumo de Substâncias Psicoativas no Município da Amadora – novembro, 2022 (Relatório Final CMA (cm-amadora.pt))

45 Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências (ICAD), junho/2024.

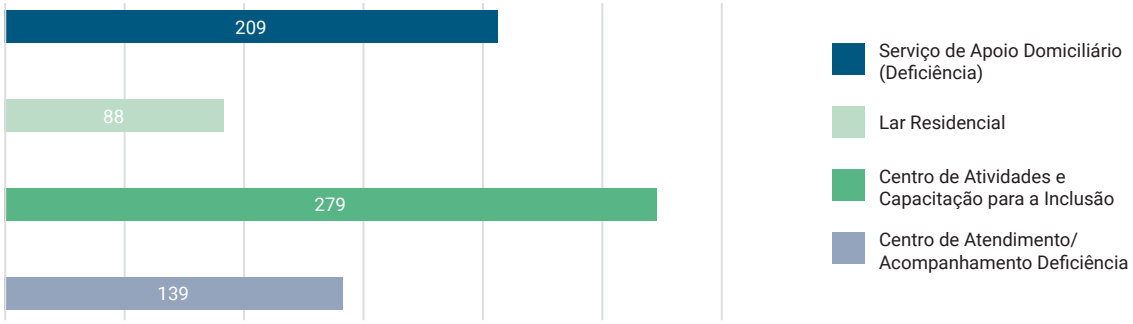
Tendo os apoios atribuídos no âmbito do Fundo Municipal de Coesão Social um caráter pontual e transitório, consideram os parceiros da Rede Social auscultados que poderão ser desadequados a novas necessidades sentidas por famílias de classe média, que pelo aumento do custo de vida se vêm numa situação de insuficiência financeira estrutural.

Além destes apoios, a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Amadora operacionaliza no território a resposta do Programa de Apoio a Alimentar a Pessoas Mais Carenciadas, financiado pelo Fundo de Auxílio Europeu a Pessoa Mais Carenciadas, com capacidade para 1.989 pessoas em situação de carência económica.

As respostas sociais oferecidas à comunidade têm por principal objetivo apoiar as famílias e indivíduos na gestão de necessidades temporárias ou permanentes, em função do ciclo de vida ou características inatas ou adquiridas dos próprios. Estando a tutela destas respostas sociais com o Instituto de Segurança Social, é igualmente esta entidade que assegura o acesso igualitário às mesmas através dos acordos de cooperação com as instituições particulares de solidariedade social.

Existem no Concelho da Amadora 5 instituições de apoio à área da deficiência, com respostas sociais de abrangência concelhia, numa capacidade total de 715 vagas.

Gráfico 39 - Capacidade das respostas sociais da Área da Deficiência na Amadora (2023)



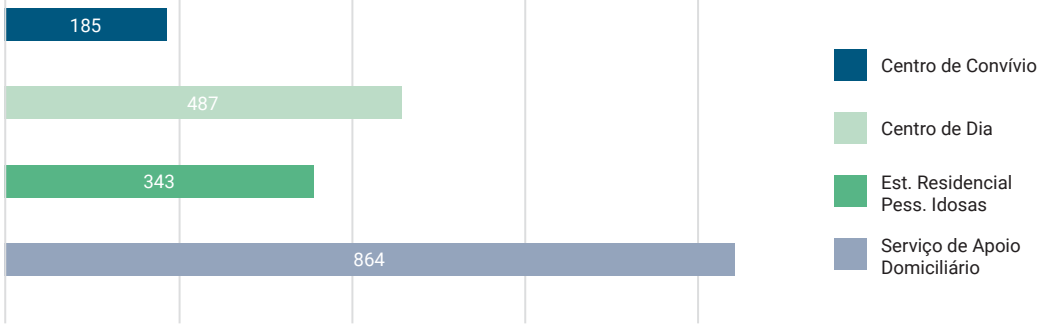
Fonte: ISS, IP - Carta Social, julho/2023

Estando a caracterização destas respostas sociais mais desenvolvida no Diagnóstico da Área da Deficiência do Concelho da Amadora (2023), importa reforçar a perceção dos parceiros com intervenção na área de que as mesmas são escassas face à procura, estando o apoio prestado muitas vezes desajustado em relação às necessidades das famílias. É exemplo disso os constrangimentos causados em CACI e Lar Residencial pelo envelhecimento e aumento da esperança de vida da população com deficiência; sendo este um fenómeno recente, decorrente da melhoria das condições de vida destes indivíduos, as respostas sociais têm tido dificuldade em adaptar-se às novas características do grupo-alvo.

Na área da saúde mental, existem na Amadora dois equipamentos com respostas sociais dirigidas a pessoas com doença mental, nomeadamente dois Fóruns Socio Ocupacionais, com capacidade para 47 pessoas, e uma unidade de vida protegida com capacidade para 7 utentes. Todas estas respostas são promovidas em articulação com os serviços de psiquiatria hospitalares, encontrando-se localizados na freguesia de Alfragide.

Sendo o envelhecimento da população um dos maiores desafios de zonas urbanas, esta é uma das áreas de intervenção das respostas sociais com maior impacto no bem-estar dos indivíduos e no apoio dado às famílias.

Gráfico 40 - Capacidade das Respostas sociais para a população sénior na Amadora (2023)



Fonte: ISS, IP - Carta Social, julho/2023

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) constitui-se como uma das respostas sociais mais procuradas pela população sénior e suas famílias, uma vez que contribui para o aumento do bem-estar e qualidade de vida das pessoas no seu meio natural de vida, sendo uma estratégia para evitar ou adiar a integração em estruturas residenciais. Na Amadora, em 2023, intervinham 14 IPSS prestadoras de SAD, com capacidade para 864 utentes; destas vagas, 297 (34%) prestavam resposta nos 7 dias da semana, sendo que as restantes garantiam os serviços apenas de 2ª a 6ª feira.

No processo de auscultação dos parceiros da Rede Social da Amadora foi referenciada a necessidade de rever os termos de funcionamento do apoio domiciliário, assim como os serviços disponibilizados às famílias; considerando o crescente aumento da esperança média de vida, o aumento do isolamento da população mais velha e a escassez de respostas em Estrutura Residencial para Idosos, é entendimento das instituições locais que o SAD precisaria de maior flexibilidade na resposta prestada, adequando-se às reais carências dos seniores e das suas famílias. Esta flexibilidade, que contribuiria para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para o prolongamento da permanência nas suas residências, passaria pela tipologia de serviços oferecidos, pelos dias e horários de funcionamento.

O Centro de Dia apresenta-se como uma resposta que contribui para a manutenção dos seniores no seu contexto de vida, através da integração em equipamento durante parte do dia, sendo prestados serviços de satisfação de necessidades básicas, apoio psicossocial e incentivo ao estabelecimento de relações sociais. Na Amadora funcionam 10 centros de dia dinamizados por IPSS, com capacidade para 487 pessoas.

Em contexto de auscultação dos parceiros da Rede Social da Amadora foi referenciada alguma desadequação dos objetivos e estrutura pensada e vigente da resposta social Centro de Dia face às necessidades atuais dos seniores e das suas famílias. Pensado para uma população autónoma e para ser promotor do envelhecimento ativo e saudável, o Centro de Dia surge atualmente como uma alternativa para a integração dos seniores com alguma dependência, na impossibilidade de permanecerem sozinhos nos seus domicílios; este facto compromete a execução dos objetivos iniciais da resposta social, assim como o seu funcionamento e financiamento.

Por outro lado, existem na Amadora 4 respostas de Centro de Convívio, com capacidade para 185 pessoas, que se constituem como equipamentos destinados a promover atividades recreativas dirigidas à população sénior.

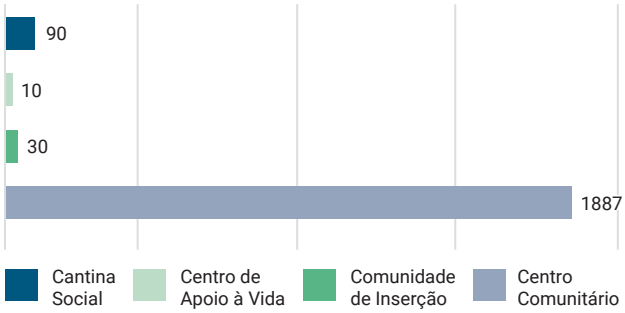
As Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) surgem como a resposta social de institucionalização dos seniores quando a sua manutenção no domicílio compromete o bem-estar e qualidade de vida, pelo isolamento ou dependência de terceiros. Na Amadora, em 2023, existiam 5 equipamentos de ERPI geridos por IPSS e com acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, com capacidade para 343 pessoas. Adicionalmente, existiam na cidade outros 5 equipamentos geridos por entidades privadas lucrativas, com capacidade para 142 pessoas.

De acordo com os parceiros da Rede Social da Amadora, os equipamentos de ERPI comparticipados pelo erário público disponíveis na cidade são manifestamente insuficientes face às necessidades, comprometendo a resposta adequada e em tempo útil aos seniores mais vulneráveis, nomeadamente, às pessoas isoladas e com menores recursos financeiros; esta situação estende-se igualmente a todo o distrito de Lisboa, colocando as famílias em situações de grande fragilidade.

Na intervenção com crianças e jovens em risco, existem na Amadora dois Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, com capacidade para 184 crianças, e com competência na operacionalização de medidas definidas no âmbito de processos de promoção e proteção. Por outro lado, funciona na cidade um Centro de Acolhimento Temporário para crianças e jovens, com capacidade para 14 utentes.

Além destas respostas sociais tipificadas, existem na Amadora um conjunto de respostas diferenciadas para grupos mais vulneráveis da comunidade.

Gráfico 41 - Capacidade das respostas sociais comunitárias na Amadora (2023)



Fonte: ISS, IP - Carta Social, julho/2023

Existem na cidade da Amadora duas respostas sociais especializadas para pessoas com VIH/SIDA, sendo promovidas por uma instituição local em parceria com o Ministério da Saúde, nomeadamente, um Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 191 utentes, e um Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial, com capacidade para 220 pessoas.

VII

DOSSIER VII – **SEGURANÇA**

A construção de sociedades pacíficas e justas constitui um pilar fundamental no caminho para a inclusão social e para a igualdade de oportunidades entre os indivíduos, assumindo-se como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis, tem por objetivos reduzir todas as formas de violência, nomeadamente contra crianças e jovens, e as taxas de mortalidade a ela associadas, eliminar todas as formas de exploração, tráfico e fluxos ilegais de bens, promovendo o Estado de Direito e a igualdade no acesso à justiça.

De acordo com o Atlas dos Municípios Saudáveis[46], no período entre 2020 e 2022, cerca de 56% dos residentes na Amadora reportou sentir-se inseguro quando anda a pé na zona envolvente à residência, representando este um dos piores valores a nível nacional. Esta perceção dos residentes foi igualmente abordada pelos parceiros da Rede Social da Amadora auscultados no processo de diagnóstico, tendo sido associados a uma imagem negativa da cidade para a qual contribui a comunicação sobre a mesma.

Os dados apresentados referentes a 2020-2022 foram já estudados em 2014 pelo Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-IUL), no âmbito do projeto C4I – Communication for Integration, financiado pelo Conselho da Europa e pela União Europeia. Neste âmbito foi demonstrada a associação da cidade da Amadora com a ideia de criminalidade e insegurança, patente nos órgãos de comunicação social escritos, relacionados na grande maioria das vezes com uma imagem negativa do território.

Apesar da perceção de insegurança sentida por parte dos residentes e retratada na comunicação social, em 2023 a taxa de criminalidade da Amadora foi de 33%, sendo que nível nacional a mesma taxa representava 35%.

Sendo os rácios muito semelhantes, importa, no entanto, analisar a evolução da criminalidade registada ao longo do tempo; em 2013 a taxa de criminalidade a nível nacional era de 36%, sendo que na Amadora representava 41%. De facto, em 2022 registaram-se menos 30% de crimes na Amadora quando comparado com os crimes registados em 2011, representando esta uma melhoria substancial da segurança local[47].

Importa ainda refletir sobre os dados apresentados pela Divisão Policial da Amadora da Polícia de Segurança Pública, em contexto de Conselho Municipal de Segurança[48]; estes dados apontavam para uma variação negativa de 6,3% na criminalidade registada entre 2022 e 2023. Desagregando a análise pelo tipo de criminalidade no mesmo período, constata-se que a criminalidade geral sofreu uma diminuição de 3,7%, sendo que a criminalidade violenta e grave diminuiu 39,7%.

Para este facto poderá ter contribuído algum reforço de meios das forças de segurança locais, assim como a instalação de uma rede de videovigilância nos locais públicos da cidade, que terá tido impacto positivo na dissuasão da prática de crimes. À data, encontram-se instaladas 141 câmaras de videovigilância, com ligação direta aos serviços da Administração Interna, que permitem monitorizar a via pública da cidade; este investimento terá contribuindo para diminuir a pequena criminalidade em 21% e a criminalidade grave e violenta em 23% desde 2017[49], podendo igualmente ter contribuído para uma maior sensação de segurança entre a comunidade.

Desagregando os crimes registados pelas forças de segurança em 2022 por tipologia de crime, constata-se que a maioria das incidências se reporta a crimes contra o património.

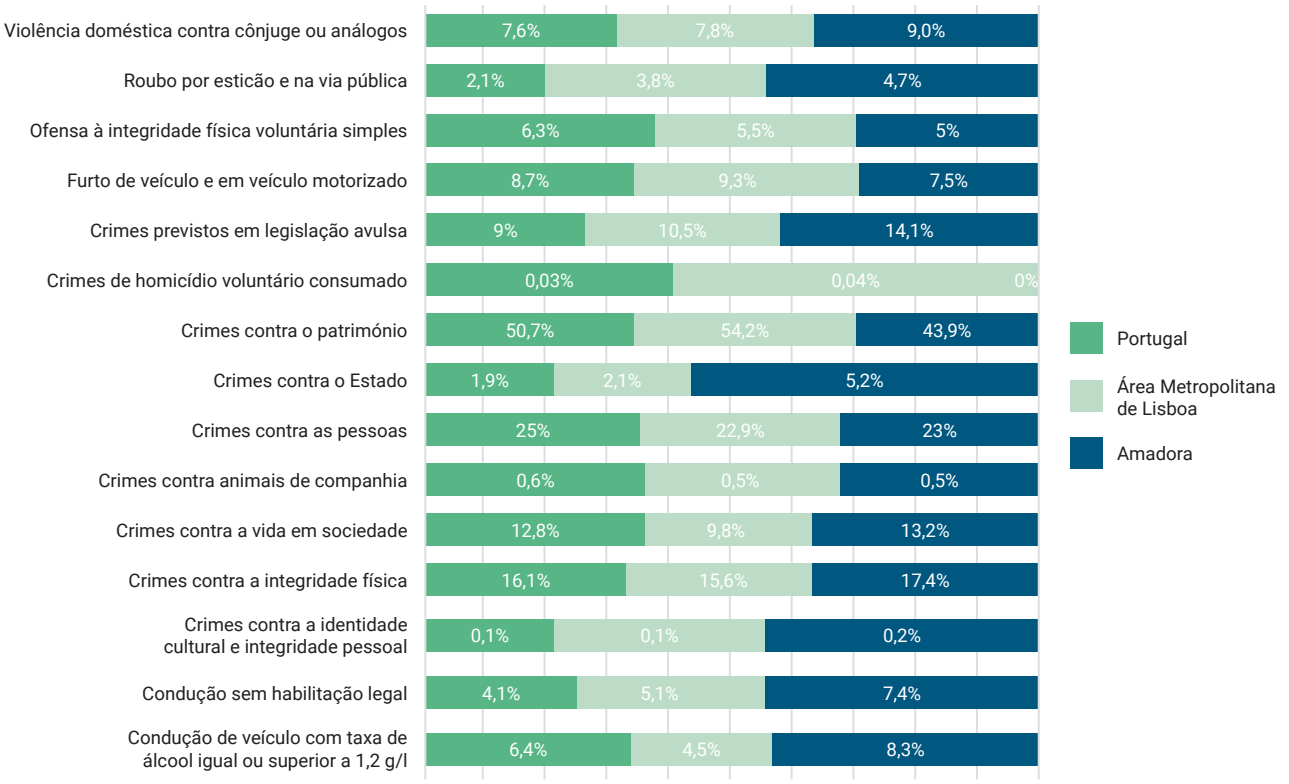
46 https://www.atlasmunicipiossaudaveis.pt/ (2024)

47 Instituto Nacional de Estatística (2024)

48 Conselho Municipal de Segurança, reunião de 5 de julho de 2024 (fonte – Estatísticas Criminais [DGPJ])

49 https://smartcities.cm-amadora.pt/video.html (2024)

Gráfico 42 - Crimes registados na Amadora por tipologia de crime (2022)

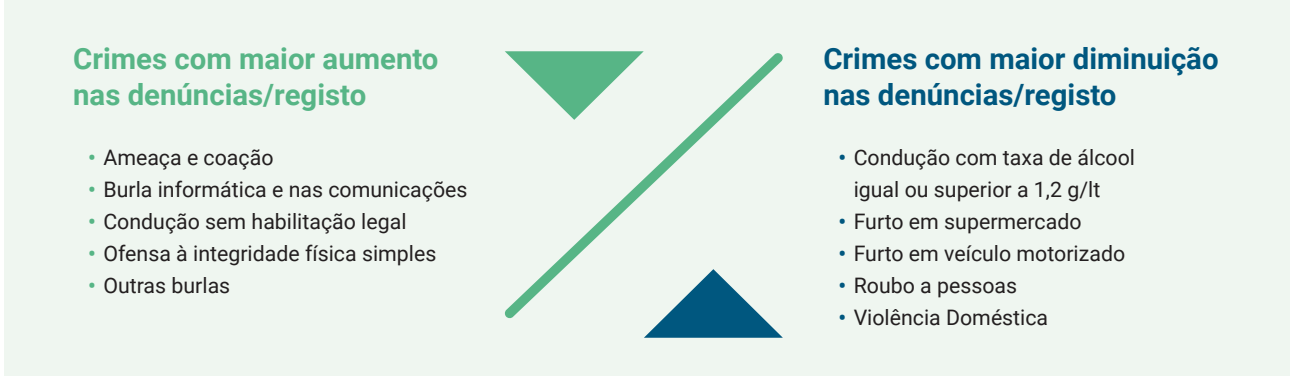


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2022

A incidência das tipologias de crimes registados na cidade é muito idêntica à média nacional e da Área Metropolitana de Lisboa; no entanto, na Amadora destacam-se os crimes de Violência Doméstica, roubo por esticão e na via pública, crimes previstos em legislação avulsa, crimes contra o Estado, crimes contra a integridade física e condução sem habilitação legal ou com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/lt.

Analisando a variação nas tipologias de crimes registados na Amadora entre 2022 e 2023, constata-se que neste período foram registadas mais denúncias de ameaça e coação (aumento de 39%), tendo sido registado um decréscimo de registo de furtos em supermercado (- 55,4%) e de roubo a pessoas (-52,7%).

Figura 3 - Evolução dos tipos de crime entre 2022 e 2023 na Amadora[50]



Fonte: Estatísticas Criminais [DGPJ], 2024

50 Conselho Municipal de Segurança, reunião de 5 de julho de 2024 (fonte – Estatísticas Criminais [DGPJ])

Em 2019 foram registados na Amadora 2,8 crimes de violência doméstica por cada 1.000 habitantes, estando esta taxa acima da média nacional[51]. De facto, e como demostrado no gráfico 42, a violência doméstica contra cônjuge ou análogo representava 9% dos crimes registados na cidade em 2022, num total de 559 denúncias formais.

Constituindo-se como uma das formas mais persistentes de violação dos direitos humanos a nível mundial, os dados apontam para uma persistência na vitimização associada ao género, em que a discriminação afeta sobretudo mulheres. De facto, as Nações Unidas estimam que 1 em cada 3 mulheres tenham sido vítimas de violência física e/ou sexual por parte de companheiro; da mesma maneira, a nível nacional o crime de violência doméstica mantém números elevados de forma continuada, surgindo como uma das tipologias de crime contra pessoas com maior relevância.

Considerando o impacto social deste crime, a Rede Social da Amadora mantém vigente o Plano Municipal Contra a Violência desde 2011, estruturando continuamente estratégias de prevenção e combate à violência doméstica, assentes em parcerias locais e com serviços da administração pública central. Neste contexto, é dinamizado o Serviço de Atendimento Especializado a Vítimas de Violência na Amadora, com competência no atendimento e acompanhamento de vítimas de violência doméstica da cidade; os dados complementares sobre este serviço e respetiva intervenção constam do Dossier VI – Proteção Social.

A Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) é o organismo da administração pública com competência na execução de penas e medidas aplicadas a agentes de crime, tendo em vista a sua reinserção na sociedade de forma digna e responsável, prevenindo a reincidência da prática da criminalidade.

Em 2023 a DGRSP executou 592 penas e medidas da área penal a arguidos da Amadora, tendo a maioria sido consubstanciados em suspensão da pena de prisão (34%) e suspensão provisória do processo (35%). A maioria das penas/medidas foi aplicada a indivíduos do sexo masculino (83,2%), sendo que o crime mais registado foi a condução sem habilitação legal.

Tabela 12 - Crimes registados com pena ou medida aplicada na área penal na Amadora (2023)

Crimes registados com medida/pena aplicada	N	%
Condução sem habilitação legal	122	17,38%
Tráfico estupefacientes (inclui precursores)	81	11,54%
Condução de veículo com taxa álcool igual ou superior 1,2 g/l	77	10,97%
Detenção ou tráfico armas proibidas	47	6,70%
Violência doméstica contra conjugue/análogo	45	6,41%
Outros roubos	36	5,13%
Desobediência	31	4,42%
Consumo/Cultivo para consumo de estupefacientes	30	4,27%
Roubo na via pública (exceto por esticão)	24	3,42%
Ameaça e coação	21	2,99%

Fonte: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2024

51 https://www.atlasmunicipiossaudaveis.pt/ (2024)

Por outro lado, tendo a DGRSP como competência a execução de medidas aplicadas a jovens ofensores, na comunidade ou de internamento, promovendo a sua educação para o direito e inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade, registaram-se em 2023 a execução de 72 medidas na área tutelar educativa. A maioria destas medidas consubstanciou-se na suspensão do processo (40%), na imposição de obrigações várias (23%) e no acompanhamento educativo (25%), sendo que 62,5% dos jovens a quem foram aplicadas eram do sexo masculino. Os dois crimes mais registados nesta área da reinserção social envolveram ambos ofensas à integridade física de outros, apontando para níveis de violência relevantes entre estes jovens.

Tabela 13 - Crimes registados com pena ou medida aplicada na área tutelar educativa na Amadora (2023)

Crimes registados com medida aplicada	N	%
Ofensa à integridade física voluntária simples	19	24,7%
Outros crimes contra a integridade física	9	11,7%
Outros roubos	8	10,4%
Roubo na via pública (exceto por esticão)	7	9,1%
Outros furtos	5	6,5%
Ofensa à integridade física voluntária grave	5	6,5%
Ameaça e coação	5	6,5%
Roubo em estabelecimento ensino	4	5,2%
Outros crimes contra reserva vida privada	4	5,2%
Detenção e tráfico armas proibidas	4	5,2%

Fonte: Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2024

A criminalidade entre os jovens foi referida pelos parceiros da Rede Social da Amadora auscultados em sede de diagnóstico como sendo um problema com uma expressão relevante no território, associado muitas vezes a zonas vulneráveis da cidade.

VIII

DOSSIER VIII – **POBREZA INFANTIL**

O Diagnóstico da Pobreza na Infância do Concelho da Amadora, apresenta-se como parte de um processo de planeamento ao nível da política local que congrega e articula diversas informações e dados, com o objetivo de aumentar a eficiência, eficácia e impacto da intervenção da Rede Social Amadora e das entidades que a compõem, especificamente na área da pobreza na infância, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida das crianças e jovens residentes no concelho. Este documento foi elaborado por entidade externa em 2024, encontrando-se a versão completa do mesmo disponível no website da Câmara Municipal de Amadora (Diagnóstico Pobreza na Infância Amadora_Versão final).

A pobreza na infância é um fenómeno multidimensional que afeta as crianças e os seus direitos de diferentes formas. As crianças que crescem na pobreza são, frequentemente, privadas de igualdade de oportunidades educativas e de cuidados infantis, de acesso a cuidados de saúde, de alimentação e habitação adequadas, de apoio familiar e de proteção contra a violência, vendo também limitadas as suas oportunidades de participação em brincadeiras, desporto e cultura. Para o presente Diagnóstico foi adotada uma perspetiva compreensiva e multidimensional do conceito de pobreza infantil, considerando não só os indicadores económicos, mas também os fatores que contribuem para o bem-estar das crianças e para o exercício dos seus direitos.

Em 2022 as crianças e jovens até aos 19 anos de idade representavam 19,5% de toda a população residente no concelho da Amadora (N=32.792) verificando-se alguma estabilidade do grupo nos últimos anos (variação abaixo de 1% face a 2018). Os diferentes grupos etários abaixo deste limite estão distribuídos de forma relativamente equilibrada: 8.126 têm entre 0 e 4 anos; 7.882 entre 5 e 9; 8.343 entre 10 e 14; 8.441 entre 15 e 19 anos, com maior destaque para o sexo masculino em todos os grupos etários. Destacam-se as freguesias de Mina de Água, Águas Livres, Encosta do Sol e Venteira com o maior número de crianças e jovens até aos 19 anos.

Conforme descrito no Dossier I – Caracterização Socio Demográfica, e apesar do envelhecimento do território, a taxa bruta de natalidade do concelho da Amadora foi de 11,3% em 2023, estando acima da média da Grande Lisboa (10,1%).

Analisando os grupos de crianças e jovens com especial vulnerabilidade a situações de pobreza infantil, importa considerar os indivíduos com necessidades de saúde especiais, que no ano letivo 2023/2024 totalizavam 1.358 crianças a frequentar os agrupamentos de escolas do concelho, destacando-se o ensino básico com o maior número de alunos. Por outro lado, registou-se um aumento do número de crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção (ELI) face a 2021. A desadequação das respostas prestadas face às necessidades destas crianças, aliado à escassez dos recursos humanos disponíveis, são apontadas como os principais desafios face ao aumento de alunos com NSE.

No que diz respeito às crianças migrantes e refugiadas, e conforme referido no Dossier I – Caracterização Socio Demográfica e no Diagnóstico Social das Migrações, verificou-se um aumento da população estrangeira residente no concelho, com consequente aumento deste grupo da população que apresenta especial vulnerabilidade a situações de pobreza. Este aumento foi sentido nos espaços escolares, com impacto na gestão das respostas educativas e do funcionamento dos estabelecimentos.

Em termos dos casos sinalizados e acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Amadora, em 2023 o volume processual traduziu-se num total de 2.098 processos. Nesse ano, registou-se um total de 1.146 novas comunicações, tendo sido instaurados 1.163 processos de promoção e proteção, dos quais, 940 corresponderam a novas entradas, 942 transitaram do ano anterior e 160 foram reabertos. A grande maioria dos processos em 2023 relacionou-se com sinalizações de crianças entre os 0 e os 10 anos (727 casos, representando cerca de 49% do total de sinalizações), com destaque para as crianças mais novas (1ª infância), sendo que as famílias residiam nas freguesias de Águas Livres (358), de Mina de Água (275) e da Encosta do Sol (259). Em 2023 predominaram as situações de exposição a violência doméstica, transversal a todas as faixas etárias, embora com maior expressão nas idades mais novas, entre os 0 e os 10 anos (69,2% do total).

Em 2023, na Amadora existiam 53 crianças em Acolhimento Residencial, com maior destaque para os jovens na fase da adolescência, entre os 11 e os 16 anos (38,1%), seguindo-se as crianças entre os 6 e os 10 anos (28,8%). No mesmo período existiam 5 crianças integrada em Acolhimento Familiar.

Analisando os dados que fundamentam a taxa do risco de pobreza, constata-se que existe um aumento entre 2021 e 2022 para todas as famílias, sendo predominante nos adultos que vivem sozinhos (de 22,7% para 24,9% em 2022), para as famílias monoparentais (28,0% para 31,2%), e para as famílias com dois adultos e duas crianças dependentes (12,8% para 13,9%).

Esta fragilidade económica das famílias com crianças e jovens expressa-se nos beneficiários do abono de famílias, que em dezembro de 2023 totalizavam 1.254 beneficiários com processamento de abono de famílias, 16.942 beneficiários com majorações do montante adicional ao abono de família e 4.456 beneficiários com processamento da Garantia para a Infância. Por outro lado, neste período beneficiavam de Rendimento Social de Inserção 1.308 agregados familiares residentes no concelho da Amadora, com um valor médio mensal de 304,74€, verificando-se uma diminuição do número de beneficiários face ao mesmo período de 2022.

Importa ainda considerar os dados do atendimento e acompanhamento social, que em 2023 teve maior incidência nos agregados familiares unipessoais (44,65%), nas famílias monoparentais (28,02%) e famílias nucleares com filhos (14,34%), dando conta que as pessoas isoladas e as famílias com crianças são as mais acompanhadas.

No ano letivo 2023/2024 encontravam-se a frequentar os estabelecimentos públicos do concelho um total de 18.197 alunos nos diferentes níveis de ensino. Numa análise longitudinal, constata-se que tem havido uma evolução positiva das taxas de escolarização no Ensino Básico e Secundário, ainda que a taxa de retenção e desistência tenha registado um aumento; da mesma maneira, os parceiros partilharam uma perceção de um acentuado absentismo escolar no concelho. Importa ainda destacar que cerca de 40% das crianças integradas nos estabelecimentos de ensino público da Amadora estavam abrangidas pela Ação Social Escolar, na sua maioria no escalão A (60,5%), dando conta da fragilidade económica destes agregados familiares.

Em dezembro de 2023, cerca de 70% das crianças e jovens inscritos nas unidades de saúde da Amadora tinham médico de família atribuído; não obstante, a percentagem de inscritos sem médico era elevada (30,2%), sobretudo nas crianças até aos 5 anos. No perfil de saúde das crianças e jovens do território, os dados estatísticos e os parceiros da cidade destacam o agravamento dos problemas de saúde mental deste grupo, assim como elevados valores de excesso de peso e obesidade entre os menores de 18 anos

Em 2023 os dados apontavam para uma maior exposição a situações de privação habitacional do grupo dos 0 aos 17 anos, quando comparado com os restantes grupos etários, quer em termos de sobrelotação (21,8%), privação severa das condições de habitação (10,7%) quer de sobrecarga de despesas habitacionais (6,9%). Da mesma maneira, neste período a taxa de sobrelotação e a taxa de privação severa das condições da habitação afetam principalmente as famílias com crianças dependentes (21,1% e 10%, face a 5% e 2,1% das famílias sem crianças, respetivamente). É também nos agregados familiares com crianças que a sobrecarga de despesas com habitação apresenta maior expressividade (5,7% face a 4,1% das famílias sem crianças).

IX

DOSSIER IX – **MIGRAÇÕES**

O 'Diagnóstico de Migrantes do Município da Amadora 2022' apresenta-se como parte de um processo de planeamento ao nível da política local que congrega e articula diversas informações e dados, bem como as diversas iniciativas de intervenção junto da população migrante residente, com o objetivo de promover a sua inclusão e integração no município. A elaboração deste diagnóstico foi participada por stakeholders locais, incluindo entidades com atuação na área e os próprios migrantes, que permitiu criar uma base para a construção de um planeamento estratégico futuro neste domínio.

Este documento foi elaborado por entidade externa em 2022, encontrando-se a versão completa do mesmo disponível no website da Câmara Municipal de Amadora (Diagnostico Migrantes Amadora_versão final).

Conforme descrito no Dossier I – Caracterização Socio Demográfica, em 2021 residiam na Amadora 19.198 indivíduos de nacionalidade não portuguesa, representando 11,2 % do total da população. Verificou-se também que em 2022, existiam 26.980 pessoas estrangeiras com estatuto legal de residente na Amadora (INE), encontrando-se em presença cerca de 112 nacionalidades distintas.

O ranking das 10 nacionalidades mais presentes na cidade aponta para uma forte presença de pessoas oriundas dos Países de Língua Oficial Portuguesa, predominando população brasileira, cabo-verdiana, angolana e guineense. Também as nacionalidades indiana e chinesa se encontram num lugar de destaque.

Neste período, as freguesias com maior número de população estrangeira são as Águas Livres (13,9%), seguida pela Venteira (13,2%). Do total de migrantes residentes na Amadora, 53% eram do sexo masculino.

No âmbito do processo de auscultação dos representantes da população migrante e dos parceiros da Rede Social da Amadora, o acesso aos processos de regularização da documentação apresenta-se como fundamental à integração social dos indivíduos; a burocracia nestes processos foi apontada como um constrangimento que potencia a exclusão e risco de pobreza dos migrantes. Por outro lado, a falta de tradutores contribui para a dificuldade de comunicação nos serviços públicos

No aceso à habitação, os parceiros da Rede Social da Amadora referem uma maior vulnerabilidade da população migrante na garantia deste direito fundamental, estando mais expostos a situações de ausência de habitação ou sobrelotação da mesma. Do total de pedidos de atribuição de habitação social apresentados à Câmara Municipal da Amadora, 62,6% das famílias eram naturais dos PALOP (2020).

Em Portugal, a taxa de desemprego é maior entre a população ativa estrangeira de países extracomunitários, residente em Portugal, sendo que 465 estrangeiros residentes no concelho da Amadora beneficiaram de prestações de desemprego (2022). Neste contexto, importa destacar a precaridade laboral registada entre migrantes, assim como os baixos salários recebidos, que contribuem para o risco de pobreza e exclusão.

Por outro lado, foram identificados constrangimentos no acesso da população migrante às oportunidades de formação profissional existentes na Amadora, sendo considerada desajustada face às necessidades sentidas por este grupo. Os parceiros indicaram ainda a existência de maiores barreiras estruturais adicionais nas mulheres migrantes, relacionadas com estereótipos e acesso ao mercado de trabalho; este constrangimento é acentuado pelo facto de lhes ser atribuída a responsabilidade de acompanhamento e educação das crianças e jovens.

No ano letivo 2023/24 encontravam-se inscritos 5.057 alunos estrangeiros nos estabelecimentos de ensino público do concelho, tendo sido identificadas 73 nacionalidades representadas, dando conta de um contexto educativo multicultural. A maioria dos alunos estrangeiros residentes na Amadora frequentam escolas do Agrupamento de Escolas Amadora Oeste. Nesta sequência, e face à necessidade sentida, existem no território várias ofertas formativas de ensino da língua portuguesa, num total de 23 turmas.

Os parceiros auscultados apontaram as dificuldades nos processos de reconhecimento e equivalência das qualificações que obtiveram nos seus países de origem, assim como da carta de condução; este facto contribui para a dificuldade na integração laboral, potenciando a precaridade e os baixos salários.

De acordo com dados das unidades de saúde da Amadora, em 2022 encontravam-se inscritos 25.766 utentes residentes na Amadora com nacionalidade estrangeira, representando 14% do total de utentes; deste total, 60% não tinha médico de família. Neste período, foram realizadas 39.094 consultas a utentes migrantes.

Os parceiros da Rede Social destacaram o aumento de processos de migrantes residentes na Amadora ao abrigo de protocolos de saúde; a ausência de garantias de condições de subsistência contribui para situações de pobreza, com dificuldades na prestação de apoios públicos pelo estatuto assumido em território nacional.

Analisando os indicadores de monitorização do risco de pobreza, verifica-se que 402 beneficiários do Rendimento Social de Inserção na Amadora eram em 2022 de nacionalidade estrangeira, correspondendo a 11,2% do total. Por outro lado, foram registados 3.284 beneficiários estrangeiros do atendimento e acompanhamento social no concelho, maioritariamente dos PALOP.

Apesar dos migrantes auscultados não considerarem o racismo como um problema, os parceiros da Rede Social da Amadora assinalaram dificuldades nos processos de integração, sobretudo no contexto escolar e de trabalho e no acesso a serviços. Por outro lado, os dados apontam para um veicular de informações negativas associadas aos processos migratórios na Amadora nos meios de comunicação social, contribuindo para preconceitos e estereótipos em relação a pessoas migrantes.

Em 2021, as religiões mais expressivas no concelho eram a católica (58%), a protestante/ evangélica (4,1%), muçulmana (2%) e outra cristã (1,7%).

DOSSIER X – **DEFICIÊNCIA**

O diagnóstico social na área da Deficiência e Incapacidade pretende fornecer um conjunto de informações relevantes que facilitem a clareza estratégica para o percurso de desenvolvimento social do Concelho da Amadora no que respeita à intervenção neste domínio. A elaboração deste diagnóstico foi participada por stakeholders locais, incluindo entidades com atuação na área e os próprios migrantes, que permitiu criar uma base para a construção de um planeamento estratégico futuro nesta área.

Este documento foi elaborado por entidade externa em 2022, encontrando-se a versão completa do mesmo disponível no website da Câmara Municipal de Amadora (Diagnóstico deficiência Amadora_final).

Amadora como o Concelho do país com maior densidade populacional, marcado pelos fluxos migratórios e pelo envelhecimento da população, com o aumento do Índice de Envelhecimento, de Dependência de Idosos e de Longevidade na última década. Os dados estatísticos disponíveis não permitem efetuar a caracterização da população com deficiência e incapacidade quanto ao tipo e grau de deficiência que apresentam.

Não obstante, destaca-se que em 2021 existiam 68.938 pessoas com pelo menos uma dificuldade, a residir no concelho da Amadora, sendo na sua maioria mulheres e com idade igual ou superior a 50 anos, sendo que as dificuldades identificadas aumentam em razão a idade. As dificuldades de visão, memória ou concentração e de mobilidade foram as referidas em maior número, sendo ao nível do auto-cuidado, da mobilidade e da memória que são reportadas dificuldades com grau de dificuldade mais avançado ('não consegue efetuar a ação').

Por ouro lado, verifica-se um crescente número de sinalizações para Equipa Local de Intervenção (ELI), estando a maioria sinalizada para a ELI por atrasos de desenvolvimento. Os dados e os parceiros auscultados apontam para uma insuficiência dos recursos humanos especializados nas escolas dos Concelho, com impacto nas respostas prestadas a crianças e jovens com NSE; assim como para a dificuldade de integração escolar dos jovens com deficiência e incapacidade após a escolaridade obrigatória, por falta de respostas/serviços neste âmbito

Da mesma maneira, as pessoas com deficiência e/ou incapacidade representam 2,7% do total de pessoas inscritas/registadas no Centro de Emprego e Formação da Amadora, tendo a maioria entre os 35 e os 54 anos, com habilitações académicas igual ao acima do 3º ciclo. Não obstante, os parceiros da Rede Social da Amadora auscultados apontam para uma perceção de maior dificuldade das pessoas com deficiência no acesso a emprego.

Os agregados com pessoas com deficiência apresentam maior risco de pobreza e exclusão, em particular do grupo etário dos 16 aos 64 anos e com deficiência grave (face à população sem deficiência).

Em 2021 verificou-se uma diminuição do número de beneficiários com atribuição de Subsídio de Bonificação por Deficiência (-13,6%) e do Subsídio por Assistência a Filhos com Deficiência ou Doença Crónica (-24,4%); este facto poderá encontrar explicação na diminuição do grupo dos 0 aos 14 anos no Concelho. Por outro lado, verificou-se um aumento do número de beneficiários da Prestação Social para a Inclusão (15% entre 2019 e 2021) e do número de beneficiários de produtos de apoio em 2022 (na ordem dos 116%).

As pessoas com deficiência e instituições ouvidas apontam para os baixos valores das prestações sociais e familiares baixos, dificultando o processo de independência das pessoas com deficiência e incapacidade. Por outro lado, as vagas insuficientes nas respostas sociais da área da deficiência existentes no concelho são um constrangimento sentido pelas famílias, que compromete as dinâmicas familiares e o bem-estar das pessoas com deficiência.

Ao nível do acesso a serviços de saúde, os agentes auscultados consideram que os profissionais estão pouco informados e sensibilizados para as necessidades específicas das pessoas com deficiência e incapacidade. Por outro lado, a morosidade e burocracia associadas aos processos de atribuição dos atestados multiuso, constituindo-se como entrave no acesso a direitos individuais.

Analisando as condições das habitações na Amadora, verifica-se que uma percentagem significativa de edifícios do Concelho que têm pelo menos 3 andares (66,9%), não estando em muitos deles garantido acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Da mesma maneira, verifica-se grande dificuldade de acesso a serviços públicos e privado, à via pública e transportes públicos, o que contribui para maior isolamento das pessoas com deficiência e incapacidade.

Importa ainda destacar a baixa literacia das pessoas com deficiência e incapacidade e suas famílias em relação aos seus direitos e aos recursos disponíveis, o que contribui para o risco de pobreza e exclusão social das mesmas.

XI

DOSSIER XI – **ENVELHECIMENTO**

O diagnóstico da área do envelhecimento foi sendo desenvolvido ao longo do Diagnóstico Social 2024, considerando a dimensão deste grupo populacional e a transversalidade do impacto que o fenómeno tem na cidade da Amadora. A sistematização desta caracterização propõe um olhar focado nos desafios associados ao envelhecimento da população, tendo em vista o desenho de estratégias locais transformadoras.

No triénio 2021-2023 a esperança média de vida em Portugal era de 81,17 anos, sendo inferior para o sexo masculino (78 anos) e superior para o sexo feminino (83,6 anos).

A Amadora era em 2021 o Concelho do país com maior densidade populacional, marcado pelo acentuado envelhecimento da população nas últimas décadas, ainda que com indicadores inferiores do Índice de Envelhecimento, de Dependência de Idosos e de Longevidade quando comparado com a média nacional ou da Área Metropolitana de Lisboa. As pessoas com mais de 65 anos representavam 22% do total da população da Amadora em 2021 (N=38.087), tendo-se registado um decréscimo das camadas mais jovens e em idade ativa entre os residentes. O Índice de Envelhecimento era de 156 seniores por cada 100 crianças entre os 0 e os 14 anos; por outro lado, o Índice de Longevidade era de 49 pessoas com mais de 75 anos por cada 100 pessoas com mais de 65 anos, apontando para o aumento das pessoas com muita idade.

As freguesias da Falagueira-Venda Nova e da Venteira destacam-se como sendo as mais envelhecidas, com impactos na gestão do território e das políticas públicas.

A maioria das pessoas com escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo tinham mais de 65 anos. As baixas qualificações das pessoas com mais de 65 anos apontam para o desenvolvimento de atividades profissionais com baixas remunerações, com implicações no valor das reformas auferidas. Com eventual relação com este facto, em 2021 cerca de 2.200 pessoas com mais de 65 anos desempenhavam atividade profissional.

Em 2021, cerca de 5% das pessoas com nacionalidade estrangeira residentes na Amadora tinham mais de 65 anos. Cerca de 10% das pessoas naturais de países estrangeiros tinham mais de 65 anos.

Estando o aumento da incapacidade funcional diretamente relacionada com o aumento da idade, em 2021 cerca de 32% das pessoas que indicaram ter alguma dificuldade tinham mais de 70 anos. Relacionado com este facto importa destacar que o parque habitacional envelhecido da Amadora tem impacto na mobilidade das pessoas seniores e na acessibilidade a espaços públicos e privados da cidade.

Por outro lado, em 2021 cerca de 14% dos agregados domésticos eram compostos por uma pessoa com mais de 65 anos; 23% dos agregados eram compostos exclusivamente por pessoas reformadas.

Ao nível do acesso aos serviços de saúde, cerca de 36% das pessoas com mais de 65 anos inscritas nas unidades de saúde da Amadora não tinham médico/a de família atribuído. Estando o envelhecimento da população associada ao aumento das comorbilidades dos indivíduos, ganha destaque o aumento da incidência de demências, sendo estimado um aumento exponencial destas doenças no futuro próximo.

Em dezembro de 2022 encontravam-se ativos na Amadora 45.368 pensionistas, sendo a maioria beneficiários da pensão de velhice e com valores médios auferidos de 628€; não obstante, o valor médio auferido pelos beneficiários da pensão por velhice no sistema não contributivo era de cerca de 300€. Em 2023 encontravam-se ativos 1.362 beneficiários de Complemento Solidário para Idosos e no mesmo ano tinham sido recebidos apenas 717 requerimentos do Estatuto do Cuidador Informal, dos quais 381 se encontravam deferidos.

Em 2023 existiam na Amadora serviços de apoio domiciliário com capacidade para 864 utentes, das quais cerca de 65% eram serviços assegurados apenas em 5 dias da semana; centros de dia com capacidade para 487 utentes e estruturas residenciais para pessoas idosas com capacidade para 343 utentes. Estas vagas nas respostas sociais de apoio aos seniores são percecionadas com insuficientes, nomeadamente Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas; por outro lado, as respostas sociais apoio domiciliário e centro de dia aparecem como desadequadas face às necessidades dos seniores e das suas famílias.

CONSIDERAÇÕES **FINAIS**

O Diagnóstico Social da Amadora 2024 apresenta e analisa os dados quantitativos e qualitativos das várias áreas de intervenção que contribuem para a inclusão social dos indivíduos e das comunidades, assim como para a construção de uma cidade promotora do bem-estar da população. A partir deste retrato do território a Rede Social da Amadora poderá dar continuidade aos processos de planeamento estratégico da intervenção, adequando a ação dos parceiros à realidade conhecida.

Tendo em vista esta operacionalização da intervenção do Conselho Local de Ação Social da Amadora, importa sistematizar os principais problemas e desafios desenvolvidos ao longo do documento.

Figura 4 - Sistematização dos problemas identificados no Diagnóstico Social 2024

Diagnóstico Social **Amadora 2024**

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AMADORA

Diagnóstico Social **Amadora 2024**

AMADORA

www.cm-amadora.pt